

DISTORÇÕES COGNITIVAS
E AGRESSÃO SEXUAL:
ESTUDO EXPLORATÓRIO
COM AGRESSORES INTRA E
EXTRA-FAMILIARES

José Armando Teixeira Coutinho Pereira

PORTO

2007

JOSÉ ARMANDO TEIXEIRA COUTINHO PEREIRA

**DISTORÇÕES COGNITIVAS E
AGRESSÃO SEXUAL: ESTUDO
EXPLORATÓRIO COM AGRESSORES
INTRA E EXTRA-FAMILIARES**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO PARA
CANDIDATURA AO GRAU DE MESTRE**

**ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DOUTORA TERESA MAGALHÃES
PROFESSOR DOUTOR RUI ABRUNHOSA GONÇALVES**

PORTO 2007

PALAVRAS PRÉVIAS	10
I. INTRODUÇÃO	13
1. Agressividade e agressão sexual	14
1.1. Aspectos biológicos	15
1.2. Aspectos psicológicos	17
1.3. Aspectos sociais	18
1.4. Aspectos existenciais	20
2. Sexualidade e agressão sexual	23
2.1. O contributo da adicção	24
2.2. O contributo da antropologia	25
2.3. O contributo da biologia	26
2.4. O contributo da sociologia	28
2.5. O contributo da psicologia	29
2.5.1. Abordagem psicodinâmica	31
2.5.2. Abordagem comportamentalista	32
2.5.3. Abordagem cognitivo-comportamentalista.	
A importância das distorções cognitivas	33
2.6. O contributo da abordagem feminista	35
2.7. Psicopatia	36
2.8. Parafilias	37
2.9. Psicopatia e agressão sexual	40
2.10. Agressores sexuais	41
3. Tipologias	44
3.1. Tipologia de Groth, Burgess e Holmstrom	44
3.2. Modelo de violação de Hazelwood	45
3.3. Papel da excitação sexual masculina na violação	47
3.4. Taxonomia da violação de Knight e Prentky	48
3.5. Modelo de quatro factores de Finkelhor	50
4. Os crimes sexuais	51
4.1. Breve evolução histórica	51
4.2. O actual Código Penal Português	55
5. Enquadramento epidemiológico	56

II. OBJECTIVOS	59
III. MATERIAL E MÉTODOS	62
1. Amostra	63
2. Instrumentos utilizados	63
2.1. <i>Checklist</i> de distorções cognitivas	63
2.2. Entrevista direccionada	65
3. Procedimento	65
IV. RESULTADOS	72
1. Análise quantitativa	73
1.1. Caracterização demográfica dos agressores sexuais	73
1.1.1. Idade	73
1.1.2. Estado civil	74
1.1.3. Escolaridade	75
1.2. Variáveis jurídico-penais	75
1.3. Crimes associados	76
1.4. Consumo de substâncias	77
1.5. Caracterização do crime sexual	78
1.6. Distorções cognitivas	78
2. Análise qualitativa	85
2.1. Vítima	86
2.2. Agressividade	87
2.3. Conceito de mulher	87
2.4. Distorções cognitivas	87
2.5. Explicação para a agressão sexual	88
2.6. Consumo de substâncias psicoactivas	89
2.7. Sexualidade	89
2.8. Proximidade relacional/habitacional entre agressor/vítima	90
2.9. Problemas económicos	90
2.10. Utilidade da reacção penal	90
2.11. Relacionamento com os progenitores	91
V. DISCUSSÃO	92
1. Agressividade	93
2. Idade	95
3. Escolaridade	95
4. Conceito de mulher	96
5. Estado de civil	97
6. Taxa de reincidência no crime sexual	97
7. Distorções cognitivas	98
8. Características do agressor	101
9. Consumo de substâncias	102
10. Crimes associados	104

11. Sexualidade	105
12. Precariedade habitacional/problemas económicos	105
13. Vítimas	106
14. Prostituição/pornografia	107
15. Utilidade da reacção penal	109
VI. SUMÁRIO E CONCLUSÕES	111
RÉSUMÉ ET CONCLUSIONS	115
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
VIII. ANEXOS	125
Anexo I (<i>Checklist</i> de distorções cognitivas)	126
Anexo II (<i>Checklist</i> de distorções cognitivas – distribuição)	128
Anexo III (Entrevista direccionada)	130

Aos meus pais

À Betty

À Beatriz

Agradecimentos

A vontade de efectuar este trabalho subjacente à caracterização dos agressores sexuais, surge da crescente mediatização, nos últimos anos, do tema e da nossa certeza sobre o muito que não se sabe. À Professora Doutora Teresa Magalhães, o meu muito obrigado, por não deixar cair o entusiasmo e por acreditar que com trabalho e rigor tudo se consegue.

Aceitamos o desafio, dando seguimento à elaboração da dissertação de mestrado. Importa referir que inicialmente tínhamos propósitos mais ambiciosos, mas à medida que fomos evoluindo/crescendo, percebemos com maior profundidade as palavras daqueles que há muitos anos laboram/investigam nestas áreas. Nesse sentido, aqui fica o sincero agradecimento ao Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves, que para além da sua generosidade ao aceitar ser co-orientador, ainda emprestou uma visão prática e descomplexada, sobre como lidar com a investigação e sua metodologia.

Para que este estudo fosse possível, foi indispensável a colaboração de múltiplas pessoas e entidades. Aproveito para agradecer os artigos jurídicos disponibilizados pelo Mestre Diogo Pinto da Costa (Instituto Nacional de Medicina Legal – Delegação do Porto), bem como outros artigos e dados estatísticos pertinentes, cedidos pela Dr.^a Maria Deolinda Cruz e Dr. Nuno Silva (Polícia Judiciária).

Desde logo, tornou-se necessário obter autorização para entrevistar os agressores sexuais nos diversos Estabelecimentos Prisionais, sendo a mesma concedida pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, à qual também agradeço.

Julgamos ser ainda da mais elementar justiça, um público agradecimento ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Relações Internacionais da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, na pessoa da sua Subdirectora Dr.^a Fernanda Infante, pela amabilidade no contacto pessoal e pela disponibilidade e simpatia demonstradas, sem cuja autorização este estudo não teria sido possível.

Importa ainda agradecer à Mestre Francisca Rebocho, minha colega de investigação temática no Mestrado de Ciências Forenses, a amizade e a disponibilidade de sempre na cedência de artigos sobre o tema.

Por último, gostaria de agradecer à Dr.^a Camila, do Departamento de Bioestatística da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, a preciosa colaboração e paciência no apoio dado ao tratamento estatístico dos dados.

Nos diferentes estabelecimentos prisionais beneficiámos da colaboração dos directores e restantes funcionários, os quais, de um modo geral, nos acolheram e nos facilitaram o trabalho, o quanto puderam. Os primeiros, chegaram mesmo a receber-nos nos seus gabinetes, no sentido de perceberem as nossas motivações e objectivos do estudo e, em alguns casos, relataram-nos as suas longas experiências no lidar quotidiano (no intra-muros) com estes reclusos.

A todos, um sentido muito e muito obrigado!

Importuna Razão, não me persigas

**Importuna Razão, não me persigas;
Cesse a ríspida voz que em vão murmura;
Se a lei de Amor, se a força da ternura
Nem domas, nem contrastas, nem mitigas;**

**Se acusas os mortais, e os não abrigas,
Se (conhecendo o mal) não dás a cura,
Deixa-me apreciar minha loucura,
Importuna Razão, não me persigas.**

**É teu fim, teu projecto encher de pejo
Esta alma, frágil vítima daquela
Que, injusta e vária, noutros laços vejo.**

**Queres que fuja de Marília bela,
Que a maldiga, a desdenhe; e o meu desejo
É carpir, delirar, morrer por ela.
(Bocage)**

**Se fazes planos para um ano,
Semeia trigo;
Se fazes planos para uma década,
Planta árvores;
Se fazes planos para toda uma vida,
Educa pessoas.**

(Kwan-Tzu, 300 a.C.)

A violência sexual é, por certo, um dos fenómenos que mais contribui para relevar o mais paradoxal do comportamento humano, nas suas múltiplas manifestações/conduitas. Seguramente esta realidade está exposta aos imperativos biológicos, psicológicos e pulsionais, mas importa salientar que a esta não são indiferentes as orientações do meio, da cultura, da situação, da circunstância, que de forma mais ou menos intensa vão determinar a “alma” e o “corpo” ou, se se preferir, o espírito e o comportamento.

A pluridisciplinidade da agressão sexual e a diversidade dos seus “actores”, nomeadamente dos agressores sexuais e das vítimas, ressaltaram-nos de imediato quando iniciamos o nosso estudo sobre esta problemática.

Quando decidimos estender este estudo ao domínio prisional, rapidamente nos apercebemos que os agressores sexuais, são *personnas* não gratas ao sistema. O *staff* prisional tem deles uma percepção que vai ao encontro das teorias que sustentam a problemática da agressão sexual, ou seja: a sua transversal insinceridade, patente em expressões como: “...eles estão todos inocentes!...”.

Os “violados”, como habitualmente a prisão os rotula, são homens que necessitam de redobradas atenções, precisamente para não serem eles próprios vítimas da restante população prisional e, quiçá, fazerem eles próprios vítimas num território que é propício a desvios. Em quase todos os Estabelecimentos Prisionais que visitamos, estes homens são os primeiros que encontramos, pois que para zelar pela sua integridade física, o corpo de vigilância coloca-os a desenvolver actividades laborais junto das áreas administrativas, portarias e áreas afins.

Embora altamente mediatizado, fomos-nos apercebendo que, ao contrário do que vem sendo dito e defendido, o grosso dos agressores, apesar da sua heterogeneidade, é tratado do mesmíssimo modo, ou seja, “não é tratado”, na verdadeira acepção da palavra. Não existem programas minimamente estruturados de avaliação, acompanhamento e intervenção com agressores sexuais.

Enquanto isso, a sociedade teoriza, questiona, reflecte e retém toda e qualquer iniciativa, dando espaço aos “predadores sexuais” para fazerem as suas vítimas, cumprirem penas de prisão e voltarem a fazer vítimas...

Apesar desta amargura perceptiva que aqui drenamos, importa neste espaço referir que sentimos por parte da administração prisional (algumas) vontade para fazer algo com os recursos de que não dispõem.

A nossa percepção foi-nos dizendo que existe um certo pudor em tratar estes temas, prestando-se o mesmo a exageros de ponta a ponta. Porventura, porque ao falarmos de agressão sexual estamos a falar de sexualidade e do que dela não se sabe: continua a ser o grande mito da sociedade, apesar das inúmeras revoluções que atravessou. A extensão dessas atitudes/crenças penetra o contexto prisional.

A falta de sinceridade – já aqui referida – está presente em forma e conteúdo nas mais variadas distorções cognitivas, levando a que estes agressores/reclusos se isolem e sejam duplamente isolados. Habitualmente, fala-se com estes de tudo, à excepção da agressão sexual. Os próprios interiorizam estar no “bom caminho” pois, rapidamente, foram colocados em contexto laboral, são afáveis no contacto, não registam medidas disciplinares (pois estão afastados da conflitualidade relacional) e todo o *staff* os solicita imenso...

Por vezes, dá-se o caso de os próprios não entenderem o porquê de não beneficiarem de medidas flexibilizadoras (nem tudo está mal!), o que invariavelmente acaba por acontecer.

Apesar da recidiva do crime de natureza sexual ser alta, ela não é estatisticamente significativa no universo prisional, decorrendo deste facto a tendência existente para percepcionar o agressor recluso como alguém sem antecedentes que cumpre pela primeira vez uma pena de prisão, na senda de um crime sem exemplo.

Existirão, claramente, alguns casos onde isso se verifica, mas apesar do “acto” de agredir sexualmente ser na essência repugnante, “violento” e objecto de repulsa por parte do indivíduo e da colectividade, os agressores sexuais jamais poderão ser perspectivados como um “conjunto” caracterizadamente homogéneo. Ao lado de sujeitos

onde a situação propicia a agressão, encontram-se outros perversos, frios de ânimo, arcaicamente brutais e egocêntricos, amorais, sadomasoquistas, indivíduos que desprezam e que são primariamente indiferentes ao outro e ao seu sentir.

Estas situações, só por si, justificariam uma adequada intervenção com uma rigorosa avaliação *à priori*, o que levaria a uma maior cautela por parte da prisão e daqueles que têm por missão reinserir...

Assim, o presente estudo, além de equacionar teoricamente a agressão sexual, o seu potencial e a(s) sua(s) pretensa(s) etiologia(s), orientou-se no sentido de contribuir para caracterizar a multiplicidade de factores (biológicos, educativos, sócio-económicos, emocionais/relacionais) a que os agressores estão implícita ou explicitamente expostos e que podem, pelo menos em alguns casos, condicionar o tipo de agressão sexual.

Pretendemos com este estudo, perceber se existem diferenças relevantes entre agressores sexuais intra e extra-familiares de adultos e menores, no que toca à sua caracterização em geral e em particular no que diz respeito as distorções cognitivas. Para tal, ir-nos-emos socorrer de uma análise quantitativa e qualitativa. O objectivo mais vasto deste estudo insere-se na tentativa de alargar o conhecimento sobre a criminalidade portuguesa em geral e sobre a criminalidade sexual em particular.

Existem alguns estudos entre nós que se debruçam sobre esta temática, dos quais destacamos os trabalhos de Barra da Costa (2003), Gonçalves e Vieira (2005) e Rebocho (2006).

Este estudo pretende dar um contributo, necessariamente modesto, para o reconhecimento desta problemática e eventualmente apontar algumas áreas passíveis de poderem ser intervencionadas.

I

Introdução

A agressão sexual é um fenómeno complexo, um problema difícil de perceber e de “tentar” resolver. Existe um variado número de conceitos, tipologias e características habitualmente associadas às agressões sexuais e aos seus perpetradores, que têm permitido a elaboração de teorias sobre estes comportamentos.

Assim, abordamos neste capítulo a problemática da agressão sexual, contextualizando-a à luz da agressividade e das teorias que a sustentam e dão pistas para a sua “compreensão”, ou seja, alguns dos modelos explicativos da agressão sexual.

1. Agressividade e agressão sexual

A palavra agressividade tem origem no latim “aggredior”, que significa ir contra o outro. Poder-se-á falar de agressividade quando o vento, por exemplo, arranca uma pedra ou uma árvore e em consequência temos a morte de uma pessoa? Ou no caso de um animal carnívoro que precisa de matar outros animais para se alimentar por essa ser a sua natureza?

Alguns autores referem que para existir verdadeira conduta agressiva, tem de haver sempre intencionalidade, e este conceito, num sentido antropomórfico, implicaria que na realidade só poderia ter autêntica conduta agressiva o ser humano (Ledesma Jimeno, 1980). É pois necessário precisar uma série de concepções acerca da agressividade. Em primeiro lugar, há que distinguir uma agressividade contra si mesmo, “autoagressividade”, de uma agressividade contra os outros, “heteroagressividade”, e, ainda, uma agressividade com carga sexual. Dentro destas formas básicas de agressividade, que ressaltam da direcção da agressividade contra si mesmo, ou contra o outro, ou com carga sexual, importa distinguir dois tipos importantes: a agressividade manifesta e a agressividade latente. É muito importante esta diferenciação, e a título de exemplo, salientamos que uma pessoa pode ter fortes pulsões agressivas, e tender a expressá-las de modo manifesto na forma verbal, em pensamento ou em obra, o que pode até terminar num homicídio, suicídio ou numa violação. No entanto, pode ter fortes pulsões agressivas que estão latentes e que podem ser expressas de modo contrário, na forma de amor e entrega à humanidade, ou remodelarem-se em formas construtivas através de profissões como a de cirurgião, escultor, investigador científico ou de outro tipo.

Algo diferente das formas latentes de agressividade, são os casos de repressão da agressividade, que podem conduzir a manifestações patológicas da mesma (Ledesma Jimeno, 1980).

A agressividade, que deve ser sempre estudada de modo multidisciplinar, reveste-se de aspectos biológicos, psicológicos, sociais e existenciais, que de seguida explicitamos.

1.1. Aspectos biológicos

Há alguns anos surgiu uma ciência chamada Etologia que estuda o comportamento animal no seu meio natural, não nos jardins zoológicos, nem nos laboratórios, onde os animais se encontram em situações artificiais. Estes estudos tiveram muita importância para o conhecimento do homem; tal foi a importância atribuída que acabou por determinar a atribuição o Prémio Nobel de Medicina a três Etólogos não médicos, Lorenz, Tinbergen e Von Frisch (Ledesma Jimeno, 1980). Lorenz, explicou as experiências iniciais de Kuo, com gatos e ratos, de uma forma revolucionária para a época. Na realidade, quando se afastavam os gatos recém-nascidos da sua mãe e dos seus irmãos, estes viviam uma experiência de privação, e isso interferia com o seu instinto de agressão, por isso não matavam ratos. Contudo, não os matavam, como defendia Kuo, porque esse comportamento era aprendido (Ledesma Jimeno, 1980).

Por seu lado, Kowamura, um etólogo japonês, estudou durante muitos anos o comportamento de grupos de animais no seu meio natural. Dos seus estudos surgiu uma conclusão importante: jamais se observou guerra.

Os estudos etológicos sobre agressividade em animais da mesma espécie, permitiram separar três importantes formas de agressividade:

- a) Por motivos hierárquicos;
- b) Por motivos territoriais;
- c) Por motivos sexuais (luta pelas fêmeas).

Uma questão que nestes estudos se revela interessante, é que nestas lutas intra-específicas, por hierarquia, território ou pelas fêmeas, se travam combates ritualizados

onde há vencedor e vencido, embora seja muito raro existirem feridas graves ou a morte de um dos adversários.

Estes estudos etológicos sobre a agressividade, revelaram importantes conhecimentos acerca da agressividade humana. Assim, foi possível afirmar que a agressividade intra-específica mais semelhante à do homem é a dos ratos. Um rato de um grupo, ao entrar erradamente, ou por outros motivos, noutra grupo de ratos, pode ser agredido tão ferozmente que às vezes, ao perceber o grande perigo em que se encontra, morre de medo (Ledesma Jimeno, 1980).

Múltiplos estudos no cérebro humano têm demonstrado a existência de estruturas cuja estimulação resulta em agressividade. Conhece-se, fundamentalmente desde os trabalhos de Hess, que estimulações no hipotálamo posterior produzem agressividade, e que lesões estereotáxicas em cima dos corpos mamilares do hipotálamo posterior suprimem a conduta agressiva. Outro núcleo nervoso de grande importância para a agressividade é o núcleo amigdalino, de cuja estimulação resulta agressividade, e cuja lesão estereotáxica a suprime (Narabayashi cit. in Ledesma Jimeno, 1980).

Uma outra questão é a diferença entre a conduta cerebral sexual e a conduta cerebral agressiva. De forma análoga à agressividade, encontraram-se áreas cerebrais cuja estimulação produz o impulso sexual e cuja lesão o suprime, contudo, em relação à sexualidade não se encontraram áreas cerebrais de que cuja estimulação resulte inibição da sexualidade. Em contrapartida, encontraram-se áreas cerebrais cuja estimulação inibe a agressividade. Isto demonstra-nos a enorme importância da sexualidade em relação à agressividade (Ledesma Jimeno, 1980).

Assim, terá sido decisivo, na evolução biológica, a aparição de estruturas cerebrais (referimo-nos aqui à questão da especialização dos hemisférios cerebrais e ainda do desempenho específico dos lobos parietal, temporal e frontal) que inibem a agressividade, situação que não terá ocorrido com a sexualidade.

Deste modo, parece poder-se concluir que existindo factores biológicos predeterminados que aumentariam a susceptibilidade de um determinado sujeito apresentar comportamentos agressivos, esta susceptibilidade pode ser concretizada e potencializada se as condições ambientais lhe forem favoráveis (Queirós, 1997). Na mesma linha se poderá dizer que o mesmo processo de socialização poderá neutralizar ou atenuar a carga instintiva.

Uma importante teoria para explicar a agressividade terá sido elaborada por um grupo de investigadores de Yale, que criaram a hipótese da frustração-agressão. Este modelo teve a sua origem, nos anos trinta, numa obra conjunta de psicólogos e sociólogos (Dollard, Doob, Miller & Sears, 1939 cit. in Gonçalves, 2000). Segundo estes autores, toda a agressão é produto de uma frustração. Qualquer agressão é sempre uma consequência de uma frustração e esta precede sempre um comportamento agressivo. Entenda-se frustração como uma “barreira” que impede que uma determinada conduta obtenha uma determinada resposta importante e significativa para o sujeito (Gonçalves, 2000).

Uma frustração seria assim entendida como uma barreira física ou mental perante a satisfação de uma necessidade. De acordo com alguns autores esta teoria terá levado Rosenzweig a elaborar um teste de frustração para conhecer a agressividade (e.g. Ledesma Jimeno, 1980).

Freud contribuiu também de forma poderosa para o conhecimento da agressividade, embora não se tenha dedicado de modo explícito ao seu estudo. Nos seus trabalhos, expõe a sua famosa hipótese sobre o instinto de morte. A interpretação de alguns sonhos e do sadismo era impossível, se explicada apenas, com base no instinto sexual ou no instinto de vida, pelo que cria uma hipótese mais especulativa, a do instinto de morte. Poder-se-á falar de um Freud primeiramente monista, com a sua hipótese do instinto sexual e de um Freud secundariamente dualista, onde admite de forma radical dois instintos opostos: o Eros, instinto de vida e Tanatos, instinto de morte (Ledesma Jimeno, 1980).

Na essência, o instinto de morte, seria uma tendência imparável de todo o ser vivo e do ser humano para regressar ao inanimado de onde precede. A vida resultaria sempre de um milagroso equilíbrio entre poderosas forças de criação (Eros) e de destruição (Tanatos). Esta hipótese tem sido negada pela maior parte dos psicanalistas e parece estar em contradição com todas as leis da Biologia. Os etólogos, encabeçados por Lorenz, negam também totalmente esta hipótese, sustentando que a agressividade é um instinto (Ledesma Jimeno, 1980).

Nos últimos tempos tem-se recorrido às teorias cognitivo-comportamentalistas para explicar e “tratar” a agressividade. Estas concepções comportamentalistas apontam-nos para posturas antagónicas com as anteriormente referidas. Assim, agressividade seria

uma conduta aprendida, e mediante a aprendizagem, a mesma se produz ou se reprime. Numerosos estudos têm demonstrado que na maior parte dos casos a observação da violência aumenta a agressividade nas pessoas que a observam (Ledesma Jimeno, A. 1980), ao mesmo tempo que a aplicação de castigos ou recompensas pode suprimir a agressividade. Estes estudos estão na origem da intervenção com recurso a programas ou estratégias de gestão da “zanga/raiva”. Admite-se que determinados sujeitos apresentem défices gerais de controlo da agressão (Manita, 2005). O estudo do castigo revela-se muito mais complexo que o da recompensa. As sociedades sempre dispuseram de dispositivos de normalização e regulação da agressividade. Estes dispositivos, em regra de reacção, assentam essencialmente no castigo ou na privação, com resultados questionáveis.

Entre as várias abordagens referidas, é muito provável que as “cognitivo-comportamentalistas” sejam as que apresentam mais hipóteses de, em tempo real, produzir efeitos consideráveis ao nível da identificação, redução e “tratamento” dos comportamentos dos agressores sexuais, na medida que permitem perceber através da manifestação comportamental o processo que lhes deu origem. Estas abordagens assentam em programas de “treino” de competências sociais e cognitivas que têm como objectivo a consciencialização, pelo agressor, das responsabilidades e consequências dos seus comportamentos e a consequente modificação dessa conduta. Em suma, estas abordagens pretendem responsabilizar e consciencializar os agressores pelas consequências dos seus actos sobre as vítimas, levando-os a perceber a verdadeira extensão do abuso e dos danos por eles provocados. Têm como objectivos, a transformação ou eliminação dos comportamentos agressivos, abusivos ou manipuladores e o desenvolvimento de relações não agressivas/abusivas.

1.3. Aspectos sociais

Os aspectos sociais têm uma inegável importância na questão da agressividade. A psicologia social teve neste domínio um importante papel, especialmente a escola norte-americana (de destacar a de Detroit), que estudou, entre outras, as lutas raciais e a psicologia das guerras. De grande importância são os problemas na microssociologia, especialmente o papel desempenhado pela família.

Um dos problemas mais importantes no contexto social é a influência da actual sociedade na agressividade. Marcuse assinalou a deplorável influência, nesta vertente

das sociedades industriais, onde o sujeito individual é encarado como um elemento que contribui para a produção (Ledesma Jimeno, 1980). Marcuse, tentou fazer uma síntese entre Freud e Marx, na sua famosa obra “Eros e Civilização”, expondo de modo claro a sua postura, atacando nas suas raízes a sociedade de consumo, onde o homem se torna unidimensional, só pretendendo consumir e ser consumido. Isto determina uma profunda alienação, criando-se uma competitividade que conduz à institucionalização da agressividade. Também Marcuse assinala a influência das repressões sexuais (impostas pela sociedade e que contrariam a biologia humana), especialmente aquelas que apelida de secundárias, como facilitadoras da agressão (Ledesma Jimeno, 1980).

Não há qualquer dúvida que uma sociedade, um modelo social, pode potenciar ou reduzir a agressividade e, de facto, existem sociedades humanas onde esta está muito reduzida e outras onde está muito aumentada, como se tem demonstrado em distintas culturas actuais e do passado.

Importa em relação a este aspecto referir o enorme contributo da psicologia social, no que respeita à pertença a determinados grupos, como defendia Hare, (1976); e Shaw, (1981) (cit. in Jesuíno, 1993), ou seja, há determinados indivíduos que pela sua adesão a certos grupos sofrem um processo de socialização que passa pela identificação com valores e práticas anti-sociais, assistindo-se, desse modo, a um reforço das relações interpessoais baseadas na agressividade e na subjugação do outro pelo meio da força e da violência (Gonçalves, 2000). Há muitas definições de grupo, mas de um modo geral, todas elas, acentuam as ideias de interacção, interdependência e consciência mútua (Deutsch, 1968 cit. in Jesuíno, 1993). Na mesma linha de importância para a psicologia social estarão as minorias étnicas e os seus costumes; pertença a determinadas classes sócio-económicas desfavorecidas, – entenda-se este conceito de classe social como algo que decorre das diferentes inserções dos indivíduos na estrutura económica das sociedades. As classes sociais, assim entendidas, são consideradas como adquirindo o essencial dos seus atributos no campo socioeconómico; os aspectos comportamentais ou culturais dos indivíduos e dos grupos são tratados como variáveis derivadas a partir daquela variável primária (Ferreira, Peixoto; Carvalho; Raposo; Graça & Marques, 1995).

Estudos realizados em famílias alternativas, as comunidades israelitas do Kiluz, mediante análises psicológicas longitudinais em sujeitos nascidos ali, puderam demonstrar que ao chegar a adolescência, e apesar das suas origens envoltas em grande

conflitualidade, não se tornaram toxicodependentes ou delinquentes e sobretudo não deram origem a grandes conflitos geracionais.

Por último, referir aspectos também importantes para as abordagens de cariz social de que são exemplo os bairros sociais que regra geral são periféricos, lugares mal conservados, de construções inacabadas com fraca qualidade de alojamentos e com elevados níveis de sobreocupação, onde faltam equipamentos e serviços. Nestes bairros, moram populações de baixo estatuto socio-económico com elevadas taxas de desemprego e com baixos níveis de escolaridade. Quase sempre associados a estes locais estão as economias informais e as actividades desviantes (Fernandes, 1995). A noção de preconceito reveste-se de particular relevância para estas abordagens, de um modo geral para a sociedade, e de um modo muito particular para as questões da sexualidade e dos crimes a ela associados. Segundo Jones (1972) (cit. in Monteiro, 1993), o preconceito pode ser definido como “o julgamento prévio, geralmente negativo dos membros de uma raça ou de uma religião ou grupo, ou dos que desempenham qualquer papel social significativa, que se mantém mesmo que os factos o desconfirmem”.

1.4. Aspectos existenciais

Nos estudos da filosofia de Heidegger, a existência é o fundamento da diferença entre o que encontramos no mundo (as coisas, a pedra, a mesa, a árvore e o animal), e o ser humano (o ser com consciência humana). Há uma série de feitos radicais no ser humano. O primeiro deles é que se trata de um ser arrojado no mundo, sem ter decidido a sua existência. O segundo, é que é um ser aprisionado, encarcerado numa forma de existência, no seu corpo e na sua mente. O terceiro, e o mais importante, é que o ser humano se encontra agarrado, inexoravelmente, à morte, à finitude e ao nada. Ora, considera o autor que destes três feitos que não são puramente fenomenais, mas sim existenciais, terá que emergir aquilo que se chama agressividade existencial (e.g. Ledesma Jimeno, 1980).

Heidegger (cit. in Ledesma Jimeno, 1980), deu ênfase ao terceiro aspecto: o homem é um ser-para-a-morte, é um ser em-ordem-para-o-fim. A aceitação desta negatividade implica uma culpabilidade existencial que levou Heidegger a interrogar-se sobre se a atitude autêntica do homem perante a morte seria decretar o suicídio voluntário, optando pela negativa, acabando voluntariamente com a morte, se seria

acabar com todas as possibilidades. Concluindo, Heidegger afirma que a única atitude autêntica do homem perante a morte é a sua espera contínua.

Camus, de modo análogo, inicia um ensaio sobre o absurdo, “O mito de Sisifo”. O único feito filosófico verdadeiramente sério é o suicídio; “o absurdo impõe o suicídio”, optando também pela negatividade embora de modo diferente de Heidegger (e.g. Ledesma Jimeno, 1980). Assim, Camus, perante o absurdo, impõe a rebelião metafísica. A posição de Heidegger, mais do que a de Camus, implica a existência de uma auto agressividade existencial: o eterno dilema de Hamlet que existe no homem desde que surgiu a sua consciência, “ser ou não ser: eis a questão”.

Os aspectos existenciais da agressividade encontram-se expressos de um modo mais belo e magnífico por Kafka, não só na “Metamorfose” mas também no “Processo”, e especialmente no “Castigo”, de onde toda a larga obra se resume a um contínuo esforço do servo para comunicar com o senhor do castelo, o que resulta sempre em vão.

Existe uma forma de comunicar através do amor e uma outra através do ódio, ou através da agressividade; a maior parte da agressividade deriva da suspensão ou impossibilidade de comunicação. Esta concepção de agressividade existencial, este aspecto antropológico existencial da agressividade, não resulta só e apenas em especulação teórica. Tendo em linha de conta os estudos antropológicos existencialistas da sexualidade, (Schwarz, Kranz, Kuhn, Von Gebattel, Giese cit. in Ledesma Jimeno, 1980), entre outros, propõem-se uma nova concepção, explicando as perversões sexuais como formas especiais de agressividade, ou seja, a agressão sexual poderia ser entendida como uma forma de manifestar um certo tipo de agressividade, tendo esta concepção a sua importância para o diagnóstico e para a terapêutica da mesma. Como disse Merleau-Ponty (cit. in Coelho, 1984), “...se a história sexual de um homem dá a chave da sua vida é porque, na sexualidade do homem, se projecta a sua maneira de ser perante o mundo, isto é, perante o tempo e os outros...”. O homem é vulnerável, padece de uma essencial fragilidade. Em cada momento de cada situação é forçado a escolher o caminho que pisa ou, pelo menos, o modo como o pisa ao encontrar-se arrojado¹ (Coelho, 1984). Torna-se, portanto, inevitável que os níveis de desvio do actuar sexual

¹ Arrojado: no dizer Heideggeriano, o núcleo da facticidade humana, a qual “está-aí”, no mundo, nele arrojado, sem ter escolhido tal situação que, então, lhe pode surgir como sem razão e sem necessidade quando dela toma consciência.

estejam ordenados em torno da liberdade (Coelho, 1984). Pode, assim, considerar-se o desvio como:

- a) escolha, que aparecerá como erro, como crime ou como pecado;
- b) malformação, que aparecerá como anormalidade, como variante, dita psicopática, como um modo de ser desviado à partida;
- c) morbo, que aparecerá como sintoma.

Em jeito de súmula sobre estas diferentes abordagens, poderemos dizer que elas pretendem redimensionar a questão da agressão sexual, num cenário mais alargado de agressividade. Como facilmente se percebe, as diferentes abordagens, não são por si só “respostas absolutas”, mas sim “caminhos” ou “pistas” para a compreensão deste fenómeno, que ao longo dos séculos, acompanhou o homem. A agressividade que a maioria das vezes nos deixa perplexos, pelas suas diversas formas de manifestação. Então, explicar a agressividade em geral e a agressão sexual em particular, a partir de um único aspecto, não parece ser uma explicação suficientemente satisfatória, pois qualquer conduta agressiva, é uma teia de processos em complexa interacção.

A sexualidade tem vindo, ao longo dos tempos, a ser objecto de juízos vários, mas sempre rodeada de interdições e falsos preconceitos. A tal, não será alheio o facto de lhe ter sido associada, durante muitos séculos, o conceito de pecado, estruturado por uma moral muito rígida introduzida por parte da igreja católica (Ricou, 2003).

Como refere Foucault (1994), o discurso sobre o sexo, de há três séculos até agora, foi multiplicado mais do que rarificado, o que trazendo consigo interdições e proibições, garantiu de uma forma mais fundamental a solidificação e a implantação de toda uma diversificação sexual.

Existem, historicamente, dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo; a *ars erótica* e a *scientia sexualis* e as sociedades arábico-muçulmanas, que se dotaram de uma *ars erótica*. Na *ars erótica*, a verdade é extraída do próprio prazer, tomado como prática e recolhido como experiência. Não tem como referencial a lei absoluta do permitido e do proibido. O prazer é antes considerado relativamente a si próprio, consistindo em reconhecê-lo, tendo em linha de conta a sua intensidade, a sua qualidade específica, a sua duração, as suas reverberações no corpo e na alma (e.g., Foucault, 1994).

A nossa civilização é a única que pratica uma *scientia sexualis*. Ou antes, que para dizer a verdade, do sexo desenvolveu, no decurso dos séculos, processos que se ordenam essencialmente numa forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral - trata-se da confissão (e.g., Foucault, 1994). Assim, a confissão tornou-se, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir o verdadeiro. Tornamo-nos uma sociedade singularmente confidente. Essa mesma confissão difundiu bem longe os seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na ordem mais quotidiana e nos ritos mais solenes. Codificou-se clinicamente o “fazer-falar”, combinou-se a confissão com o exame, a narração de si próprio com o desdobramento de um conjunto de sinais e de sintomas decifráveis; o interrogatório, o questionário apertado, a hipnose, associações livres: tudo meios para reinscrever o processo de confissão num campo de observações cientificamente aceitáveis (e.g., Foucault, 1994).

Posteriormente ou concomitantemente, medicalizaram-se os efeitos da confissão: a obtenção da confissão e os seus efeitos são recodificados na forma de operações terapêuticas. O domínio do sexo já não será situado apenas no registo da falta e do

pecado, do excesso ou da transgressão, mas sob o regime do normal e do patológico. Define-se, assim, uma morbidez própria do sexual. O sexo aparece como um campo de alta fragilidade patológica: superfície de repercussão para outras doenças mas, também, centro de uma nosografia própria, a do instinto, das tendências, das imagens, do prazer e do comportamento (e.g., Foucault, 1994).

O estudo da agressão sexual mas, essencialmente, dos agressores sexuais, tem colhido saberes de vários domínios do conhecimento, e as teorias que pretendem explicar o seu comportamento acabam por nos remeter de modo sistemático para modelos mais abrangentes sobre a delinquência e a natureza do comportamento desviante, nos planos tanto da sexualidade como da agressividade (Barra da Costa, 2001). Abordaremos de forma sumária neste sub-capítulo, alguns contributos de diferentes ciências.

Verifica-se, à semelhança do que aconteceu para a violência em geral e para a explicação de outras formas de comportamento desviante e criminal que as teorias explicativas têm evoluído, passando de abordagens mais lineares, centradas no indivíduo, para abordagens mais complexas. Progride-se das teorias unidimensionais para as teorias multifactoriais, das centradas ora na figura do agressor, ora na da vítima (Huesman, 1994; Agra, 1999; Manita, 1998, 2002; Marques-Teixeira & Manita, 2001 cit. in Manita, 2005).

Não existe a pretensão de uma discussão exaustiva dos vários contributos das diferentes ciências, pelo que se apresentará um leque prático de algumas abordagens, no sentido de se fornecer um conjunto considerável de informações e conhecimentos que possam, no mínimo, levar a questionar as convicções que sempre existem em relação a esta problemática.

2.1. O contributo da adicção

A adicção sexual é descrita como uma disfunção devido à qual o indivíduo apresenta um comportamento irresponsável, descontrolado e auto-destrutivo, manifestando indiferença pelas consequências e incapacidade de impedir a acção inapropriada. Tal como no caso dos alcoólicos ou dos toxicodependentes, o indivíduo deseja e promete continuamente limitar o comportamento, mas é compulsivamente levado a continuar com os encontros sexuais. Podem verificar-se marcadas oscilações do humor, preocupação com a obtenção de sexo e prejuízo da vida social, familiar e

profissional (Flora, 2001). A designação por vezes utilizada de “comportamento sexual adictivo” ou “compulsividade sexual” são exemplo desta teoria.

A associação entre álcool, drogas e comportamento criminal, é frequentemente referida e motivo de acesa discussão. As observações determinam constantemente que problemas de consumo de álcool e drogas ou a combinação das duas estão associadas com o crime (Boland, Henderson, & Baker, 1998; Dowden & Brown, 1998). Concomitantemente, as drogas de abuso têm sido apontadas como um importante contributo para a recidiva no que aos agressores sexuais diz respeito (Motiuk, 1998), especificamente no abuso de álcool que está associado a um a dois terços das violações (Abbey, 1991; Pernanen, 1991; Marshall, 1996). Marshall (1996), numa das suas revisões da literatura sobre agressores sexuais, recomendou que mais trabalho deveria ser feito, tendo em linha de atenção o abuso de substâncias e a agressão sexual. O autor argumenta que a investigação deveria fazer uso de medidas estandardizadas para se poder verificar/validar a suposta relação. Infelizmente, até à data, existem poucos estudos que usem essa metodologia de trabalho, com apropriados grupos de comparação.

2.2. O contributo da antropologia

Cada cultura designa quais os comportamentos considerados sexualmente apropriados ou desviantes. Não existe nenhum comportamento sexual conhecido que não tenha sido adoptado por alguma cultura em algum momento da história. Na Austrália, algumas tribos aprovam as relações homossexuais entre adultos e crianças do sexo masculino; na Nova Guiné, são permitidas cerimónias que envolvem condutas homossexuais, assim como casamentos com noivas pré-adolescentes; os nativos das Caroline Islands permitem que homens idosos penetrem os genitais de raparigas pré-adolescentes de forma a melhorar o seu desempenho sexual; diversas culturas do Médio Oriente permitem que um homem tenha várias mulheres, da mesma forma que na cultura Tibetana uma mulher pode ter múltiplos maridos (Flora, 2001). Actualmente, é permitido em alguns países da Europa o casamento entre homossexuais.

As abordagens evolucionistas são bastante controversas, definindo a agressão sexual como um reflexo da necessidade instintiva de procriar. A violação é encarada como um acto sexual que visa a propagação dos genes de uma espécie. Assim, os indivíduos do sexo masculino procuram quaisquer oportunidades para ter relações sexuais com mulheres (Flora, 2001). Uma obra que desta teoria poderá ser exemplo

intitula-se “A Natural History of Rape” (Thornhill & Palmer, 2000), obra muito controversa e altamente criticada, que assenta na ideia de que a violação é uma característica evolutiva da espécie, do homem em relação a uma mulher mais vulnerável, tal como acontece em outros organismos vivos. Os autores supracitados defendem os seus argumentos no pressuposto de hipóteses de natureza evolutiva.

Os seus mais acérrimos críticos apelidam-nos de “Ultra Darwinistas” e de “Darwinistas fundamentalistas/extremistas”.

Alguns autores que se interessam por esta abordagem na actualidade como Murrin e Laws (cit. in Marshall & Barbaree, 1990; Barra da Costa, 2003), estudam a influência que os *media* e a pornografia exercem sobre as agressões sexuais, reconhecendo-lhes um papel desinibidor e de apoio à violência, quer interpessoal quer sexual. De alguma maneira para certos indivíduos, o visionamento de certas formas de agressão associadas à ausência de limites e restrições sociais, legitima e desculpabiliza a violência de certos actos.

2.3. O contributo da biologia

Estas abordagens exploram a influência de factores biológicos, neurológicos e orgânicos na conduta sexual desviante. A agressão sexual pode estar relacionada, em parte, com traumatismos crânio-encefálicos, factores obsessivo-compulsivos, doença mental, patologia orgânica e níveis de testosterona elevados, entre outros. Também as vivências traumáticas podem contribuir para uma modificação do cérebro de forma a influenciar o *acting out* sexual, incidindo sobretudo ao nível do processo de pensamento desviante e do sistema de fantasias. As fantasias armazenadas no córtex visual podem tornar-se vívidas e sexualmente excitantes; de modo similar, também os lobos temporais, o sistema límbico e o hipocampo podem contribuir para o sistema de fantasias do ofensor. Indivíduos com antecedentes familiares de desvio sexual podem ter um risco acrescido de cometerem um crime dessa natureza, mas não é possível afirmar tratar-se de uma tendência genética ou aprendida (Flora, 2001).

Num estudo conduzido por Bader, 1994 (cit. in Quierós, 1997) foi demonstrada numa família holandesa a transmissão genética associada ao cromossoma X de um comportamento estereotipado (agressão impulsiva, piromania, violação e exibicionismo), expresso apenas pelos elementos do sexo masculino, sugerindo de novo factores genéticos. Trata-se de uma matéria controversa, mas Codoret e colaboradores

(cit. in Queirós, 1997) chamam a atenção para a importância dos factores genéticos, não se devendo negligenciar o papel do ambiente. Em suma, parece poder-se concluir que existem certos factores que transmitidos geneticamente, podem aumentar a susceptibilidade de um indivíduo apresentar comportamentos criminosos, podendo essa susceptibilidade ser concretizada se as condições ambientais lhe foram favoráveis.

Para estas abordagens terão contribuído os avanços no domínio da ciência e dos estudos sobre os factores biológicos (Pinard, 1993 cit. in Barra da Costa, 2003) relativamente à predisposição dos indivíduos para agredir sexualmente, que se podem descrever de acordo com os três períodos bem definidos e evolutivos da ciência: a identificação dos cromossomas durante os anos 60; o progresso da investigação sobre as hormonas nos anos 70; o progresso das ciências neurológicas a partir de meados da década de 80. Em relação aos aspectos neurológicos, certos autores (Konopacki & Oei, 1988 cit. in Barra da Costa, 2003) defendem que os seres humanos desenvolvem modelos neurológicos em situações específicas, pelo que, no decurso dos seus comportamentos habituais, se algum modelo interromper uma representação neuronal activa, pode provocar um aumento de activação.

Quanto aos níveis hormonais, apesar da maioria das investigações se centrar no papel da principal hormona masculina, eles são utilizados com frequência para explicar a compulsão para o sexo, bem como a influência que podem desempenhar no desencadear de comportamentos agressivos. Daí resulta a importância que em relação a esta temática se atribui ao uso de fármacos anti-androgénicos no “tratamento” (e.g., “castração química”) dos comportamentos sexuais desviantes, já ensaiados em alguns países.

Em 1990, Barbaree (cit. in Barra da Costa, 2003), apresentou um modelo em que a intensidade da activação sexual seria modulada pelos estados emocionais não sexuais do indivíduo. Assim, estados de afeição relativamente ao parceiro proporcionariam estados emocionais que aumentariam a intensidade da activação sexual, em processo de reacção às interacções sexuais com o “outro”. Simultaneamente, sentimentos de hostilidade em relação ao parceiro proporcionariam estados emocionais que aumentariam a intensidade da activação sexual em processo de violação ou outro comportamento sexual agressivo.

O tratamento de agressores sexuais, pressupõem um certo domínio das parafilias e, nos casos em que os protagonistas as apresentem, admite-se até o uso de medicação que actua ao nível dos receptores de serotonina, ou agentes inibidores da libido. Mas nesta matéria, existem questões éticas que se podem colocar, pelo que um ponto de

equilíbrio terá de ser encontrado entre o bem-estar do agressor (“tratamento”) e a segurança da população (Gordon & Grubin, 2004), questões estas só por si, gigantes, a justificar uma especialização no diagnóstico e tratamento de agressores sexuais.

2.4. O contributo da sociologia

Estas abordagens estudaram a moral e os valores de diversas culturas no que concerne à conduta sexual. Em cada sociedade a estrutura de poder vigente define o que é sexualmente permitido e o que não é aceitável; muitas vezes a lei é ditada por um grupo que nem sempre partilha o mesmo sistema de valores daquela cultura, sendo a religião um dos factores decisivos. Determinados filmes, programas de televisão e publicações pornográficas, promovem uma crença distorcida e frequentemente violenta de que as mulheres realmente desejam ser sexualmente agredidas, a qual influencia crianças e adultos (Flora, 2001).

Importa nesta abordagem, referir o contributo da Escola de Chicago, que no início da década de 30, desenvolveu uma explicação para o crime baseada no facto de que as mudanças sociais ocorridas por força da industrialização, do aumento das zonas urbanizadas e da imigração para as grandes cidades, conduziram a uma desorganização social que deteriorou os laços de coesão existentes no seio das comunidades urbanas. Os investigadores Shaw e McKay (1931) (cit. in Gonçalves, 2000) tentaram inventariar na cidade de Chicago, “bolsas” de delinquência, ou seja, áreas onde as taxas de criminalidade permaneciam relativamente constantes e elevadas. Invariavelmente, estas “bolsas” estavam ligadas à degradação física do meio, à segregação económica, étnica e racial, e também à doença (Gonçalves, 2000). Nesta linha, o comportamento desviante é a expressão de um sujeito que é ao mesmo tempo passivo e activo no jogo de interações com um dado ambiente físico, social e cultural. O agir delinquente é apenas um elemento numa constelação de outros elementos comportamentais, aos quais estão associados atitudes, desejos e valores. É todo o sistema de vida do “actor” situado num dado contexto que dá sentido ao seu acto desviante e normativo (Agra, 2001).

Paradoxalmente, estas abordagens forneciam algumas “pistas” para equacionar a criminalidade em geral, sobretudo a preconizada por comunidades estrangeiras. No entanto, eram pouco esclarecedoras, quanto às questões da criminalidade sexual.

Os países europeus divergem quanto à prevalência da violência e da agressão sexual (Van Dijk & Mayhem, 1992).

Esses números estão intimamente ligados com conceitos como: masculinidade, demografia social, economia, corrupção política (como se verificaram em alguns países do leste europeu), crenças e atitudes (os mitos podem “justificar” certas atitudes patriarcais do tipo machista).

A violência, e em particular a violência sexual, sob a alçada deste “clima”, levam a que alguns homens se sintam como que impelidos a agir de acordo com essas crenças.

De modo similar, algumas mulheres interiorizam estas ideias sexistas tornando-se menos preparadas para identificarem e denunciarem as agressões de natureza sexual. Nestes países, a punição é muito mais encorajada do que qualquer alternativa de tratamento, sendo em alguns casos completamente negligenciada.

Os agressores sexuais que negam ter cometido o crime, ou se recusam a tratamento após serem condenados, representam um incrível perigo para a sociedade (Maletzky, 1996 cit. in Baldwin, & Roys, 1998), demonstrando-se tal evidência pela diferença significativa dos números daqueles que recidivam, entre “acompanhados/submetidos a tratamento” e aqueles que o não foram (Hall, 1995 cit. in Marshall, 1994).

2.5. O contributo da psicologia

Estas abordagens assentam no pressuposto de que a origem da agressão sexual estará nos padrões de vinculação inapropriados, que podem estar relacionados com a existência de progenitores portadores de distúrbios mais ou menos acentuados de personalidade, ou cujo relacionamento com os filhos não é capaz de atingir laços estruturadores e emocionalmente gratificantes e duradouros, o que “origina” crianças e jovens psico-emocionalmente vulneráveis (Gonçalves, 2001).

Gonçalves (2001) refere que é comum distinguir-se três tipos de relacionamento ou padrões de vinculação: a vinculação confiante, a vinculação ansiosa/ambivalente e a vinculação evitante.

a) Vinculação confiante: é aquela que permite à criança e, posteriormente, ao jovem, aceder ao mundo ciente das suas qualidades e capacidades, bem como das dos outros, envolvendo-se nos relacionamentos, crente nos benefícios que pode vir a ter, mas sendo suficientemente forte para resolver as adversidades e frustrações que podem ocorrer. Os fracassos que possa ter no relacionamento

interpessoal, por vezes dolorosos, não o levam a desistir de tentar outros relacionamentos nem o mobilizam no sentido de adoptar estratégias desviantes ou violentas.

b) Vinculação ansiosa/ambivalente: resulta de um relacionamento parental em que os pais oferecem pouco ou nenhum apoio ao filho e são incongruentes na contingência a dar aos estímulos/solicitações por parte daquele, ora reforçando, ora punindo. Estas crianças e jovens tendem a desenvolver um auto-conceito negativo, que se presta a ambivalências; se por um lado anseiam estar próximos das outras pessoas, por outro temem ser rejeitados. Buscam simultaneamente e por vezes de forma excessiva, a atenção dos outros. Poderá acontecer que um qualquer adulto que se aproxime desta criança ou jovem, e que lhe preste alguma atenção, obtendo dele uma resposta muito positiva, podendo esta ser facilmente tolerante a comportamentos de sedução sexual e, em consequência dessa exacerbada proximidade “mal percebida”, ser vítima de agressão sexual.

c) Vinculação evitante: quando os pais são frios e distantes e limitam/reduzem ao máximo o contacto com os filhos, não lhes proporcionando o afecto estruturante e emocionalmente organizador, instala-se o padrão de evitação. Estas crianças/jovens tendem a desconfiar dos outros evitando a todo o custo o relacionamento interpessoal. A sua auto-estima e auto-confiança são baixas e têm recursos muito poucos para lidar com os problemas, que acontecem sempre que duas ou mais pessoas se encontram. Prefere ignorá-las (percepciona o outro como objecto), ou age de forma impulsiva e descontrolada, ou desproporcional à situação e ao estímulo desencadeador; aumenta com essa conduta a probabilidade de virem a cometer actos anti-sociais ou criminosos.

Estes dois últimos padrões (vinculação ansiosa/ambivalente e vinculação evitante), revelam uma forte componente de fragilidade psicológica e emocional que poderá predispor para o risco de vitimação ou para a tendência para vitimizar (Marshall & Barbaree, 1989,1990 cit. in Gonçalves, 2001).

Nos últimos anos, os investigadores e os clínicos, prestaram imensa atenção à natureza das agressões sexuais e consequente relação com os agressores sexuais na medida das suas relações mais íntimas de amizade, bem como nas suas mais remotas

experiências de relacionamento (Marshall, 1989), ou seja, os agressores sexuais não possuiriam as aptidões (sociais, interpessoais, afectivas, relacionais e até cognitivas) para estabelecer relações íntimas com adultos, porque não conseguiram alcançar laços de vinculação estáveis durante a infância, dificuldade que lhes impossibilitou o desenvolvimento posterior dessas capacidades. Daí o embaraço que demonstram em termos de concretizarem o desejo de intimidade, o que pode ser entendido como indicador de reacção à solidão emocional; a intimidade passa a ser procurada através de forma ilícita (agressão sexual) ou com parceiros desadequados (crianças) (Barra da Costa, 2003). Basicamente, existem três sobreposições, que encerram, em si mesmas, linhas de investigação diferentes. Assim, a primeira área de investigação é aquela que diz respeito ao trabalho com agressores sexuais e às suas relações românticas adultas e sua interacção com o estilo de relacionamento, défices de intimidade e comportamento agressivo (Ward, Hudson & Marshall, 1996; Ward, McCormack & Hudson, 1997). A segunda linha de investigação respeita as experiências desenvolvimentais dos agressores, documentando as variáveis que poderão ser predictoras de uma futura agressão sexual (Prentky e col, 1989). O terceiro tipo de investigação consiste em examinar jovens agressores sexuais e as suas relações com os primeiros cuidadores (pais) e grupo de pares (amigos) (Blaske, Borduin, Henggeler & Mann, 1989).

Despistando o valor das investigações nesta área, a verdade é que pouco se sabe acerca da relação entre a qualidade das primeiras relações e a disfuncionalidade no relacionamento interpessoal no agressor adulto. De acordo com a teoria da vinculação, os esquemas interpessoais, bem como as suas estratégias, são originadas por experiências cumulativas com outras pessoas, salientando-se nestas relações (emocionalmente organizadoras, ou não), a preponderância dos primeiros cuidadores (na medida que ensaiam as relações). Nessa linha de pensamento tem-se verificado uma aparente dificuldade dos agressores sexuais para estabelecerem relações íntimas com outros adultos, sustentando-se que aqueles teriam tido experiências destrutivas e negativas no relacionamento com os seus cuidadores (pais, amigos) (McCormack, Hudson & Ward, 2002).

2.5.1. Abordagem psicodinâmica

De acordo com as abordagens psicanalíticas, o “agressor” pode ser encarado como um indivíduo que não completou o processo desenvolvimental de maturação, ou

seja, um indivíduo que apresenta um Ego e um Super-Ego fracos. Consequentemente, verifica-se que este apenas se orienta no sentido da gratificação imediata das suas necessidades situacionais. Contexto esse que provoca um aumento da ansiedade e dá-se o desenvolvimento de uma perversão sexual. Assim, esta ansiedade é convertida no medo da castração: os rapazes apercebem-se que são diferentes das raparigas e receiam a possível remoção do seu pénis por um pai ciumento e ameaçador. Para lidar com uma mãe sedutora, certos indivíduos procuram preservar a sua infância através de ansiedade e fobias; tais indivíduos podem desenvolver determinados comportamentos agressivos/delinquentes de forma a deslocar a sua ansiedade.

As abordagens psicanalíticas remetem-nos para a ideia de que o comportamento criminal surge por um desequilíbrio entre as forças de controlo interno. Este controlo está intimamente ligado aos processos de gestão e aos modelos educacionais e familiares (Gonçalves, 2000).

Estas abordagens centram-se na importância da ansiedade e na forma como certas perversões se desenvolvem, permitindo um escape para a agressividade, pensamentos e sentimentos de natureza sexual (Flora, 2001).

Em suma, as abordagens psicanalíticas defendem os instintos sexuais como algo inerente ao ser humano, fazem por isso depender o nosso comportamento desses impulsos, que se desenvolvem segundo certos estádios. Nessa medida, o estado criminoso resultaria do conflito entre impulsos naturais e resistências adquiridas.

2.5.2. Abordagem comportamentalista

De acordo com estas abordagens, o desvio sexual é um comportamento aprendido. Uma interação sexual desviante vivenciada pelo indivíduo pode ser reencenada aquando de futuros acontecimentos de natureza sexual, sendo a fantasia e a masturbação partes da encenação. Se os actos desviantes forem repetidos com regularidade, é provável que surja uma parafilia. A actividade sexual torna-se cada vez mais distorcida à medida que o desvio continua e surgem mais formas inapropriadas de actividade sexual. Esta corrente teórica considera que o desvio sexual pode resultar do condicionamento clássico, do condicionamento operante e, ainda, da aprendizagem por modelagem (Flora, 2001).

2.5.3. Abordagem cognitivo-comportamentalista. A importância das distorções cognitivas.

Os agressores sexuais apresentam, frequentemente, um historial de pensamentos negativos auto-perpetuados que influenciam o comportamento, desenvolvendo assim uma forma distorcida de ver a vida. Este funcionamento cognitivo possibilita a racionalização, justificação e minimização dos actos praticados, verificando-se frequentemente um sentimento de “direito” a praticar tais actos (Flora, 2001). Dar-se-á particular ênfase neste trabalho a estas teorias, sobretudo porque urge fazer algo, estando demonstrado e aceite pela comunidade científica que são os programas de cariz cognitivo-comportamental que maior eficácia revelam na diminuição da reincidência neste tipo de agressores (Marshall & Redondo; Gonçalves, 2001).

É desde logo importante distinguir a mentira (forma deliberada e intencional de descrever os factos), das distorções cognitivas (formas distorcidas de ver o mundo) (Marshall; Anderson & Fernandez, 2003). As distorções cognitivas são frequentemente identificadas pelos investigadores e clínicos que trabalham com agressores sexuais (Briere, Malamuth, & Check, 1985; Bumby, 1996; Ward e col, 1997).

Walters, entre 1990 e 1998 (cit. in Gonçalves & Vieira, 2005), criou um modelo de cariz fundamentalmente cognitivo, em que a criminalidade é conceptualizada como um estilo de vida marcado pela irresponsabilidade, auto-indulgência, comportamento interpessoal intrusivo e violação de regras sociais. Estes factores interagem entre si e dão origem ao tipo de comportamento que define o estilo de vida criminal do indivíduo. Assim, Walters (cit. in Gonçalves & Vieira, 2005) baseando-se no trabalho de Yochelson e Samenow (1989), refere a importância de oito distorções cognitivas típicas de um delinquente crónico que se combinam entre si para produzir os quatro estilos de vida criminal que o autor identifica. São elas a auto-desculpabilização (utilizar justificações irrelevantes para os actos cometidos), o “curto-circuito” (afastamento e eliminação de emoções como o medo ou mensagens dissuasoras do crime através de gestos ou rituais), a permissividade (estatuto privilegiado que lhe permite adoptar todo tipo de comportamentos), o controlo do meio (sensação de poder que leva a que o sujeito tente controlar tudo o que o rodeia), o sentimentalismo (aparentar ser “boa pessoa” e ter qualidades), o super-optimismo (visão irreal dos seus atributos e da capacidade de evitar as consequências das suas acções desadequadas), a indolência cognitiva (procurar comportar-se segundo a lei do “mínimo esforço”), e a inconsistência (falta de

perseverança para efectuar qualquer tarefa que exija esforço). Desta forma, a auto-desculpabilização e o “curto-circuito” dão origem ao estilo de vida criminal onde predomina a irresponsabilidade (Gonçalves & Vieira, 2005).

Em jeito de síntese, poder-se-á dizer que o estilo de vida de um criminoso se caracteriza por várias formas e modos de irresponsabilidade em diferentes domínios, a que se alia uma propensão para o envolvimento em actividades marcadas pela indiferença, a desinibição, a impulsividade e a auto-desresponsabilização, tais como o abuso de álcool e drogas, a promiscuidade sexual, o vício do jogo e a ostentação de tatuagens. Geralmente este cenário surge precocemente e manifesta-se nas formas mais singulares e básicas dos relacionamentos entre pessoas. De acordo com a maior ou menor presença de distorções cognitivas e a forma como estas se “encaixam”, irá predominar um estilo criminal em detrimento de outros ou, nos casos mais problemáticos, podem co-existir mais do que um, senão todos os estilos (Gonçalves, 2002; Gonçalves & Vieira, 2005).

As distorções cognitivas são frequentemente identificadas pelos investigadores e clínicos que trabalham com agressores sexuais (Briere, Malamuth & Check, 1985; Bumby, 1996; Ward e col, 1997), que incluem expressões como: “as mulheres que são agredidas sexualmente têm o que merecem”, “as mulheres não podem estar a falar verdade”, “as mulheres nunca dizem o que realmente pensam”, “o homem tem direito a fazer sexo com quem ele quiser”, “as mulheres gostam de ser dominadas e controladas”, “as mulheres atormentam os homens sexualmente”, “as mulheres gostam de sexo a qualquer momento” e “os homens ficam possuídos/enfeitiçados/descontrolados pelos seus impulsos e não conseguem controlar as suas vontades sexuais”.

No que respeita aos processos cognitivos, os trabalhos de investigação sustentam que os agressores sexuais percebem a informação de uma forma desadaptada, geralmente de acordo com as suas crenças, e será isso que os desperta para agredir sexualmente (Pryor & Stoller, 1994; Stermac & Segal, 1989). Os processos envolvidos nessas crenças são detectáveis na maneira como os próprios lidam com a informação processada:

- a) Justificando os actos em termos de moralidade ou de necessidade psicológica;
- b) Minimizando as suas atitudes ou consequências;
- c) Deslocando a sua responsabilidade através da desvalorização da vítima.

Como se percebe pela exposição sumária aqui descrita, as distorções cognitivas abrangem vários domínios da interpretação/significação da realidade e daí a sua importância para a compreensão do funcionamento dos agressores sexuais e a sua relevância para os modelos de intervenção.

2.6. O contributo da abordagem feminista

A corrente feminista é largamente responsável pela exposição e pela atenção prestada às vítimas de agressão sexual, nomeadamente por parte da polícia e da população em geral. Concomitantemente, as teorias feministas mudaram a forma de ver o problema, que durante muito tempo se focalizou na ideia de que a vítima tinha um certo grau de culpa na agressão sexual.

O activismo feminino é ainda responsável pelo alerta junto das mulheres, tornando-as menos vulneráveis à agressão sexual, informando-as, sensibilizando-as, fazendo-as reconhecer-se como vítimas e, noutros casos, promovendo grupos de auto-defesa.

Para além de terem contribuído para um maior conhecimento acerca desta temática, esta abordagem teve um profundo impacto na explicação das motivações dos agressores sexuais, que até aos anos 70 estavam directa ou indirectamente relacionadas com motivações de natureza sexual. O ponto fulcral da teoria feminista encontrava-se nesta explicação “não sexual da agressão sexual” (Sanders, 1980).

A agressão sexual, em particular a violação, é em si mesmo muitas coisas e presta-se a múltiplas significações. Pode ser um objectivo a alcançar, pode ser um instrumento de tortura, pode ser uma forma de demonstrar masculinidade, ou pode ainda ser um meio de obter sexo. Muitos homens praticam agressões sexuais. Todos eles fizeram com esse comportamento algo de muito errado. Grande parte dos agressores nunca fez nada de particularmente extraordinário/útil na vida (Baker, 1997). Todas estas premissas encerram em si eventuais motivações/explicações para o cometimento da agressão sexual que, seguramente, influenciou o espírito dos investigadores quando teorizaram sobre o assunto.

Em suma, a visão de que a agressão sexual, em particular a violação, não é um acto com motivação sexual como defendem as abordagens feministas foi primariamente defendida por diversos autores (Millet, 1971; Griffin, 1971 & Greer, 1970; 1973 cit. in Palmer, 1988), estes autores argumentavam que a agressão sexual se inscrevia num acto

político de violência e domínio, com raízes nas tradições patriarcais e em padrões de socialização maioritariamente sexistas/machistas. Posteriormente vários escritores se deixaram influenciar nos seus escritos por esta nova visão da temática (Betries, 1972; Burgess & Holmstrom, 1974; Cobb & Schauer, 1974; Cohen, 1972; Davis, 1975; Russell, 1975 cit in Palmer, 1988). Um dos mais influentes autores, se não mesmo o seu maior impulsionador, foi Nicholas Groth, tendo como expoente máximo do seu trabalho a obra “*Men Who Rape*” datada de 1979 que influenciou sobremaneira os posteriores investigadores, levando-os ao ponto de em vários momentos afirmar que “é agora genericamente aceite por criminologistas, psicólogos e outros profissionais que trabalham com agressores sexuais e com as suas vítimas que a “violação”, não é primariamente um crime sexual, é antes um crime de violência” (Warner, 1980 cit. in Palmer, 1988).

2.7. Psicopatia

Será sem qualquer dúvida difícil enquadrar um comportamento, um acto ou uma tendência comportamental, sem recorrer a um quadro referencial. Após nos referirmos à medicalização do sexo ou à tentativa de “ortopedizar” a sexualidade no Ocidente, eis-nos a abordar esta problemática de um ponto de vista clínico. Nesse sentido, enquadraríamos os agressores sexuais no conceito de psicopatia, adoptando a definição proposta por Schneider (1950): “personalidade anormal que sofre e faz sofrer” devendo, entender-se neste caso, o conceito de “anormal” como um desvio do termo médio (estatístico) e não, necessariamente, como um desvio clínico-patológico. Mais tarde, os autores anglo-saxónicos, como referem Henderson (1939) e Cleckley (1959), foram os primeiros a elaborar e a desenvolver o conceito de psicopatia sob o ângulo de personalidade sociopática (comportamento anti-social ou associal). O termo anti-social refere-se, em regra, a certos comportamentos delinquentes que não se corrigem pela experiência nem pelo castigo (Fonseca, 1997).

A avaliação da psicopatia tem sido uma questão controversa e só com o advento da Psychopathy Checklist, na sua versão revista (PCL-R; Hare, 1991 cit. in Fonseca, 1997), é que tal situação começou a clarificar-se, embora continuem a existir algumas polémicas no que diz respeito à sua inclusão nas grandes classificações internacionais de doenças mentais (Fonseca, 1997).

Como refere Gonçalves (2001), utilizando o instrumento de avaliação supracitado, no contexto prisional português concluiu-se que os psicopatas são geralmente identificados como indivíduos ligados aos crimes contra pessoas. Dentro da mesma metodologia, recorrendo a condenados em penas efectivas de prisão, noutros estabelecimentos prisionais que não centrais, Pereira, Moreira e Gonçalves (Pereira, Moreira & Gonçalves, 1999), verificaram uma tendência estatisticamente significativa, para serem os reclusos presos por crimes de furto e crimes sexuais, os que apresentavam scores médios mais altos de psicopatia (Gonçalves, 2001).

Importa referir que a revisão da literatura sugere alguns aspectos que podem relacionar agressividade com a psicopatia (Kosson, Smith & Newman, 1990; Hare & McPherson, 1984. cit. in Vieira & Soeiro, 2002), podendo-se concluir que os psicopatas apresentam taxas de criminalidade mais violenta, uma maior probabilidade de se envolverem em comportamentos agressivos, bem como terem uma história criminal mais diversificada.

2.8. Parafilias

Para o objectivo do nosso estudo, interessa-nos considerar os desvios ou “perversões” sexuais. Naquilo que concerne ao desvio do acto heterossexual, existem alguns comportamentos do tipo anormal (no sentido sócio-estatístico), que ainda hoje recebem a designação um tanto imprópria de perversões².

A mais frequente de todas as perversões é, de longe, o homossexualismo, que embora sendo mais incidente no sexo masculino, parece ter em ambos os casos o mesmo significado biopsicológico. No entanto, a *Associação Psiquiátrica Americana*, deixou de incluir a homossexualidade no grupo psicopatológico das psicopatias; aliás, a última classificação americana das doenças psíquicas (DSM IV) não considera a homossexualidade (na sua forma egodistónica) como doença. O *Manual de Diagnóstico e Estatística* apenas refere como “perda de orientação sexual” a chamada homossexualidade “egodistónica”, em que o indivíduo sofre intensamente com o seu desvio.

² O termo perversão, considerado como altamente estigmatizante, vem ainda da época em que estas práticas e desvios eram considerados, em muitos países, como pecado ou crime. Farenzi (1914) havia proposto a substituição do termo por parafilia.

Aceitaremos neste campo controverso, a posição mais conciliadora de (Alonso Fernandez, 1977), que propõe que se alicerce a etiologia no desenvolvimento homossexual da personalidade. Tal desenvolvimento poderá ser accionado por factores disposicionais ou reactivos. Torna-se, a propósito, interessante assinalar que alguns trabalhos recentes procuram justamente distinguir o que chamam uma “homossexualidade primária”, de natureza bioquímica, de uma “homossexualidade secundária”, de carácter sócio-cultural (Fonseca, 1997).

Existem ainda outros desvios sexuais ou parafilias menos frequentes (do ponto de vista sócio-estatístico).

Um critério orientador que nos parece útil para os sistematizar e classificar será referir que o actuar sexual desviado pode sê-lo (Coelho, 1984):

- a) quanto ao objecto;
- b) quanto à forma, ao “*modus operandi*”;
- c) quanto à consciência do próprio sexo (transsexualismo);
- d) quanto ao rendimento (inibição, exaltação).

Assim sendo, o campo do perverso, reitera a nosologia inicial, como forma de existência; terá a sua maior acentuação no psicopático, um pouco menos no neurótico, ainda menos no reactivo, e “nenhuma” no psicótico (e.g., Coelho, 1984).

Refira-se o exibicionismo como o “actuar” que recorre a exposição indecorosa dos órgãos sexuais, assistindo-se desse modo à erotização do olhar. O mundo do olhar é um olhar sobre o mundo...que nos devolve a nossa imagem nele e nos espelha; pelo olhar dispomos de uma certa modalidade de poder, “...pois olhar é chamar a si...” (H.Ey cit. in Coelho, 1984).

A pedofilia pretende traduzir uma tendência exclusiva para a prática do acto sexual com crianças. O fetichismo consiste na obtenção do orgasmo só na presença de símbolos da pessoa desejada do sexo oposto. Situemos o fetiche: ele representa uma formação arcaica, algo que paira, indiferenciado, entre a realidade objectiva e a imaginária representativa, entre o Eu e o Tu, entre o inanimado e o animado, fazendo lembrar os elementos da actividade lúdica infantil (Coelho, 1984).

O sadismo consiste na obtenção do orgasmo, apenas e só, mediante a agressão verbal ou física do desejado. O masoquismo consiste na obtenção do orgasmo, mediante

um certo sofrimento por auto-agressão ou ofensa alheia³. Trata-se, nos dois casos, da erotização da dor. A dor exprime sempre um “demasiado tarde”, uma revelação súbita de que se está exposto e, para além disso, também impotente quando há impossibilidade de esquiva. Ao contrário do prazer, há na dor uma separação vivencial Eu/corpo, embora permaneçam ligados na realidade, tomando então a morte, em caso extremo, o valor da única possibilidade de separação.

O actuar sádico desenrola-se numa escala que abrange desde o simples fantasiar mais ou menos manifesto, passando por atitudes de domínio e subjugação do outro, até aos extremos monstruosos e clássicos da tortura e assassinato.

No actuar masoquista a entrega transforma-se, degradando-se, em desejo de ser subjugado, maltratado, numa alteração dificilmente compreensível do sentido de passividade (Coelho, 1984).

A necrofilia consiste na obtenção da satisfação sexual com cadáveres, enquanto o voyeurismo se define pela necessidade de espiar pessoas nuas ou a praticarem o acto sexual para obtenção da excitação e do orgasmo.

No onanismo, a actividade masturbatória pode aparecer como simples etapa do desenvolvimento da sexualidade normal, como acto com valor de reflexo (semelhante aos actos próximos do alívio de um prurido), ou, antes, como fruto emergente de uma situação de carência ou, ainda, como elo de um contínuo preliminar de cópula. Em todos estes casos não se constitui como actuar perverso mas, somente, quando implica uma peculiar dissociação entre si-mesmo e o corpo, padecendo de uma estruturação temporal e viciosa (Coelho, 1984).

No caso do DonJuanismo, a posse da fêmea, manifesta um anunciar da mulher que o homem tanto teme. O seu “Eu” não se move, bloqueado e solitário, sem sequência autêntica na construção do amor, restando-lhe apenas a precária organização temporal e viciosa, colecionista, tradutora da profunda insatisfação, “vazio-de-mulher” que o corrói, destruidor da mulher como figura de amor (Coelho, 1984).

³ Os termos “Sadismo” e “Masoquismo” foram utilizados, pela primeira vez, no século passado, por Krafft-Ebing (1918), que os retirou dos nomes de dois escritores novelistas, o francês Marquês De Sade (1740-1814) e o austríaco Leopoldo Sacher-Masoch (1836-1885)

Durante as últimas décadas assistiu-se a um incrível cuidado com os agressores sexuais, pois alegava-se que esse tipo de criminosos apresentava multifacetados comportamentos e era constituído por um grupo heterogéneo de agressores (Knight & Prentky, 1990; Prentky & Knight, 1991; Quinsey, 1984 cit. in Barbaree & Serin, 1993). Os agressores diferem não só em termos das suas experiências familiares e de desenvolvimento, como também das suas características psicológicas, em suma, do seu perfil. Mas ter-se-á que entrar em linha de conta, para definir o tipo de agressor, com o seu envolvimento geral no crime e atender à própria natureza da agressão sexual (Prentky & Knight, 1991 cit. in Marshall & Pithers, 1994).

O papel da psicopatia, como uma possibilidade de discriminação/despiste em relação aos agressores sexuais, recebeu uma considerável atenção por parte das ciências sociais e humanas (Gutmacher & Weihofen, 1952; Fitch, 1962; Kopp, 1962; Gebhard, Gagnon; Pomeroy & Christenson, 1965; Cohen, Seghorn & Calmas, 1969; Rada, 1978; Seghorn & Cohen, 1980 cit. in Brown & Forth, 1997).

A psicopatia é vista por muitos como uma séria desordem de personalidade que se manifesta muito cedo e que, na maior parte dos casos, persiste pela vida fora. Está associada com as áreas da afectividade e do relacionamento interpessoal, e tem como características comportamentais uma profunda falta de remorsos, culpa e embotamento afectivo em relação aos sentimentos, direitos e respeito no lidar com o outro (Cleckley, 1976; Hare, 1991 cit. in Brown & Forth, 1997).

Os indivíduos que se encontram neste registo estrutural de personalidade são habitualmente descritos como impulsivos, egoístas e decepcionados, aparentando-se com doentes e irresponsáveis. Importa referir neste capítulo, aquele que a literatura identifica como sendo o pior dos psicopatas, ou seja, aquele que leva a cabo um homicídio e, dentro desses, o homicídio sexual, que se caracteriza por incluir actividade sexual antes, durante ou após o crime de homicídio (Porter, Woodworth, Earle, Drugge e col, 2003)

Durante quase um século este fenómeno permaneceu no domínio da literatura psicológica ou psiquiátrica. Teve como grandes impulsionadores, os estudos levados a cabo por Krafft-Ebing (1965) na sua obra clássica “*Psycopathia Sexualis*”, discutindo-se o sadismo fatal e não-fatal, referindo-se ao homicida sádico como o pior dos assassinos. Krafft-Ebing considerou o sadismo como a combinação de desejo (luxúria) e crueldade, durante o qual o perpetrador retira prazer do sofrimento do outro. De acordo com o

autor supracitado, muitos indivíduos que têm fantasias sádicas (mais do que fantasias homicidas), refreiam os seus pensamentos por causa das suas crenças morais, enquanto outros não têm essas inibições éticas. Um século depois, e após despiste de um elevado número de clínicos e investigadores, voltou a estudar-se o homicida sexual (Firestone, Bradford, Greenberg & Larose, 1998; Meloy, 2000)

Tem havido pouca investigação empírica do fenómeno porque a maior parte dos crimes oficiais não documentam de forma exaustiva a forma e a maneira como os homicídios são cometidos (Arrigo & Purcell, 2001). Menor é ainda a descrição dos homicídios sexuais. As estimativas apontam para 1% do total de homicídios nos E.U.A. (Meloy, 2000) e para 4% do total de homicídios no Canadá (Roberts & Grossman, 1993). Contudo, deve ter-se em atenção que estes investigadores tiveram acesso a detalhadas descrições dos homicídios. Outros aspectos, a ter em linha de conta, são os aspectos jurídicos; em alguns países um homicídio precedido de agressão sexual é oficialmente reconhecido como homicídio qualificado. Para tentar dizer que uma investigação minuciosa e uma recolha de informação exaustiva, poderá revelar uma maior frequência de homicídio sexual do que é reconhecido. Nesse tipo de estudos dever-se-á ter em linha de conta, entre outras: as características da vítima; a relação vítima/agressor; antecedentes psicopatológicos; tipo de violência evidenciada no contexto onde ocorreu o homicídio de natureza sexual.

2.10. Agressores sexuais

Como refere Gonçalves (2003), os agressores sexuais constituem uma categoria de delinquentes que tem permanecido consideravelmente desconhecida da generalidade dos investigadores que se dedicam ao fenómeno criminal em Portugal, ora pela juventude da investigação em ciências sociais e humanas, ora por uma conjectura científica que tem privilegiado outros objectos de estudo.

Os dados indicam que os crimes sexuais têm registado um certo aumento, ainda que nem sempre constante. Importa referir que grande parte dos crimes sexuais ocorre entre conhecidos, amigos ou familiares, pelo que a denúncia se torna mais difícil, embora nos pareça que a mediatização do tema tenha resultado num maior apresentar de queixas/denúncias e atenção por parte da comunidade em geral. Os números talvez estejam subvalorizados, dada a dificuldade de provar a existência do crime, em virtude da sua natureza. Mas, a expressão dos números é um dado menor face à gravidade dos

actos e às sequelas deixadas nas vítimas, que não raras vezes são duplamente vítimas, traduzindo-se os seus comportamentos por sintomatologia depressiva, baixa auto-estima, abuso de substâncias e vulnerabilidade a futuras vitimações (Brown & Finkelhor, 1986; Fernandes, 1992; Marx, Van Wie & Gross, 1996 cit. in Gonçalves, 2003).

Neste domínio, a investigação é diminuta e não existem programas de intervenção para os agressores sexuais nas prisões, embora tenha sido construído um estabelecimento prisional para albergar esse tipo de reclusos (Estabelecimento Prisional da Carregueira).

Atendendo à crescente e actual questão da criminalidade sexual (redes de pedofilia, pornografia e prostituição infantil), torna-se urgente reflectir e actuar, tendo em linha de conta as investigações entretanto desenvolvidas.

Foi nossa intenção começar por elencar as parafilias, para agora podermos referir que alguns crimes sexuais estão intimamente ligados a elas, embora algumas, em si mesmo, não constituam comportamentos criminosos.

De acordo com a nossa lei, as parafilias que estão ligadas aos crimes são a pedofilia e o incesto (artigos 172º e 173º do Código Penal), o exibicionismo (artigo 171º do Código Penal), a necrofilia (artigo 254º do Código Penal), ou na situação em que o comportamento envolva coação sexual da vítima (por exemplo sadismo ou agressão verbal ou física, no caso artigo 163º do Código Penal). Isto para não falar de todos os comportamentos parafílicos que resultem em ofensas à integridade física grave (artigo 144º do Código Penal) ou homicídio qualificado (artigo 132º do Código Penal) ou de outras modalidades jurídico-penais dos crimes contra a vida o que torna negros os números dos crimes sexuais. Estes últimos casos, por terem moldura penal superior à generalidade dos crimes de natureza sexual, acabam por diluir e camuflar os números e os agressores desta tipologia criminal.

Aceitamos, nestes casos, tendo em linha de conta a severidade e a gravidade da agressão sexual, os conceitos de “Hands on”, de contacto físico de partes do corpo sexualizadas e de “Hands off”. Os mais graves são os actos “Hands on”, não só pelas sequelas, mas também porque envolvem, por parte do agressor, o uso de força e/ou outro tipo de coação severa. Os actos “Hands off” são, regra geral, “menos” severos e menos penalizados (são exemplo, o exibicionismo ou o abuso verbal).

Importa ainda referir como critério – no caso de vítima menor, esta terá que ser cinco anos mais velho se também for menor – (Gomes & Coelho, 2003).

As publicações em revistas internacionais sobre agressão sexual e potenciais tentativas de “tratamento”, nos países europeus, são escassas (Frenken, 1999). Para se ter uma noção do desenvolvimento recente iremos enunciar alguns dos mais importantes encontros internacionais.

Os encontros internacionais subordinados ao tema começaram a surgir amiúde: Utrecht, Holanda (1995); Amesterdão, Holanda (1995); Praga, República Checa (1996) e Bruxelas (1998). Os trabalhos de Utrecht foram publicados por Marshall e Frenken, em 1999 (Marshall & Frenken, 1999).

Os desenvolvimentos nos países europeus são diversos. Frenken, (1999) explica que as divergências entre os países devem ter em linha de conta o contexto sociocultural, sistema judicial e a retaguarda no que diz respeito aos profissionais que lidam com esta problemática.

Um dos aspectos mais relevantes em relação aos factores socioculturais que afectam a investigação e “tratamento” no que se refere aos agressores sexuais, está directamente relacionada com a magnitude do impacto das vítimas e da percepção atribuída às diferentes formas de vitimização, que varia de país para país. Assumem nestes casos particular importância as forças culturais expressas pelos movimentos associativos: movimento feminista; movimento de defesa das crianças. Nos países onde estes movimentos se fazem sentir de forma muito incipiente, a prevenção e a violência sexual têm menor importância; são exemplo, os países do Sul da Europa e os países europeus do pós-comunismo.

Apesar de tudo, os movimentos de apoio às vítimas e o “tratamento” aos agressores sexuais parecem que tem vindo a ser mais firmemente discutido de uma forma geral por toda a Europa, sendo a opinião pública nos diferentes países mais ou menos favorável ao “tratamento” como alternativa à prisão. Isto apesar de na Inglaterra, Bélgica, Alemanha e Holanda, a opinião pública ter vindo a desanimar nos últimos anos; passaram a ter uma visão negativa do “tratamento”, começando a perceber os agressores sexuais como criminosos que simplesmente têm que ser presos e punidos.

Todos os casos de recidiva por parte dos agressores que beneficiaram destes “programas de tratamento” são altamente mediatizados por parte da comunicação social e a opinião pública invariavelmente atribui culpas à polícia e ao sistema judicial.

Na Europa, de uma forma geral, o apoio governamental para as vítimas é altamente encorajado pelos movimentos feministas e pelos grupos de protecção às

crianças. Já os apoios para eventuais “tratamentos” experimentais com agressores sexuais são largamente desencorajados por parte dos movimentos acima referidos.

Em resumo, poder-se-á afirmar que existem múltiplas abordagens explicativas da agressão sexual. Estas, pretendem contextualizar o problema e na medida do razoável encontrar “antídotos” para debelar as causas que lhes estão adjacentes.

A tarefa destas abordagens não é fácil, pois ela tem a pretensão de abarcar a globalidade da conduta sexualmente agressiva. Importa, recordar, que o ser humano se caracteriza por uma singularidade e imprevisibilidade, que muitas vezes derruba os mais sólidos argumentos de uma ou de outra abordagem/explicação.

3. Tipologias

Podemos afirmar que existem vantagens na existência de classificações. A ideia de apresentar as tipologias, tem subjacente a “convicção” de que se pode identificar, separar e preconizar diferentes abordagens/”tratamento”, em relação aos agressores sexuais. Um outro aspecto, que é importante referir em relação às tipologias, tem a ver com a sua potencial predição de comportamentos, pretendendo-se saber, até que ponto a pertença a tal ou a tal tipo, poderá indiciar uma maior ou menor probabilidade de perigosidade futura, e consequente reincidência no crime (Gonçalves, 2000).

3.1. Tipologia de Groth, Burgess e Holmstrom

a) Violação por poder (*power rape*):

Este tipo de ofensor procura alguma forma de poder e controlo sobre as suas vítimas, recorrendo à intimidação, força física, armas ou ameaças à integridade física. Face a sentimentos de confusão e inadequação sexual, encontra no acto sexual forçado uma forma de afirmação e validação pessoal. As agressões são habitualmente premeditadas e têm por objectivo a consumação do acto sexual. Algumas vítimas são raptadas, amarradas, ou de outra forma induzidas a sentirem-se indefesas e sem possibilidade de fuga, mas não existe uma intenção deliberada de as magoar ou ferir. O comportamento do agressor é ansioso, compulsivo, fantasiado e repetitivo. Os autores

descrevem dois sub-grupos deste tipo: o violador por asserção de poder (*power-assertive rapist*) e o violador por validação de poder (*power-reassurance rapist*).

O primeiro tipo encara a violação como uma expressão da sua masculinidade, controlo e domínio sobre a vítima. O acto em si, constitui em parte, um reflexo dos sentimentos de inadequação, identidade e auto-estima do ofensor, cujo juízo crítico se encontra distorcido, de forma a acreditar que possui o direito de tomar uma mulher para fins sexuais.

O violador por validação de poder pratica a ofensa num esforço para conter pensamentos acerca de problemas ou sentimentos sexuais. A intenção é colocar uma mulher numa situação controlada, em que ela se sinta indefesa, sem fuga possível, e não possa resistir ao interesse expresso pelo ofensor.

b) Violação por raiva (*anger rape*):

O comportamento do ofensor expressa raiva, fúria, desprezo e ódio pela vítima, através de agressão física, espancamento, humilhação ou uso de força excessiva.

O ataque pode assumir contornos mais sádicos, podendo o violador arrancar as roupas da vítima, usar linguagem abusiva e profana e bater-lhe. A agressão sexual está relacionada com a raiva do ofensor face a rejeições percebidas ao longo da sua vida. Demonstra pouca consideração pela mulher, enquanto pessoa, e possui um historial de conflitos com mulheres. A satisfação sexual alcançada é reduzida. Este tipo é dividido em dois sub-grupos: o violador por raiva-retaliação (*anger-retaliatory rapist*) e o violador por raiva-excitação (*anger-excitement rapist*).

O violador por raiva-retaliação comete a agressão sexual e a violação para expressar raiva, fúria e hostilidade para com as mulheres. A sua motivação abrange a vingança, degradação e humilhação.

Por seu lado, o violador por raiva-excitação encontra no sofrimento dos outros uma fonte de prazer erótico e sexual. O seu comportamento é sádico e a sua intenção é causar sofrimento físico e psicológico à vítima.

3.2. Modelo de violação de Hazelwood

Hazelwood 1995, (cit. in Flora, 2001), elaborou o seu modelo a partir da tipologia de Groth, Burgess e Holmstrom. Considerou seis tipos de violadores:

a) Validação de poder: este tipo de ofensor apresenta muitas das características de um indivíduo sexualmente perturbado, tais como sentimentos de inadequação no que respeita ao desempenho sexual, disfunção sexual, problemas relacionados com a masculinidade e com a orientação sexual. Geralmente não há uma intenção de infligir sofrimento à vítima; a força usada é limitada, procurando apenas conseguir a submissão e, por vezes, o agressor chega mesmo a pedir perdão pela agressão. O ataque ocorre ao anoitecer ou durante a noite e é premeditado. A vítima, seleccionada com antecedência, é desconhecida e situa-se na mesma faixa etária que o ofensor. Muitas vezes o ofensor retira a roupa da vítima, de forma a incorporar uma fantasia de desejo por parte desta.

b) Asserção de poder: a violação constitui uma expressão da necessidade de controlar e dominar uma mulher. É utilizada alguma força no ataque e não há qualquer preocupação com o estado emocional da vítima. O ofensor tende a seleccionar vítimas com idades semelhantes à sua, e escolhe preferencialmente locais isolados para a prática do crime. As roupas podem ser arrancadas ou rasgadas como parte da fantasia, demonstrando a virilidade do agressor. O acto sexual pode ser repetido. Para evitar a comunicação às autoridades, as vítimas são por vezes abandonadas despidas e sem meio de transporte.

c) Raiva-retaliação: este tipo de agressor utiliza a violação como uma expressão da sua raiva para com as mulheres. Este sentimento é demonstrado abertamente durante a agressão, que pode ser impulsiva e não planeada. É utilizada bastante força para dominar rapidamente a vítima e ganhar o controlo da situação, podendo ocorrer agressão física e espancamento. As vítimas são da mesma idade que o agressor ou mais velhas, e a disponibilidade da vítima é um factor preponderante na selecção: assim, o agressor pode seleccionar outras vítimas para representar sentimentos não resolvidos de hostilidade para com determinada mulher. As roupas da vítima podem ser rasgadas ou arrancadas e é frequente o uso de linguagem ofensiva. Após a agressão, o ofensor vivencia um sentimento de calma.

d) Raiva-excitação: apresentam características de sadismo, obtendo prazer sexual ao infligir dor aos outros. A excitação depende do sofrimento físico e emocional da vítima, sendo o medo vivenciado pela vítima sexualmente excitante para o agressor. Os ataques são premeditados e as vítimas são geralmente desconhecidas. Actos sexuais humilhantes e *bondage* são característicos destas ofensas, sendo as vítimas muitas vezes feridas ou

torturadas. O ofensor pode registar (visualmente ou mnesicamente) parte da agressão sexual. Não há qualquer expressão de empatia para com a vítima ou qualquer tipo de remorso. Este tipo de violador é raro.

e) Oportunista: trata-se de uma forma de violação que ocorre enquanto o ofensor está a cometer outro tipo de crime, como seja o caso da invasão de propriedade e assalto a residência. Ao encontrar uma mulher sozinha decide agredi-la sexualmente. A motivação é sexual.

f) Violação em grupo (*gang rape*): ocorre quando dois ou mais indivíduos estão envolvidos na agressão sexual a uma vítima. Habitualmente tais agressões têm um líder; nos casos em que existem três ou mais ofensores, pode um dos violadores, de alguma forma, apresentar-se como protector para a vítima.

3.3. Papel da excitação sexual masculina na violação

Barbaree e Marshall 1999, (cit in Flora, 2001), estudaram a excitação sexual masculina durante a violação e identificaram dois grupos distintos, cada um com os seus subtipos.

a) Modelo do controlo da resposta:

1. Capacidade de suprimir a excitação: indivíduos sexualmente agressivos podem diferir dos indivíduos não agressivos dada a sua incapacidade para conter sentimentos de excitação.
2. Compatibilidade de resposta: os violadores são capazes de demonstrar agressividade hostil e excitação sexual ao mesmo tempo, contrariamente à reacção de um não violador.

b) Modelo do controlo do estímulo:

1. Resposta ao estímulo: os violadores apresentam uma maior excitação face a certos estímulos do que os não violadores.
2. Modelo da inibição: os violadores podem mostrar-se menos inibidos face aos estímulos do que os não violadores.

3. Desinibição da excitação face a estímulos de violação: vários factores podem influenciar um violador, despoletando a excitação. Os ofensores consomem álcool, sentem raiva pelas mulheres, culpam a vítima, tendem a desculpabilizar-se pelo seu comportamento sexualmente agressivo, consomem pornografia e possuem um sistema de crenças distorcido.
4. Oscilação do estado emocional: o comportamento do violador pode vacilar, nomeadamente o humor e a excitação (aumentada ou diminuída), durante a agressão.

3.4. Taxonomia da violação de Knight e Prentky

Knight e Prentky 1990, (cit. in Briggs, Doyle, Gooch & Kennington, 1998) propõem aquela que é considerada a mais compreensiva tipologia do violador, o *MCT: 3- Massachusetts Treatment Center: Revised Rapist Typology, (Version 3)*.

Ao organizar os ofensores em diferentes tipos de acordo com as suas características, procuram identificar diferentes trajectórias desenvolvimentais para diferentes agressores. Assim, os autores classificam os violadores em nove categorias distintas:

a) Oportunista com elevadas competências sociais: impulsivo, não planeado e predatório, motivado mais por factores situacionais do que pela excitação sexual desviante (Briggs, Doyle, Gooch & Kennington, 1998). A agressão sexual ocorre juntamente com outros comportamentos anti-sociais e tem como motivação primordial a gratificação sexual imediata. A violência é usada instrumentalmente, apenas para dominar a vítima. Caracteriza-se por uma explosão de impulsividade, não premeditada e não sexualizada e, na generalidade das vezes, trata-se de um adulto que apresenta um comportamento associal (vandalismo; lutas/rixas)

b) Oportunista com reduzidas competências sociais: este agressor é em tudo idêntico ao da anterior categoria, embora evidenciando poucos recursos pessoais e sociais no lidar com o outro.

c) Universalmente enraivecido: motivado por um sentimento de raiva indiferenciada para com homens ou mulheres. A agressão é gratuita e pode ser extrema, sendo a

agressão sexual apenas parte de um padrão de agressividade generalizada. A presença de fantasias sexuais desviantes não é uma constante.

d) Sádico sexual manifesto: comporta-se essencialmente da mesma forma que o violador universalmente enraivecido, mas é evidente um maior planeamento da acção.

e) Sádico sexual com elevadas competências sociais: expressa o seu sadismo predominantemente de forma simbólica ou em fantasia.

f) Não-sádico sexual com elevadas competências sociais: este tipo apresenta a menor agressividade sexual e tende a ser menos agressivo em interacções de natureza não sexual. Pode fugir se encontrar resistência por parte da vítima. As suas fantasias incluem sentimentos de inadequação e cognições “masculinas” distorcidas, relativamente às mulheres e ao sexo.

g) Não-sádico sexual com reduzidas competências sociais. Este défice de competências tanto pessoais como sociais pode, em alguns casos, ser denunciador das reais intenções do agressor.

h) Vingativo com reduzidas competências sociais: concentra a sua raiva exclusivamente nas mulheres. O comportamento é degradante e humilhante para a vítima. Apresenta um menor nível de impulsividade quando comparado com os tipos oportunistas ou enraivecido, e a sua agressão não é erotizada.

i) Vingativo com moderadas competências sociais. Estas suas competências, apesar de moderadas, podem em alguns casos ludibriar o carácter vingativo da agressão e protelar a sinalização e identificação deste tipo de agressor.

Quando nos referimos aos tipos Oportunista, Sexual Não-Sádico e Vingativo, distinguindo aqueles que têm altas ou baixas competências sociais, queríamos significar que nestes casos a competência social está intimamente relacionada com o estado civil (casado ou solteiro) e com a independência financeira, ou falta dela e ainda com as competências no relacionamento interpessoal.

3.5. Modelo de quatro factores de Finkelhor

Finkelhor 1986, (cit. in Briggs, Doyle, Gooch & Kennington, 1998), desenvolveu um modelo baseado em quatro “pré-condições” que, de acordo com o autor, têm que existir para que uma ofensa sexual seja cometida:

a) O ofensor tem que ter motivação para agredir sexualmente:

1. Desenvolvimento de congruência emocional;
2. Excitação face a estímulos inapropriados;
3. Bloqueio de alternativas, ou seja, incapacidade de estabelecer relações adequadas.

b) O ofensor tem que ultrapassar inibições internas para a agressão: Finkelhor 1986, (cit. in Briggs, Doyle, Gooch & Kennington, 1998) identificou uma série de formas utilizadas pelos agressores para se convencerem de que o seu comportamento é aceitável, assim como factores que parecem associados à desinibição:

1. Stress e dificuldades económicas, desemprego ou perda: tal como a maioria dos impulsos, o impulso de agredir pode ser mais difícil de controlar em momentos de pressão;
2. Racionalização (distorções cognitivas, pensamento distorcido ou justificação): é a forma mais habitual do ofensor justificar o seu comportamento e dar a si próprio permissão para agredir;
3. Álcool, drogas ou solventes: podem ser utilizados como desinibidores do comportamento ou como justificação para os actos praticados. O álcool pode ainda ser utilizado para seduzir e desinibir a vítima;
4. Perturbações graves da personalidade ou factores orgânicos: embora se registem poucos casos, é possível que lesões cerebrais ou patologias demenciais possam limitar o controlo dos impulsos.

c) O ofensor tem que ultrapassar inibidores exteriores para a agressão – para assegurar o acesso às vítimas e garantir o segredo relativamente ao seu comportamento, o agressor tem que manipular ou seduzir aqueles que o rodeiam:

1. Isolamento geográfico e social;
2. Alteração de rotinas;
3. Ausência de familiares ou cuidadores.

d) O ofensor tem que ultrapassar a resistência da vítima – as táticas variam entre as mais subtis e as mais agressivas, frequentemente numa combinação complexa. Finkelhor identificou as seguintes:

1. Falta de conhecimento sexual da vítima;
2. Força;
3. Falta de assertividade da vítima.

Algumas das críticas apontadas aos tipos de violação/violadores definidos pelas tipologias, refere-se ao facto destas prestarem pouca atenção à distinção entre comportamento propriamente dito da intenção, motivação e características individuais do agressor. Canter e Heritage 1990, (cit. in McCabe & Wauchope, 2005) defendem a ideia de que qualquer tentativa para perceber a agressão sexual requer uma categorização da ofensa, que entre outros aspectos, distinga as características psicológicas do indivíduo do contexto social onde a agressão sexual ocorre. Segundo os autores, uma das formas de o fazer, é avaliar o comportamento, as motivações e os factores cognitivos associados a cada tipo separadamente, no sentido de determinar a sua validade e previsibilidade, antes de integrar estes factores num quadro geral de agressão sexual.

Em suma, pode-se concluir que as diferentes tipologias, apesar de inúmeras vezes serem vistas como polémicas, reducionistas e rotuladoras do comportamento sexual agressivo, também são muito importantes no estudo e na compreensão desta tipologia criminal, não devendo ser negadas nem sobrevalorizadas. Oferecem um leque suficientemente vasto de “pistas” ao investigador, para este poder preceder a uma correcta colheita de dados de modo uniforme e poder ainda fornecer ao clínico um conjunto de recursos para eventuais “tratamentos” ou intervenções.

4. Os crimes sexuais

4.1 Breve evolução histórica

Quando nos referimos às causas profundas da agressividade, invariavelmente pensamos nos seus potenciais “remédios”. O Direito como fenómeno social específico, aparece como algo que se movimenta na superfície, algo puramente sintomático, superestrutural. É certo, sem dúvida, que em todas as sociedades humanas

historicamente conhecidas, o Direito foi sempre considerado como um instrumento imprescindível para atenuar os resultados das agressões (Pinto, 1980). Já Aristóteles, o grande filósofo grego, nos advertia no início da sua política, que o homem que pode ser o mais perfeito dos animais, também se pode converter no pior e no mais perigoso de todos, quando se coloca à margem da lei e da justiça.

No quadro específico da cultura humana, enquanto realidade histórica, a liberdade só é possível na base da não liberdade, ou seja, da repressão dos instintos de vida ou eróticos que, relativamente a cada um, ameaçam a liberdade do próximo, tendo o organismo do homem sofrido um gradual processo histórico de dessexualização, por necessidades resultantes do sentido da evolução da vida social (Carmona da Mota, 1983. cit. in Pinto da Costa, 2000).

Referindo o paradigma do crime sexual, destaca-se o crime de violação que desde tempos remotos e entre todos os povos, na sua assumpção de conjugação carnal violenta, tem sido reprimido como grave malefício.

Entre os hebreus, se a vítima fosse uma jovem prometida em casamento, o violador pagava com a própria vida (Deuterónimo, capítulo XXII, 25 cit. in Pinto da Costa, 2000).

Na antiga Grécia, no início a pena era de simples multa, mas posteriormente, para conjurar os abusos, foi combinada a pena de morte.

Entre os Romanos, era dado ênfase ao emprego da força mais do que à finalidade do agente. A posse sexual violenta constituía modalidade do *Crimen vis* e a pena era de morte (Hungria e Lacerda, 1959. cit. in Pinto da Costa, 2000).

Na idade Média, no território europeu, era a pena de morte que se aplicava aos réus de *stuprum violentum* (Lopez e Piffaut-Filizzola, 1993 cit. in Pinto da Costa, 2000).

No decurso da história Portuguesa as ordenações foram-se sucedendo e transformando-se.

Destaca-se a respeito da reforma penal de 1886, a abolição da pena de morte, que já não era aplicada desde 1846. O Código de 1886 vigorou até 1982 e, na sua parte geral, que em suma orienta a legislação penal, ocorreram modificações tão profundas que substituíram integralmente as características fundamentais do Direito Penal (Gonçalves, 1982 cit. in Pinto da Costa, 2000).

Com o Código Penal de 1982, verificou-se uma completa revolução das concepções político-ideológicas. Em consonância com a assumpção do Código, dá-se

início a um novo ordenamento jurídico-penal característico de uma sociedade aberta e de um estado democraticamente legitimado (Dias, 1993 cit. in Pinto da Costa, 2000).

O projecto do Código Penal de 1982 foi elaborado na primeira metade da década de 60, numa época onde apareciam sinais de profunda alteração nas concepções e nos hábitos sexuais, época essa, não ingenuamente, designada de Revolução Sexual dos anos 60 (Gonçalves, M.1999).

Este processo iniciado nos anos 60, sofreu alguns recuos a partir da segunda metade da década de 80.

Relacionam-se também os anos 60 com o aparecimento de enfermidade sexual transmissível ainda incurável, logo tão perigosa que desaconselha práticas sexuais com parceiros desconhecidos ou de sanidade duvidosa.

Em 1995, através do Decreto-Lei 48/95, de 15 de Março, procedeu-se à revisão do Código Penal de 1982, tendo posteriormente a Lei 64/98, de 2 de Setembro, operado novas alterações ao Código.

Com este novo regime afasta-se o legislador, não só de toda uma tradição quanto ao modo de encarar os *Delicta carnis*, mas concretamente do quadro legal da versão original do Código de 1982, abandonando-se a concepção moralista, que se emprestava a certa confusão entre Moral e Direito, traduzindo uma hipócrita visão da chamada moral sexual, acompanhada por um critério de subvalorização da mulher, considerada como mero sujeito passivo ou acompanhante na relação sexual. Afirma-se, por outro lado, como objecto de protecção da norma penal, a liberdade sexual (Pinto da Costa, 2000).

Solidificou-se, entretanto, a ideia de que a sociedade nada tem que ver com práticas sexuais exercidas voluntariamente entre pessoas capazes, devendo o Direito Penal sexual limitar-se a possibilitar a coexistência das diferentes concepções acerca da sexualidade e das suas diferentes formas de manifestação (Gonçalves, M. 1999).

As evoluções legislativas, na revisão do Código Penal deslocaram os crimes sexuais dos Crimes Contra os Valores e Interesses da Vida, para o título que trata dos Crimes Contra as Pessoas, onde passaram a formar um capítulo autónomo, sob a rubrica dos “Crimes Contra a Liberdade e a Autodeterminação sexual”, dividida em três secções: uma de “Crimes Contra a Liberdade Sexual”, outra relativa a “Crimes Contra a Autodeterminação Sexual” e a terceira contendo “Disposições Comuns”.

A divisão do capítulo em análise, em duas subdivisões – “Crimes Contra a Liberdade Sexual” e “Crimes Contra a Autodeterminação Sexual” –, pressupõe uma

clara distinção entre aquilo que se pretende tutelar e proteger com os diferentes tipos de crimes aí incluídos.

Assim, no subtítulo I, criminalizam-se condutas que atentam gravemente contra essa liberdade da vontade do sujeito, através da sua indução em erro.

No subtítulo II, dos crimes contra a autodeterminação sexual, com a criminalização das referidas condutas não se pretende tutelar um padrão de comportamentos sexuais ou proteger qualquer classe ou tipo de pessoas em particular, mas sim tutelar e proteger “uma vontade individual ainda insuficientemente desenvolvida e apenas parcialmente autónoma dos abusos que sobre ela executa um agente, aproveitando-se da imaturidade do jovem para realização de acções sexuais bilaterais” (Lopes, 2002).

Diga-se, em abono da verdade, que a tarefa do Direito não se afigura facilitada, pois ele deve, neste domínio, constituir-se como uma referência dada a sua pretensa capacidade de intervenção e determinação de comportamentos na sociedade, em especial no que respeita à imposição de normas, sanções e valores. Cria, ou tenta imperfeitamente criar, uma tipologia pré-determinada, onde se fantasia uma relação crime e castigo. Isto é mais acutilante e perturbador em termos individuais e sociais quando a agressão sexual é perpetrada em pessoas que não são capazes de se defender, ou que não têm consciência da agressão. É preciso entender que muitas pessoas que foram agredidas sexualmente na infância têm sérias dificuldades em perceber essas experiências como agressões/invasões/abusos, em especial se o “acontecido” tiver sido apresentado como um jogo ou se tiverem sentido prazer sexual (situações muitas vezes relatadas pelos agressores sexuais de menores). Por vezes, por mais aberrante que possa parecer, o humano, em termos psicológicos, prefere alguém que “cuide” (ainda que de forma enviesada e agressiva) do que haja total ausência de “cuidador”. Nesse sentido, paradoxalmente, o sexo e/ou agressão sexual pode ser percebida como uma forma de receber afecto...o que não desculpabiliza o acto.

Assim algumas pessoas não se consideram vítimas. Diríamos que as vítimas, em geral, tendem a avaliar as suas experiências de agressão em função da relação com o agressor, do uso de força e da forma como se culpabilizam, ou não. Trata-se de uma matéria de facto provada, por vezes muito parca em pormenores e de algum modo repetida e monocórdica, posição corroborada por outros actores na cena do Direito Penal Sexual, talvez por o anteriormente referido ou porque quando se aborda o crime sexual

se está, na essência, a falar da sexualidade. E, como considerou Edgar Morin, o crime sexual inscreve-se no “ último tabu do século XX”: a sexualidade.

4.2. O actual Código Penal Português

Destacam-se neste ponto, dois dos comportamentos de natureza sexual tipificados criminalmente. Destacam-se estes, por serem os mais representativos na nossa amostra.

A ser assim, surge no capítulo V do Código Penal Português, relativo aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, na secção I (Crimes Contra a Liberdade Sexual), o artigo 164º (Violação), que, na essência, é um crime contra os fundamentos ético-sociais da vida social

No que diz respeito a este crime de violação, o mais grave dos crimes contra a liberdade sexual, por ser aquele que lesa gravemente a liberdade e autenticidade da vida sexual, trata-se de um crime que revela elevado grau de ilicitude e de culpa, indiciadores de instintos primários, pouco próprios da condição humana, mal controlados, e sobretudo, indiciadores de pouca ou nenhuma sensibilidade moral e, de diminuição de carácter.

Em matéria de crimes sexuais, o Código Penal adoptou o conceito de cópula, que consiste na introdução total ou parcial do pénis na vagina da mulher. Posteriormente, o coito anal e o coito oral foram incluídos, ficando assim a respectiva prática equiparada à da cópula.

Na secção II do capítulo V do Código Penal Português – (Crimes contra a autodeterminação sexual), pode ver-se no artigo 172º (Abuso sexual de menores) que se protegem pessoas que presumivelmente ainda não têm o discernimento necessário para, no que concerne ao sexo, se exprimirem com liberdade e autenticidade, defendendo-se tais pessoas contra a prática da cópula, coito anal, coito oral ou de outros actos sexuais de relevo, de actos de carácter exibicionista e de condutas censuráveis obscenas ou pornográficas.

A lei, no que respeita à expressão acto sexual de relevo, tentou afastar-se da conotação moral da sexualidade, contudo não dá uma definição do que se deve entender por acto sexual de relevo. Este conceito faz, dessa forma, apelo a outros preceitos. É certo, que nesta expressão, o direito criminal, no pensamento do legislador se tentou afastar, tanto quanto possível, do dogmatismo moral, ficando na sua essência somente

condutas sexuais que agredem bens jurídicos fundamentais das pessoas no que concerne à sua livre expressão do acto.

No que concerne aos crimes contemplados nesta secção (secção II do Código Penal Português), como observou o Prof. Figueiredo Dias, e sobretudo por estarem em causa menores, é pensamento e intenção do legislador que os mesmos podem ser prejudicados no seu saudável desenvolvimento fisiológico ou psíquico com a prática dos referidos actos e por não terem ainda a capacidade e o discernimento necessários para uma livre e esclarecida decisão no que respeita ao relacionamento sexual (Gonçalves, M. 1999).

Na secção III (Disposições comuns), do atrás referido capítulo V do Código Penal Português, pode ler-se no artigo 177º (Agravação), que na essência, estas disposições, chamam atenção para a concreta gravidade do facto e para a sua relação com a função exercida pelo agente.

De forma sumária e modesta, tentamos fazer uma breve incursão nas questões do direito e da sua relação com o crime de natureza sexual. Crime esse, que a par do Direito Penal Sexual, foi sofrendo alterações e modificações decorrentes da própria evolução do mundo e do homem. Homem que, enquanto ser de relação, se foi posicionando de forma diferente conforme a visão e a importância que atribuiu a esse conceito.

5. Enquadramento epidemiológico

A violência no seio da família assume formas diferentes desde a agressão física à agressão psicológica, como intimidação e humilhação, incluindo vários comportamentos controladores, tais como isolar a pessoa da sua família e amigos, controlar e restringir os seus movimentos e o acesso à informação ou ajuda.

No mundo, pelo menos uma em cada três mulheres, ou um total de um bilião, foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais, ou abusadas de uma forma, ou outra, nas suas vidas. Normalmente, o agressor é um membro da sua própria família ou alguém conhecido (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

A violação é a forma mais violenta de violência sexual. A violação está também associada à gravidez não desejada e às doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/SIDA. Contudo, a violação não é muitas vezes denunciada devido ao estigma que lhe está associado, e muito menos vezes é punida.

No mundo, uma em cada cinco mulheres será vítima de violação ou tentativa de violação na sua vida (OMS 1997).

Na África do Sul, 147 mulheres são violadas diariamente (Instituto Sul-Africano para Relações Raciais, 2003).

Nos EUA, uma mulher é violada a cada 90 segundos (Departamento de Justiça 2000).

Em França, 25.000 mulheres são violadas todos os anos (European Women's Lobby, 2001).

Na Turquia, 35.6% das mulheres sofrem violação marital algumas vezes e 16.3% frequentemente (Estudos publicados em 2000, Mulheres e Sexualidade nas sociedades muçulmanas. Publicações WWHR: Istambul 2000).

As estatísticas referem que a maioria das mulheres que foram vítimas de agressão sexual conhecem os agressores. O relatório de 1998 (relatório nacional da violência contra a mulher, nos Estados Unidos da América) revelou que a maior parte das mulheres que relataram terem sido vítimas de agressão sexual, 76% foram vitimadas por o actual ou anterior marido ou companheiro (Tjaden & Thoennes, 1998). De igual modo as estatísticas oficiais da justiça Norte Americana revelaram que 9 em cada 10 agressões sexuais vitimizam uma agressão singular por parte de um agressor que tem com a vítima uma relação de proximidade ou laços familiares (Greenfeld, 1997).

Assim, no que se refere a Portugal verifica-se para o crime de violação uma descida de 2000 para 2001 (-10.1%), que veio a ser compensada por um aumento de 15.8% entre 2001 e 2002. No que aos crimes sexuais diz respeito, os números obtidos, sofreram um ligeiro acréscimo desde 1990 (386 processos, demorando em média 22 meses a instruir) até 1995 (555 processos), a partir deste ano os processos em fase de julgamento diminuíram progressivamente, atingindo um valor mínimo (322 processos para uma média de 18 meses em instrução) em 2001 (Barra da Costa, 2003).

Segundo a última estatística prisional disponibilizada (2004), verifica-se que os crimes contra as pessoas aparecem em terceiro lugar com (24.2%) que, à imagem do sucedido em outras tipologias está praticamente circunscrita a um único crime (o homicídio, nas suas diferentes modalidades jurídico-penais), embora neste grande tipo de crime cabem ainda as ofensas à integridade física (3.9%) e a violação (2%), o que significa uma descida de 1.1% em relação aos registados em 2003 (Moreira, 2005).

No que concerne às vítimas menores, aproximadamente 60% são rapazes, para uma realidade de 80% de raparigas, que em ambos os casos foram agredidos por alguém

conhecido das vítimas ou que faziam parte da sua família (Lieb, Quiensey & Berliner, 1998), como amigos, “baby-sitters”, ou outras pessoas em posição de autoridade sobre as crianças como as que as supervisionam.

Quanto às características do agressor sexual jovem, este encontra-se tipicamente entre as idades dos 13 e dos 17 anos, 30 a 60% apresentam dificuldades de aprendizagem e insucesso académico/escolar. Próximo de 80% têm um diagnóstico de desordem psiquiátrica, muitos apresentam sérias dificuldades no controlo dos impulsos e no juízo crítico, 20 a 50% apresentam histórias de abuso psicológico e 40 a 80% histórias de abuso sexual.

Os crimes de abuso sexual denunciados às autoridades têm, usualmente, vítimas de sexo feminino em 85% dos casos, segundo Wolfe, Wolfe e Best 1988, (cit. in Machado, 2003), sendo provável que os factores responsáveis pela baixa taxa de denúncia dos crimes sexuais se fique a dever a vergonha, medo de retaliações e da reacção social, crença na ineficácia policial.

Assim, percebe-se toda a extensão dos crimes de natureza sexual, que assumem contornos diferentes, mediante os países onde ocorrem. Estão directamente relacionados com vários factores de natureza sócio-cultural, dos quais destacaríamos: a maturidade e a qualidade da democracia. Por último, parece importante referir que alguns dos números, se baseiam em estatísticas oficiais que necessariamente reflectem a ponta do *iceberg* desta problemática.

II

Objetivos

Após a contextualização da problemática sobre a agressão sexual, importa traçar alguns objectivos gerais que se movimentam no campo de compreensão da ciência psicológica, tentando perceber o problema com enfoque na dinâmica do agressor e enunciar as eventuais diferenças entre agressores sexuais intra-familiares e extra-familiares.

Do que anteriormente se explanou pode constatar-se que:

- a) A agressão, e em particular a agressão com conotação sexual, constitui um fenómeno multifacetado e com mais que provável pluralidade de etiologias, significados e significações.
- b) As diferentes sociedades, de acordo com o seu carácter evolutivo e democrático, desde cedo sinalizaram este tipo de agressão como algo a reprimir, como objecto de reacção penal.
- c) As medidas das penas, bem como os comportamentos sexualmente penalizáveis, têm sofrido significativas evoluções de vários níveis e até ao nível semântico.
- d) A crescente mediatização do tema, o eclodir de movimentos humanistas, o forte enfoque na política de sofrimento, que atribui legitimidade à vítima enquanto tal, coloca a agressão sexual na ordem do dia.
- e) Os agressores, e em particular os agressores sexuais, têm sido “o parente pobre” da investigação nomeadamente em Portugal. Só muito recentemente se dedicou algum tempo e atenção à temática da agressão sexual com um olhar sobre o lado negro do problema, muito por causa de o agressor, em alguns casos, ter sido também uma vítima.

Assim, o trabalho que de seguida apresentamos tem, ele próprio, como ponto de partida, entre outros, as constatações atrás referidas, tendo como objectivo geral contribuir para a compreensão dos principais aspectos de violência sexual contra crianças, adolescentes e adultos, no que se refere ao agressor, relacionando-os com factores históricos, sociais e do meio. Centra-se, portanto, este estudo, numa das múltiplas faces do problema: o agressor, o seu discurso, a sua história de vida, a sua versão dos acontecimentos.

Tem como objectivos específicos, caracterizar o agressor intra-familiar e o extra-familiar do ponto de vista psico-social, designadamente no que se refere:

- a) à sua dinâmica pessoal, relacional e psico-emocional;
- b) à sua relação com a vítima, uma vez que ambos fazem parte do mesmo par antitético; um não se define sem o outro, um não existe sem o outro (pelo menos do ponto de vista penal);
- c) à tipologia dos diferentes agressores sexuais;
- d) à metodologia, que não só quantitativa, que permita aferir a especificidade do acto sexualmente penalizado;
- e) à questão das distorções cognitivas, em que o recurso a uma checklist pode ser um excelente ponto de partida para categorizar os agressores, contribuir para um diagnóstico “aproximado” e, porventura, permitir a adequação da intervenção.

As hipóteses que iremos operacionalizar são:

- a) Será que existem diferenças entre agressores sexuais?
- b) Quais as diferenças entre os intra e os extra-familiares?
- c) O que diferencia os agressores de menores dos de adultos?
- d) Quais as distorções cognitivas que distinguem estes dois tipos de agressores?

III

Material e Métodos

Enunciam-se, neste capítulo, os materiais utilizados na investigação bem como as dificuldades e as particularidades na construção dos referidos materiais. Descrevem-se, também, os métodos utilizados para a análise da amostra.

1. Amostra

A amostra foi colhida a partir da população reclusa do sistema prisional Português (território continental – Região do Grande Porto), condenada, com trânsito em julgado, por crimes de natureza sexual previstos nos diferentes artigos do capítulo V do Código Penal Português e foi composta por agressores sexuais a cumprir pena de prisão nos Estabelecimentos junto da Polícia Judiciária do Porto; no Porto, em Paços de Ferreira e Santa Cruz do Bispo. Por razões de natureza de economia de recursos decidiu-se centralizar a investigação de terreno nos Estabelecimentos Prisionais atrás referidos.

Na apresentação dos resultados identificaremos melhor os sujeitos considerando o tipo de vítima (menor ou adulto) que elegeram e se a mesma era intra ou extra-familiar.

2. Instrumentos utilizados

2.1. *Checklist* de distorções cognitivas

Um dos instrumentos que utilizamos foi a *checklist* de distorções cognitivas (anexo I). Esta *checklist* sustenta a ideia de que os agressores quando negam a agressão ou parte dela têm uma visão da realidade, em geral, e da sexualidade/agressão, em particular, enviesada ou distorcida.

Ressalta da conceptualização de Marshall e Barbaree 1990, (cit. in Gonçalves, 2004) a enorme importância das distorções cognitivas, eis que daqui decorre a necessidade de criação de um instrumento de fácil preenchimento que possa dar uma ideia bastante precisa do tipo e características das distorções cognitivas evidenciadas pelo agressor, que permita posteriormente uma intervenção de cariz cognitivo-comportamental.

Para a elaboração da *checklist* com as suas várias categorias, bem como a listagem das distorções foram recolhidas informações na literatura da especialidade e outros dados decorrentes da prática clínica (Gonçalves, 2004).

O instrumento supra referido (*Checklist* de distorções cognitivas), subdivide-se em sete grupos dispostos, em função do tipo de distorção. Ao longo da entrevista, o investigador vai inquirindo no sentido de perceber qual o tipo/género de distorção presente. Poder-se-á dar o caso de existir no mesmo agressor vários tipos de distorções. Importa referir que o instrumento pode ainda ser cotado com recurso a elementos arquivados nos processos (e.g. sentença, acórdão, relatórios técnico e outras informações escritas idóneas constantes dos arquivos institucionais existentes).

Os itens agrupam-se por áreas temáticas. Assim, na “Negação Completa” o agressor não assume na íntegra nada relativamente à agressão de que foi acusado e, comprovadamente, condenado (ex: falsa acusação; pessoa errada; perda de memória).

O segundo item, intitula-se “Negação Parcial” e caracteriza-se por uma negação, já não total, mas que tende a negar parte muito significativa da ofensa (ex: não foi bem um abuso sexual; negação do problema “...eu fiz, mas não sou agressor/abusador sexual...”).

O terceiro item da “Minimização da ofensa”, consiste em relativizar a agressão, atribuindo-lhe uma intenção menor (ex: não houve outras vítimas; não houve força ou ameaça).

O quarto item, da “Minimização da Responsabilidade”, como que declina o acto para terceiros, imputando-lhe “alguma” participação ou culpa no sucedido (ex: a vítima foi sedutora; eu estava drogado/alcoolizado).

O quinto, refere-se ao “Negar ou Minimizar as Consequências” (ex: disseram-me que a vítima não ficou magoada; eu foi carinhoso e afectivo, por isso não a posso ter magoado).

O sexto item respeita ao “Negar ou Minimizar o Planeamento” tentando significar que não houve intencionalidade ou intenção de arquitectar algo com vista a esse fim (ex: eu agi no calor do momento). Por último, o sétimo item, corresponde ao “Negar ou Minimizar as Fantasias”, reportando para a ideia de que o acto se inscreve numa qualquer outra conduta que não directamente relacionada com a área sexual/desvio (ex: eu não tenho fantasias sexuais desviantes).

A cotação da checklist apenas envolve o assinalar da existência ou não das referidas distorções.

A validade deste tipo de instrumento, centra-se na questão do conteúdo, isto é, até que ponto o instrumento identifica ou mede efectivamente aquilo que se propôs medir e para o qual foi concebido. Insere-se num conjunto de outros instrumentos,

apelidados de instrumentos de avaliação forense, tendo este que ser capaz de dar uma noção compreensiva do sujeito, quanto ao tipo e quantidade de distorções cognitivas que ele utiliza (Gonçalves, 2004).

2.2. Entrevista direccionada

Recorreu-se ainda a entrevistas direccionadas, as quais foram efectuadas de modo não rígido, procurando abordar questões como: género; idade; estado civil; habilitações académicas; problemas com a justiça (antecedentes e crimes associados); consumo de substâncias (álcool, heroína, cocaína e haxixe); vítimas; agressividade; conceito de mulher; distorções cognitivas; explicação da agressão sexual; sexualidade; proximidade relacional/habitacional agressor/ vítima; problemas económicos; utilidade da reacção penal e relação com os progenitores.

O objectivo destas entrevistas era obter dados que nos permitissem ter um conhecimento mais aprofundado sobre os agressores sexuais, para além de uma identificação mais genérica (idade, estado civil, escolaridade) (anexo III).

3. Procedimento

Para colheita dos elementos necessários, começamos por elaborar uma ficha de recolha de dados e listas relativamente aos agressores sexuais a cumprirem penas de prisão e sua distribuição pelos estabelecimentos prisionais. Notou-se, desde logo, que os dados da Direcção Geral dos Serviços Prisionais quase nunca se aproximavam dos números efectivos dos referidos estabelecimentos prisionais. No terreno, os números foram sempre superiores, ora pela anterior referência à mobilidade prisional ora porque nem sempre os dados estão informatizados. Além disso, os elementos respeitantes ao Código Penal (dos motores de busca do SIP- Serviço de Identificação Prisional) estão ainda formulados segundo o Código Penal de 1982, tendo o mesmo sofrido alterações em alguns casos significativas (no que respeita a moldura penal e designação), o que, como se compreenderá, dificultou a pesquisa. Em todas as situações tivemos pois que recorrer ao visionamento processo a processo presente nas secções de reclusos dos Estabelecimentos Prisionais.

Para nos assegurarmos de que seriam identificados todos os elementos constituídos da amostra, decidimos solicitar aos chefes de secretaria dos vários

estabelecimentos prisionais a sua colaboração, o que se mostrou de enorme utilidade. Assim, muitas vezes existem reclusos que por cúmulo jurídico de vários processos que englobam vários crimes (de diferentes tipologias), alguns de moldura penal superior aos contemplados no capítulo V do Código Penal Português, não aparecem nas listas dos crimes de natureza sexual. Deste modo, era imprescindível a consulta das sentenças e dos acórdãos emitidos pelos tribunais.

Previamente à entrevista dos agressores sexuais, analisaram-se os processos presentes nos estabelecimentos prisionais, e dos quais constavam os acórdãos do tribunal ou tribunais que tinham julgado os agressores constituintes da amostra. Esta leitura revelou-se de extrema importância, na medida em que nos permitiu aceder a uma perspectiva mais abrangente dos factos.

Saliente-se que se partiu sempre do pressuposto de que a condenação proferida pelo tribunal era válida e que a condenação correspondia aos factos provados. Na realidade, era importante assumir esse pressuposto como pedra basilar, pois atendendo aos inúmeros relatos dos agressores, negando as provas factuais, poder-se-ia enviesar os resultados e desenvolver um trabalho que não corresponderia à realidade desta investigação.

Num segundo momento, procuramos entrevistar todos os agressores sexuais integrantes da amostra. Era explicado aos entrevistados, a metodologia e os objectivos do trabalho e solicitado o seu consentimento informado para colaborar no estudo (com assinatura de formulário de consentimento).

As entrevistas foram, sem excepção, efectuadas exclusivamente pelo autor e decorreram nos estabelecimentos prisionais onde se encontravam os reclusos, nos gabinetes de atendimento habitualmente utilizados pelos técnicos dos serviços do estabelecimento prisional. Tivemos o cuidado de que as entrevistas se efectuassem num ambiente calmo, relacional e o menos directivo possível, embora determinado em perceber como se tinha passado a situação e o que terá estado na origem de tal comportamento.

A análise dos dados foi quantitativa e qualitativa. Para a análise quantitativa, procedeu-se a uma análise estatística elaborada com recurso ao programa SPSS (versão 12.0 para Windows), onde se estudaram variáveis como: agressão sexual dentro e fora da família, presença de distorção cognitiva (segundo a *checklist* de distorções cognitivas); escolaridade do agressor; estado civil; antecedentes criminais; crime associado; consumo de substâncias psicoactivas (álcool, heroína, cocaína, haxixe).

Em todos os domínios, científicos e outros, mede-se praticamente tudo. A estatística é a ciência que permite estruturar a informação numérica medida num determinado número de sujeitos (a amostra). Por outro lado, ela permite com ajuda das estatísticas inferenciais, ou seja, dos testes estatísticos (comparação de médias, comparação de proporções, correlação, etc.), determinar se as relações observadas entre certas variáveis numa amostra, são generalizáveis à população de onde esta foi tirada (Fortin, 2000).

Para analisarmos a associação de variáveis utilizamos o teste do qui-quadrado de Pearson, que permite estudar a relação entre duas variáveis e serve para verificar se a distribuição de uma variável discreta (tipos de distorções cognitivas), depende ou não da distribuição da variável discreta pelas classes (agressão sexual dentro ou fora da família). A fim de visualizar a distribuição de uma variável em relação a outra, utilizamos uma tabela de cruzamentos. O teste de qui-quadrado de Pearson não implica que exista uma relação de causa e efeito entre as duas variáveis A e B. No entanto, várias estatísticas derivadas do quadro de contingência deixam subentender a existência de uma tal relação de causa e efeito entre as duas variáveis discretas.

Para análise qualitativa, analisaram-se alguns casos (n=32) da nossa amostra recorrendo ao discurso produzido pelo agressor. Para o efeito utilizou-se o programa informático NU*DIST (versão QSR N.6). Este programa está vocacionado para análise de conteúdo e foi concebido e desenvolvido pela Universidade de La Trobe de Melbourne, Austrália.

A análise de conteúdo é uma técnica que pretende identificar, sobretudo, as formas de comunicação verbal, escrita ou não escrita, que se desenvolvem entre os indivíduos. Desde o texto literário, passando pelas entrevistas e discursos, tudo é susceptível de ser analisado por esta técnica. No entanto, para sermos mais claros, temos de dizer que a análise de conteúdo é, no fundo, um conjunto de várias técnicas. Ou seja, existem diferentes formas de analisar um mesmo documento. Por exemplo, pode ser uma técnica mais qualitativa que dê maior importância aos temas e sub-temas em que se divide determinado texto, ou uma técnica mais quantitativa, que enquadre as várias unidades do texto numa série de relações estatísticas (como é o caso da análise factorial). Tudo depende da selecção que cada investigador faz, em função do objecto que tem de analisar e dos objectivos a que se propõe chegar. Por estes motivos, não é fácil enquadrar a análise de conteúdo numa definição que a caracterize num todo. A única

possibilidade é generalizar a partir do que, em termos abstractos, pode ser definido como o processo de investigação efectuado em qualquer análise de conteúdo (Carvajal, 2003).

Assim, podemos definir a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Partindo desta definição, existem dois procedimentos que podem ser generalizados a todas as técnicas de análise de conteúdo, e que a distinguem de abordagens comuns, como a leitura pura e simples de um texto. O primeiro, é a descrição analítica, cuja função é, no fundo, a exploração do próprio texto, tendo como base uma codificação que é constituída por um certo número de categorias, sendo cada uma composta por vários indicadores. Estes indicadores representam determinadas unidades de registo que vamos procurar no texto. No fundo, trata-se de uma enumeração das características mais fundamentais e pertinentes que encontramos no texto. O segundo procedimento, é a inferência. Esta operação é a que nos vai permitir dar uma significação fundamentada às características que foram encontradas no texto. É através da inferência que podemos interpretar os resultados da descrição, o que nos vai permitir objectivar as condições de produção que estiveram na base de um determinado texto. Ou seja, a partir das estruturas semânticas ou linguísticas vamos chegar a estruturas sociológicas ou psicológicas.

Como dissemos, a análise de conteúdo não é um todo uniforme e unívoco. Pelo contrário, ela exige-nos um esforço de conhecimento (antes mesmo de entrarmos na investigação em si), por exemplo, temos de saber, *à priori* que tipo de técnicas existem e em que contextos foram utilizadas, que tipo de benefício e de malefício determinada técnica pode oferecer e, sobretudo, que pertinência existe em utilizarmos uma técnica específica.

O NUD*IST, é um programa direccionado e que não comporta todas as técnicas que existem. Por outro lado, não nos diz explicitamente para que técnica é mais vocacionado, isto porque ele próprio pode ser adaptado a várias técnicas e não somente a uma única. Nestes termos, o NUD*IST enquadra-se nas técnicas que desenvolvem uma análise qualitativa, nomeadamente uma análise temática. É sobretudo uma análise relacional, com uma vertente estatística muito limitada. A associação e a subdivisão de categorias são as suas operações mais importantes. Com estas podemos desmontar o texto, em função do encadeamento dos núcleos de sentido e da forma como estes se

hierarquizam (do geral para o particular). A forma como o programa materializa este conjunto de operações é através da chamada estrutura em árvore invertida, que é utilizada em algumas técnicas de análise de conteúdo.

O NUD*IST não nos traz uma "receita de análise", muito pelo contrário. Através do seu sistema interactivo, ele dá ao investigador o mérito de conduzir toda a análise. Portanto, é um programa relativamente ao qual não basta conhecer os comandos para ter um *output* final, por mais inconsistente que possa ser (QSR NUD*IST, 2002). Como se sabe, existem programas que nos permitem ter logo resultados accionando uma série de operações (por exemplo, os programas estatísticos). O NUD*IST é, nesse sentido, um programa "morto", que só "vive" através de uma reflexão e construção precisa do investigador com o próprio programa. Assim, a grande vantagem do NUD*IST é permitir não só a exploração, pura e simples, do texto, mas, também, a possibilidade de construir com ele o modelo da análise. Portanto, não temos apenas os resultados, temos também a lógica que lhe está imanente, isto é, não nos possibilita apenas a descrição analítica, mas também a inferência de um modelo que dê um significado à mera caracterização.

Quanto à lógica de funcionamento, o programa divide-se em duas partes que se complementam: a indexação e a pesquisa. A indexação consiste na referenciação dos documentos a um modelo de análise. Assim, em primeiro lugar, temos de introduzir os documentos que vamos analisar no projecto criado no NUD*IST. Após esta operação, criamos o dito modelo de análise, que assumirá a forma de uma árvore invertida. Esta árvore consiste numa estrutura hierárquica de categorias criadas pelo investigador que se posicionam consoante a sua maior ou menor especificidade. O NUD*IST permite construir a estrutura categorial quer através de comandos, quer através do próprio interface gráfico onde é apresentada a árvore, atribuindo a cada categoria um endereço numérico correspondente ao lugar ocupado na hierarquia possibilitando, assim, de uma forma intuitiva e organizada, uma mais fácil utilização do programa.

Introduzidos os documentos e construído o modelo de análise, passa-se à indexação, propriamente dita, isto é, à ligação dos documentos às categorias criadas. A indexação pode ser realizada manualmente pelo investigador, escolhendo as unidades de texto que quer indexar a esta ou aquela categoria, ou pode socorrer-se das ferramentas de pesquisa disponibilizadas pelo NUD*IST. E aqui, entramos já na segunda parte referida: a pesquisa.

Com o NUD*IST pode pesquisar-se, quer os documentos, quer o sistema de índices, isto é, a estrutura categorial criada e devidamente indexada. A operação de pesquisa de texto é desenvolvida através do comando *search text*, que procura em cada documento as unidades de texto que pretendemos medir. Por exemplo, é através deste comando que verificamos a frequência de determinada palavra. Mas, o NUD*IST põe à disposição do investigador uma série de alternativas a este comando que o tornam bastante mais potente que comandos similares que podemos também encontrar, por exemplo, em processadores de texto. A pesquisa do sistema de índices consiste na investigação, segundo determinados critérios, das categorias já indexadas. A pesquisa do sistema de índices é, em certa medida, a operação que medeia a fase exploratória da procura, e a fase conceptual presente na estruturação da árvore. É aqui que se realizam as várias relações possíveis entre as unidades de texto recolhidas. Esta operação é composta por uma série de comandos que nos permitem cruzar, de várias e diferentes formas, as diversas categorias. Com base nos resultados obtidos quer pela análise dos documentos, quer pela análise do sistema de índices, podemos ir reconstruindo, a par e passo, o nosso modelo categorial, tornando-o mais rico, mais completo e mais preciso.

As virtudes e potencialidades do NUD*IST emergem, sobretudo, quando se trabalha com material muito extenso ou em grande quantidade. Por exemplo, a pesquisa de uma palavra ou palavras num inquérito com muitas entrevistas, é realizado em apenas alguns segundos. Ou, ainda, a selecção das unidades de texto associadas entre si, por este ou aquele critério, levam muito menos tempo do que feitas manualmente pelo próprio investigador. O NUD*IST é, portanto, exímio e de extrema utilidade na pesquisa transversal de muitos documentos. Mas para o fazermos necessitamos dos documentos editados electronicamente. Aí, se associarmos ao NUD*IST hardware e software de leitura e reconhecimento óptico de caracteres, teremos óptimas condições de manuseamento do nosso acervo documental. Por outro lado, o NUD*IST, para uma maior maximização do tempo e do trabalho, põe à disposição do investigador um comando e uma linguagem de macros para execução de rotinas. Esta linguagem cobre todos os comandos do NUD*IST, e é gramaticalmente de fácil aprendizagem.

Por fim, devido ao NUD*IST não ser um programa directivo, a sua versatilidade permite que se usem os módulos separadamente. Assim, por exemplo, podemos utilizar o interface gráfico para construir uma árvore de catalogação, sem precisarmos do módulo de pesquisa. Além destes módulos, o NUD*IST dispõe ainda de um editor de texto (obviamente não tão potente como os programas vocacionados só para esse fim),

de editores de relatórios e de sumários. Por isto, e pela sua fácil utilização, o NUD*IST não é, pois, um programa exclusivamente dirigido àqueles que fazem análise de conteúdo, podendo servir também outras áreas científicas.

IV

Resultados

Apresentamos, de seguida, os resultados obtidos através da recolha de dados da amostra, depois de trabalhados pelos métodos analíticos enunciados no capítulo anterior.

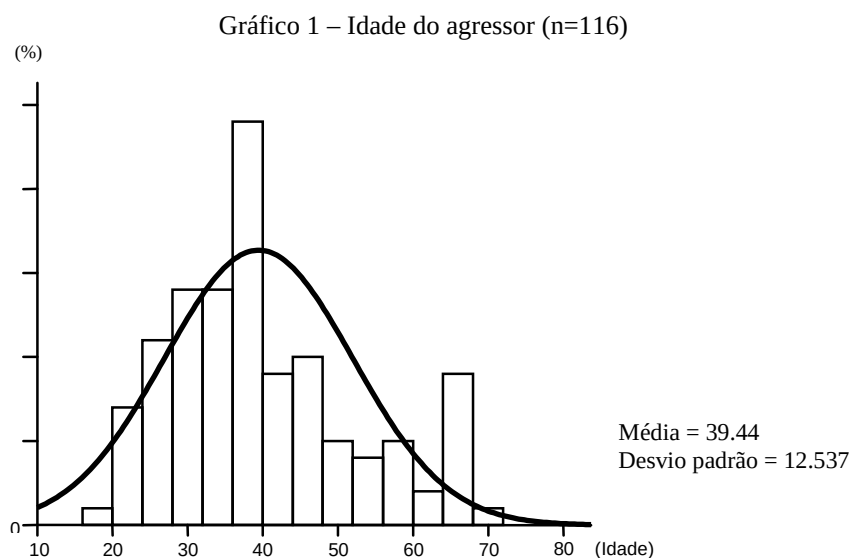
A amostra utilizada neste estudo é composta por 116 reclusos do género masculino, condenados por crimes de natureza sexual e em cumprimento de pena efectiva em Estabelecimento Prisional do Grande Porto.

1. Análise quantitativa

1.1. Caracterização demográfica dos agressores sexuais

1.1.1. Idade

A média de idades foi de 39.4 anos e o desvio padrão de 12.5, tendo o valor oscilado entre um mínimo de 18 e um máximo de 72 (Gráfico 1).

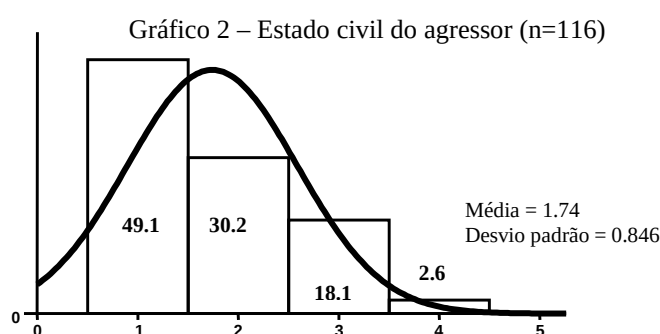


No que respeita a média de idades dos agressores que fazem vítimas adultas, a sua idade é de 33 anos, enquanto que para os agressores que vitimam menores a idade é de 43 anos, existindo diferenças estatisticamente significativas entre estes dois grupos (T de student=-4.764; qui-quadrado=61.223; p=0.010). No que se refere aos agressores

intra e extra-familiares, não se verificaram diferenças (T de student=-0,339; qui-quadrado=46.472; p=0.163).

1.1.2. Estado civil

Os agressores sexuais entrevistados inserem-se maioritariamente no grupo dos casados ou em união de facto (49.1%), seguidos dos solteiros (30.2%), divorciados (18.1%) e viúvos (2.6%) (Gráfico 2).



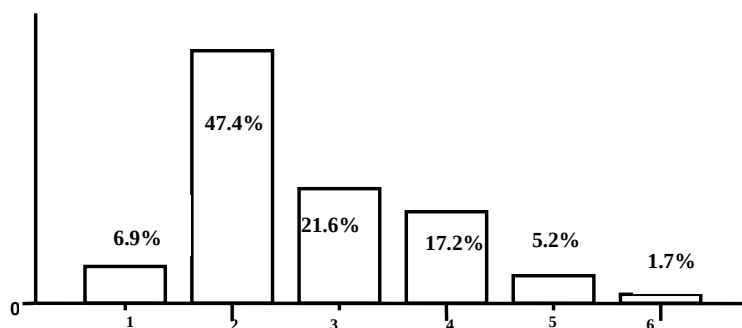
Legenda: 1 – casados ou em união de facto; 2 – solteiros; 3 – divorciados; 4 – viúvos.

No que respeita ao estado civil, os agressores que fazem vítimas adultas diferem percentualmente dos agressores que vitimam menores. Assim, para 47.4% (n=27) de casados intra-familiares existem 52.6% (n=30) de casados que agridem no contexto extra-familiar. Quanto aos solteiros, para 37.1% (n=13) intra-familiares existem 62.9% (n=22) extra-familiares. Nos divorciados, enquanto 57.1% (n=12) agridem intra-familiarmente, 42.9% (n=9) das agressões acontecem ao nível extra-familiar. Por último, os viúvos, não registam qualquer agressão no contexto intra-familiar, apresentando 4.7% (n=3) de agressões no contexto extra-familiar. No entanto, em relação a este item, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas quer para os agressores intra e extra-familiares (T de student=-0.341; qui-quadrado=4.710; p=0.194), quer para os agressores que vitimam adultos ou menores (T de student=0.367; qui-quadrado=1.261; p=0.739).

1.1.3. Escolaridade

O grupo de agressores mais representado é aquele cuja escolaridade corresponde ao 1º ciclo – 1º ao 4º ano de escolaridade (47.4%), seguido do 2º ciclo – 5º e 6º ano (21.6%) (Gráfico 3). Em relação a este item, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas quer para os agressores intra e extra-familiares (qui-quadrado=5.717; $p=0.335$), quer para os agressores que vitimam adultos ou menores (qui-quadrado=6.679; $p=0.246$).

Gráfico 3 – Escolaridade do agressor (n=116)



Legenda: 1 – analfabetos; 2 – 1º ciclo; 3 – 2º ciclo; 4 – 3º ciclo; 5 – secundário; 6 – superior.

Em suma, os resultados encontrados indicam-nos que em relação à idade dos agressores de menores, estes são, regra geral, mais velhos que os de adultos. Em relação ao estado civil, não se verificam diferenças entre agressores de adultos e menores, nem entre agressores intra e extra-familiares. Os agressores são na sua maioria casados (49.1%).

Por último, os agressores são maioritariamente pouco instruídos (47.4%), tendo apenas a frequência do 1º ciclo. Também em relação a este item não se verificaram diferenças entre agressores de adultos e menores, nem entre agressores intra e extra-familiares.

1.2. Variáveis jurídico-penais

Quanto aos antecedentes criminais, 55.2% (n=64) dos agressores não tiveram qualquer contacto prévio com a justiça.

Entre aqueles que registaram antecedentes de natureza criminal, 44.8% (n=52), os ilícitos mais significativos foram crimes violentos (roubo, crimes de natureza sexual e ofensas à integridade física) que totalizam mais de 40%; condução sem habilitação legal (11.6%) e tráfico de estupefacientes (11.6%) (Tabela 1).

Em relação a este item, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas quer para os agressores intra e extra-familiares (qui-quadrado=0.401; p=0.330), quer para os agressores que vitimam adultos ou menores (qui-quadrado=0.752; p=0.249).

Tabela 1 – Antecedentes criminais (n=52)

Antecedentes criminais	n	%
Cheque sem provisão	3	5.8
Ofensas à integridade física	5	9.6
Condução sem habilitação legal	6	11.6
Destruição do património	3	5.8
Não pagamento de multa	4	7.6
Roubo	10	19.2
Sequestro	4	7.7
Natureza sexual	7	13.4
Assalto à mão armada	4	7.7
Tráfico de estupefacientes	6	11.6
Total	52	100

1.3. Crimes associados

Além do crime de natureza sexual, em 21.6% (n=25) dos casos verificou-se que os agressores cometeram outros crimes. Destes, a maior parte foram crimes de roubo (36%) e de natureza sexual (12%) (Tabela 2). Em relação a este item, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas para os agressores intra e extra-familiares (qui-quadrado=3.287; p=0.081), encontrando-se, contudo para os agressores que vitimam adultos ou menores (qui-quadrado=27.727; p=0.000).

Tabela 2 -Tipos de crime associados ao crime sexual (n=25)

Crime associado	n	%
Furto	2	8
Homicídio	2	8
Incêndio	2	8
Injúrias	1	4
Não pagamento de multa	2	8
Roubo	9	36
Rapto	1	4
Natureza sexual	3	12
Assalto à mão armada	2	8
Tráfico de estupefacientes	1	4
Total	25	100

Em relação a este ponto, os resultados revelam que os agressores que vitimam adultos têm mais crimes associados, sendo os mais significativos os crimes como: roubo e outros crimes de natureza sexual, evidenciando que a tipologia criminal associada denota uma certa agressividade/intrusividade.

1.4. Consumo de substâncias

Do total de agressores apurou-se que 72.4% (n=84), consumiram ou consomem substâncias estupefacientes. Do grupo de agressores que consumiram estupefacientes, 49.1% (n=57) consumiram apenas um tipo de substância, enquanto 23.3% (n=27) fizeram consumo de várias substâncias concomitantemente. As substâncias identificadas foram álcool, heroína, cocaína e haxixe.

No que diz respeito ao álcool, verificou-se que 55.2% (n=64) apresentam hábitos de consumo de álcool não existindo diferenças estatisticamente significativas quanto ao consumo de álcool entre os agressores que vitimam adultos ou menores (qui-quadrado=0.59; p=0.480), tal como para os agressores intra e extra-familiares (qui-quadrado=1.544; p=0.146).

Quanto ao consumo de heroína, 16.4% (n=19) dos agressores refere a sua utilização, existindo diferenças entre os agressores que vitimam adultos ou menores (qui-quadrado=5.056; p=0.025), mas não se verificando tal diferença em relação aos agressores intra e extra-familiares (qui-quadrado=0.68; p=0.499). No que respeita à cocaína, 84.5% (n=98) dos agressores não a consome, existindo, uma vez mais, diferenças estatisticamente significativas entre os agressores consumidores desta substância que vitimam adultos ou menores (qui-quadrado=6.190; p=0.015), não se verificando tal diferença em relação aos agressores intra e extra-familiares (qui-quadrado=0.304; p=0.387).

Finalmente, 20.7% (n=24) dos agressores consumiu haxixe, não existindo diferenças entre os agressores no que respeita ao consumo de haxixe quer para os agressores que vitimam adultos ou menores (qui-quadrado=1.457; p=0.166), quer para os agressores intra e extra-familiares (qui-quadrado=0.327; p=0.365).

Em relação a este ponto, verificou-se que o álcool e o haxixe não apresentam diferenças entre os agressores intra e extra-familiares ou entre os agressores que vitimam

adultos ou menores. No que se refere à heroína e a cocaína, estas apresentam diferenças em relação aos agressores que vitimam adultos e menores, sendo mais referido o seu uso/consumo por parte dos agressores que vitimam adultos.

1.5. Caracterização do crime sexual

Os agressores da nossa amostra cometeram, maioritariamente, os crimes de abuso sexual de menores (46.5%) e violação (42.2%) (Tabela 3).

Tabela 3 – Tipos de crime (n=116)

Tipos de crime	n	%
Abuso sexual de menores	54	46.5
Violação	49	42.2
Coacção sexual	8	6.9
Actos sexuais com adolescentes	2	1.8
Lenocínio	1	0.9
Lenocínio e tráfico de menores	1	0.9
Violação seguida de homicídio	1	0.9
Total	116	100

Da análise dos casos, constatou-se que 55.2% (n=64) dos crimes acontecem fora do contexto familiar, sendo os restantes dentro da família (44.8%) (n=52).

No que respeita à relação entre agressores e vítimas, verificou-se que 79.1% (n=92) dos agressores eram conhecidos das vítimas (ex.: vizinhos, “cuidadores” ou pessoas que tinham os menores a seu cargo; no caso dos adultos, eram ex-namorados ou “amantes”).

O nosso estudo veio confirmar claramente que grande parte das vítimas de agressão sexual é menor (64.7%; n=75), com uma idade média de 7.9 anos de idade, tendo oscilado entre um mínimo de 2 anos e um máximo de 15 anos. As vítimas são maioritariamente do sexo feminino (82%; n=95).

1.6. Distorções cognitivas

Abordamos agora os resultados evidenciados pelos sujeitos na *checklist* de distorções cognitivas. Assim, os agressores sexuais “justificaram” de forma distorcida o seu comportamento com recurso maioritário apenas a um tipo de distorção em 56.5% (n=66) (Tabela 4).

Tabela 4 – Número de itens/distorções assinaladas (n=116)

Distorções	n	%
Nenhuma	4	3.5
Uma	66	56.5
Duas	34	29.6
Três	10	8.7
Quatro	2	1.7
Total	116	100

Os resultados em cada um dos itens da *checklist* foram os constantes da tabela 4.1 importando referir que o mesmo agressor podia posicionar-se num ou em vários itens simultaneamente.

Tabela 4.1 – Percentagem dos que pontuaram e dos que não pontuaram

Distorções	%pontuaram	%não pontuaram	Total
Negação total	48	52	100
Negação parcial	43	57	100
Minimizar a ofensa	17	83	100
Minimizar a responsabilidade	25	75	100
Negar ou minimizar as consequências	4.3	95.7	100
Negar ou minimizar o planeamento	6.9	93.1	100
Negar ou minimizar as fantasias	6.0	94.0	100

Quanto às distorções cognitivas com “Negação completa” os resultados foram os descritos na tabela 5, por ordem de apresentação. Não se verificaram diferenças entre os agressores sexuais intra e extra-familiares, nem entre os que vitimam adultos ou menores, no item da “Negação completa”.

Tabela 5 -Distorções Cognitivas – Negação completa

Distorção (Negação completa)	Qui-quadrado de Pearson	Teste exacto de Fisher's
Intra e extra-familiar	1.171	0.185
Adulto ou menor	2.174	0.100

No que respeita aos sub-itens mais frequentes da “Negação completa”, 75% dos agressores afirma que tudo não passou de uma falsa acusação (Tabela 6).

Tabela 6 – Tipos de “Negação completa” (n=56)

	n	%
Falsa acusação	42	75
Pessoa errada	3	5.3
Perda de memória	11	19.7
Total	56	100

Quanto à “Negação parcial”, não verificamos a existência de diferenças entre os agressores intra e extra-familiares, nem entre os agressores que vitimam adultos ou menores (Tabela 7).

Tabela 7 - Distorções Cognitivas – Negação parcial

Distorção (Negação parcial)	Qui-quadrado de Pearson	Teste exacto de Fisher's
Intra e extra-familiar	0.284	0.366
Adulto ou menor	1.099	0.197

Já no que diz respeito aos sub-itens da negação parcial, 70% dos agressores tentaram descredibilizar a vítima, referindo-se a ela como promíscua e ou prostituta (Tabela 8).

Tabela 8 – Tipos de “Negação parcial” (n=50)

	n	%
A vítima consentiu	8	16
A vítima era “prostituta”	35	70
Era um jogo/brincadeira	4	8
Era amor	2	4
Negação do problema	1	2
Total	50	100

Também não existem diferenças estatisticamente significativas, entre agressores no que ao item “Minimizar a ofensa” diz respeito (Tabela 9).

Tabela 9 - Distorções Cognitivas – Minimizar a ofensa

Distorção (Minimizar a ofensa)	Qui-quadrado de Pearson	Teste exacto de Fisher`s
Intra e extra-familiar	0.261	0.394
Adulto ou menor	2.490	0.091

Já quanto aos sub-itens da minimização da ofensa, 60% dos agressores afirmaram que o acto, a ter sido acontecido, não foi como a vítima o contou ou no número de vezes que a mesma o refere (Tabela 10).

Tabela 10 – Tipos de “Minimizar a ofensa” (n=20)

	n	%
Aconteceu com menos frequência	12	60
Não houve força ou ameaça	5	25
Não houve outras vítimas	3	15
Total	20	100

Em relação ao item “Minimizar a responsabilidade”, não existem uma vez mais diferenças entre os agressores (Tabela 11).

Tabela 11 - Distorções Cognitivas – Minimizar a responsabilidade

Distorção (Minimizar a responsabilidade)	Qui-quadrado de Pearson	Teste exacto de Fisher`s
Intra e extra-familiar	0.186	0.413
Adulto ou menor	1.522	0.156

Quanto aos sub-itens da “Minimização da responsabilidade”, 58.7% dos agressores alega que estava drogado ou alcoolizado (Tabela 12).

Tabela 12 – Tipos de “Minimizar a responsabilidade” (n=29)

	n	%
Eu estava drogado ou alcoolizado	17	58.7
Eu estava stressado	8	27.6
A minha companheira não me satisfaz sexualmente	4	13.7
Total	29	100

No que ao item “Minimizar as consequências” respeita, existem diferenças estatisticamente significativas, o que significa que os agressores que vitimam no interior da família tendem a desvalorizar o acto e as sequelas da agressão. Por outro lado, os agressores extra-familiares tendem a ter consciência de que os seus actos tiveram repercussões na vida da vítima – tais diferenças não se verificam nos agressores que vitimam adultos ou menores (Tabela 13).

Tabela 13 - Distorções Cognitivas – Negar ou minimizar as consequências

Distorção (Minimizar as consequências)	Qui-quadrado de Pearson	Teste exacto de Fisher`s
Intra e extra-familiar	6.431	0.016
Adulto ou menor	2.856	0.108

Em relação aos sub-itens do “Negar ou minimizar as consequências”, 80% dos agressores alega que a vítima não teve sequelas físicas nem ficou magoada (Tabela 14).

Tabela 14 – Tipos de “Minimizar as consequências” (n=5)

	n	%
Amigos ou familiares disseram-me que a vítima não ficou ferida/magoada	4	80
Não usei força física	1	20
Total	5	100

Em relação ao item “Negar ou minimizar o planeamento”, não existem diferenças entre os agressores intra e extra-familiares, verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre os que vitimam adultos ou menores, o que significa que os agressores, sobretudo os de adultos, tendem a afirmar que não planearam o acto, desvalorizando assim a sua conduta, remetendo-a para uma contingência do momento (Tabela 15).

Tabela 15 - Distorções Cognitivas – Negar ou minimizar o planeamento

Distorção (Negar ou minimizar o planeamento)	Qui-quadrado de Pearson	Teste exacto de Fisher's
Intra e extra-familiar	1.366	0.214
Adulto ou menor	5.913	0.022

Em relação aos sub-itens do “Negar ou minimizar o planeamento”, 62.5% dos agressores alega que agiu no calor do momento (Tabela 16).

Tabela 16 – Tipos de “Negar ou minimizar o planeamento” (n=8)

	n	%
As coisas aconteceram	3	37.5
Eu agi no calor do momento	5	62.5
Total	8	100

No que ao item do “Negar ou minimizar as fantasias” respeita, não existem diferenças estatisticamente significativas quer entre agressores intra e extra-familiares, quer entre os agressores que vitimam adultos ou menores (Tabela 17).

Tabela 17 - Distorções Cognitivas – Negar ou minimizar as fantasias

Distorção (Negar ou minimizar as fantasias)	Qui-quadrado de Pearson	Teste exacto de Fisher's
Intra e extra-familiar	0.311	0.453
Adulto ou menor	0.568	0.364

Em relação ao sub-item do “Negar ou minimizar as fantasias”, 100% dos agressores, afirma que antes de tal acto ter acontecido nunca pensou em abusar da vítima (Tabela 18).

Tabela 18 – Tipos de “Negar ou minimizar as fantasias” (n=7)

	n	%
Antes de ter acontecido, eu nunca tinha pensado em abusar da vítima	7	100
Total	7	100

Em suma, poder-se-á afirmar que 96.5% dos agressores se posicionaram num ou em vários itens da *checklist*, o que se revela um bom indicador para a validação deste instrumento de avaliação forense. Os agressores que não se posicionaram, não apresentaram outras formas de distorcer a agressão sexual.

A amostra de agressores apenas revelou, por um lado, diferenças em relação ao item “Negar ou minimizar as consequências” para os agressores intra e extra-familiares e por outro em relação ao item “Negar ou minimizar o planeamento” para os agressores que vitimam adultos ou menores.

É no entanto para notar que havendo apenas cinco casos no “Negar ou minimizar as consequências” e oito casos no “Negar ou minimizar o planeamento” estes resultados carecem de confirmação através do o estudo de uma amostra mais alargada.

Neste sub-capítulo dos casos tipo a amostra é constituída por (n=32) homens. O critério que presidiu à selecção destes trinta e dois casos, foi por um lado o facto das entrevistas serem mais ricas em informação e conteúdo e por outro, a circunstância de na análise de conteúdo, o mais importante ser a qualidade da informação e não a sua quantidade. Assim, seleccionamos oito casos de cada tipo de agressor: intra-familiar de adulto e de menor, e extra-familiar de adulto e menor. Procederemos de seguida a uma breve caracterização deste sub-grupo, após o que apresentamos os resultados da avaliação das entrevistas com o programa NUD*IST.

A idade dos agressores oscilava entre os 18 e os 72 anos, sendo a média de idade 41 anos (60% tinha entre 30 e 42 anos). Verificou-se que 35% dos agressores tinha uma profissão, 31% eram qualificados em profissões ditas manuais (ex.: operário da construção civil; carpinteiro; agricultor; tractorista) e 44% eram não qualificados ou faziam tarefas indiferenciadas. Na altura da agressão, 48% eram ou tinham sido casados (ou viviam em união de facto) e 32% eram solteiros.

Estes agressores têm geralmente preferência por um certo género de vítimas: 58% agrediram menores do sexo feminino; 14% agrediram menores do sexo masculino, enquanto 28% agrediram menores de ambos os sexos. A idade das vítimas crianças oscilava entre os 2 e os 15 anos.

Apurou-se que 66% dos agressores conheciam as suas vítimas ou conheciam familiares destas e em todos os casos prestavam-lhes cuidados (ex.: vizinhos; “babysitter”).

Dos que conheciam as suas vítimas, 32% eram parentes ou familiares em 1º grau (primos; tios; sobrinhos) que agrediram as suas próprias crianças, 34% não eram familiares.

Dos que faziam parte do rol de familiares, 23% agrediram exclusivamente as suas próprias crianças, 9% agrediram as suas e outras (geralmente os amigos ou companheiros de brincadeira).

Todos os agressores sexuais agrediram as suas vítimas, de várias maneiras, tocando nas suas partes sexuais, por vezes mais do que de uma maneira apenas; 72% dos agressores de menores, referiram que esses actos incluíram masturbação da criança ou desta em relação ao agressor.

Verificou-se que 31% envolveram-se em sexo oral mútuo e mais de metade (57%) tentaram ou consumaram o acto sexual, na forma de coito vaginal ou anal.

A maioria dos agressores (85%) cometeu actos sexuais com uma vítima. A maior parte dos agressores actuou sozinho (93%), enquanto 7% teve pelo menos um co-agressor.

2.1. Vítima

No processo de selecção das vítimas, para 42% dos agressores foi referido como importante a vítima ser bonita. Já o modo como se vestia foi citado por 27% dos agressores – um dos agressores, por exemplo, referiu “...eu gostava de ver mulheres de mini-saia...”

Ser atraente ou jovem foi importante para 18% dos agressores, “... Não olhei para a cara dela, mas depois vi-a e achei que não era de se deitar fora ...”; “...A vítima é morena, como nós (família). A garotita é bonita e tem classe de aprender...”.

Neste grupo de agressores as características físicas da vítima foram importantes mas não tanto como a forma como elas se comportavam; 13% focalizaram o aspecto inocente e autêntico da criança.

Quase metade (49%) dos agressores referiram sentirem-se atraídos por crianças que pareciam ser pouco confiantes ou que pareciam estar sozinhas ou tristes. Um dos agressores verbalizou “...não suporto ver uma criança sozinha e por isso cuidava dela, e dava-lhe atenção...”.

Perto de metade dos agressores (46%) sentiram que tinham uma relação especial com a criança “...Eu conhecia muito bem a vítima...”; “...Quanto à vítima, conhecia-a perfeitamente, vi-a nascer, mas não costumo pensar nela. Não lhe provoquei sofrimento porque não lhe fiz nada (alega não ter consumado o acto e não ter deixado sequelas físicas); “...Ela vivia cerca de 4 km desviado de mim. Ela era um “traço do caraças”, ela tinha um “corpalhão” jeitoso...”; “...Para mim sexualidade é uma questão de amor, para mim foi amor. Tinha mais prazer com ela, com a miúda, de que com a mãe. Era mais regular...”.

2.2. Agressividade

A maior parte (58%) dos agressores afirma que já em algum momento agiu de forma violenta e agressiva, sobretudo em relação ao sexo feminino. Esta característica é patente em expressões como: “...Apontei-lhe uma faca, ela gritou e tivemos relações sexuais...”; “...Já por diversas vezes bati na mulher, lembro-me de uma vez em que ela estava grávida do filho mais velho, foi para ela não se esquecer...”; “...vi aquela senhora, obriguei-a a entrar dentro do carro e com a faca de “tirar os mexilhões” levei-a para um descampado (Bouça)...”.

2.3. Conceito de mulher

Para 52% dos agressores a mulher tem na sociedade, em geral, e na família em particular, um papel submisso. Esta categoria emergiu dos vários relatos dos agressores que estão patentes em expressões como: “...A mulher deve ser honesta, dar o carinho que o homem precisa, ter uma maneira diferente...”; “...Quando saía de casa dava algumas ordens à mulher: casa arrumada, jantar feito quando regressasse, miúdos limpinhos e roupa pronta para tomar um banhinho e sair para o café...”; “...Para mim a mulher não precisa de trabalhar, não sou desses, porque depois os patrões tentam-se fazer a elas...”; “... um homem tem como função trabalhar e não deixar que falte nada em casa. A mulher apoia e ajuda na vida...”; “...sou da opinião que as mulheres não devem trabalhar, nós trabalhamos e elas ficam a cuidar das coisas em casa...”(sic); “...eu trabalho, não há problema, elas podem ficar comigo. Eu trabalho nas obras...”(sic).

2.4. Distorções cognitivas

No que respeita às distorções cognitivas, todos os agressores pontuaram, utilizando várias expressões e diferentes significados para justificarem o seu comportamento. São exemplo: “...Isto foi um esquema para me conseguir meter cá dentro. A minha sobrinha foi dizer à mãe que eu levei a “Fatinha” para o quarto e que abusei dela. Para mim as crianças são todas bonitas. Não assumo, ter feito isso...”; “...praticamente não me lembro. Admito que tenha sido possível fazê-lo, eu pegava no carro e esquecia-me, às vezes aparecia de cabelo todo cortado...”; “... era um rapaz

casado, quase vizinho. Eu não me acredito que isso durasse tanto tempo. Era muita gente dentro de casa...”; “...Se houver alguma acusação tem a ver com a força que eu tenho (de trabalhar nas obras) e com o facto de usar as unhas grandes (e se “calhar” ficaram marcas, das brincadeiras) ...”; “...Se o tivesse feito não lhe teria dado as coisas (prendas) ...”; “...Ela (vítima) naquela altura atraiu-me. Acho que mudou de atitude (disse que não, quando antes tinha dito que sim)...”; “...Preciso de fazer exames à minha cabeça. Peço até para nem falar disso. Num momento estou bem e depois já não estou...”; “... Era bonita e um bocado loura. Atraiu-me, vinha de mini-saia, tinha 36/37 anos (só soube a idade no processo), foram mais ou menos 10 minutos, estive calma, nem chorou...Não estava a sofrer, não fiz com violência...”; “...estava comigo em troca de dinheiro e tabaco...”; “...A miúda seduziu-me, chegava a casa com livros pornográficos (que a mãe tinha). Eu ia deitar aquilo fora, mas...acabei a ter relações com ela. Surgiu uma gravidez, tive uma menina e ela chamava-me pai, mas eu sou pai e avô!...”; “...Eu disse-lhe, eu vou preso!..Mas ela aceitava de boa vontade. Ela muitas vezes é que tomava a iniciativa, a miúda já estava bastante crescida e sabia...muitas coisas...”; “...Não me considero um “violador” pois um desses faz milhares de vítimas...”; “...Sentia-me sozinho, era o único português. Sentia-me mais ou menos diferente dos restantes. A vítima, não sei dizer se me atraía (estava completamente bêbado). Não sei dizer se ela me provocou...”.

2.5. Explicação para a agressão sexual

Os agressores, de modo geral, percebem o acto de forma distorcida (fazendo uso das mais variadas distorções), porém referem que tudo não passou de um acto impulsivo, que não foi por eles premeditado ou preparado, “...não tenho explicação. Confesso que não consigo entender o meu comportamento. Aquilo entrou-me na cabeça e enquanto não fizesse não me encontrava bem...”; “...Eu não sei o que possa achar, mas de certeza que não foi um acto planeado. Nunca, eu era contra isso...”. Esta dimensão, do não planeamento, pretende significar que a sua culpa é reduzida ou atenuada e tende a remeter-nos para uma forma de distorção encoberta (tipo negação total ou parcial).

2.6. Consumos de substâncias psicoactivas

É muito comum entre os agressores, desculparem o seu acto com o consumo de substâncias psicoactivas, sobretudo álcool: “... Era costume lá na terra beber e eu comecei a beber cedo, de novo. Nem imagina, era alcoólico...”; “...Comecei a beber quando fui para a construção civil, pois passei a ter mais dinheiro...”; “... Na altura dos acontecimentos sentia-me bastante isolado. Sim, sentia-me diferente dos outros, derivado ao álcool, “era um farrapo humano” 30/35 bagaços por dia...”; “...Exaltava-me com o álcool. Comecei a beber com 16 anos (20 “Favaio” com cerveja pela manhã, mais vinho com cerveja (1 litro). Às vezes 10 cervejas por dia. Gastava cerca de 40/50 euros por dia em álcool...”. Este tipo de consumo é mais facilmente assumido pelos agressores, porque culturalmente é menos penalizado e censurado. Por vezes, embora mais dificilmente, os agressores assumem o consumo de outras substâncias, “...Andava na droga, andava a traficar, não saía de casa. Os familiares da vítima, vizinhos, começaram a ver muito movimento (de consumidores) e diziam “...um dia vou-te meter na cadeia...”. Isto foi um esquema para me conseguir meter cá dentro...”. Estas expressões são bem reveladoras das justificações que os diferentes tipos de agressores utilizam para minimizarem a responsabilidade.

2.7. Sexualidade

Em relação à sexualidade e tudo o que com ela se relaciona o discurso dos agressores é muito reduzido e pobre de conteúdo. Notou-se por parte dos entrevistados mais básicos (em relação à escolaridade) uma necessidade de se apresentarem como homens com uma “drive sexual” muito elevada “...Sou um homem com muito apetite para o sexo...”; “...Não havia semana que não fosse às casas das meninas (casas de prostituição) ...”. Em relação a esta dimensão da drive sexual ela também se encontra contemplada na *checklist* das distorções cognitivas “Minimizar as responsabilidades”.

Ressalta do mesmo discurso que os relacionamentos são maioritariamente percebidos como meros comportamentos onde a tonalidade afectiva é praticamente inexistente: “...Iniciei a minha vida (sexual) com prostitutas, com um companheiro mais velho...”; “...Eu, lá fora, ia mas pagava. Havendo dinheiro há mulheres. Eu, é sempre novas (preferência), velhas é despachá-las...”; “...Para mim sexo é amor, satisfação (tenho a alma para dar a Deus) ...”.

2.8. Proximidade relacional/habitacional agressor/vítima

Em muitas das situações é relatado pelo agressor uma certa promiscuidade, na medida em que agressor e vítima acabam por estar demasiado próximos tanto do ponto de vista relacional como do ponto de vista físico (aglomerados de casas, sem a menor privacidade, onde agressores e vítimas passam longas horas sozinhos). Esta excessiva proximidade está bem patente em expressões como: “...A vítima atraiu-me. A casa não tinha as menores condições. Ela estava comigo em troca de dinheiro e tabaco...”; “...O patrão deixou de pagar e eu fui viver na casa do meu irmão (emigrante em França). Eu dormia, no andar de cima, conjuntamente com os meus sobrinhos (uma das vítimas) ...”.

2.9. Problemas económicos

Uma elevada percentagem (42%) dos agressores afirmam estar a viver no momento da agressão vários problemas económicos e financeiros, 37% dos quais se encontram em situação de desemprego. Esta categoria emergiu do discurso dos agressores através de expressões como: “...A minha companheira não tinha emprego, pois é muito doente...”; “...Sentia-me exausto, um bocadito: era uma vida um bocado dolorosa, sem dinheiro para nada...”; “...Como o patrão deixou de pagar fui viver para casa do irmão, dormia no quarto dos miúdos (vítima era sobrinha) ...”; “.... Sentia-me um “bocadinho” isolado, diferente dos outros, sobretudo na vida social que era inferior...”.

2.10. Utilidade da reacção penal

A totalidade dos agressores verbalizou não estar a frequentar qualquer programa específico para a problemática da agressão sexual, “...Não, ninguém sabe do meu crime. O programa que frequento é o trabalho...”; “...Frequento as consultas de clínica geral, mas o médico só me dá pastilhas...”; “...Estive num Estabelecimento onde às vezes frequentava as consultas de psiquiatria (fazia parte do programa de metadona) ...”.

Em relação a esta categoria, nenhum dos agressores referiu qualquer programa ou acompanhamento especializado em relação ao crime que determinou a sua privação de liberdade.

2.11. Relacionamento com os progenitores

A quase totalidade (90%) dos agressores, referem que o relacionamento preferencial acontecia com a figura materna: “...Dava-me melhor com a minha mãe, porque ela preparava-me as “coisas” como eu gostava (comida a horas e roupa escolhida e passada a ferro para hora marcada). Quanto ao relacionamento com pai, era um “...turra...”, resolvia as coisas na base da porrada...”. Na maior parte dos casos os agressores afirmam ter presenciado situações de agressão física entre os pais, mas sobretudo do pai em relação a mãe “...Por várias vezes assisti a ele bater na minha mãe, por diversas vezes me “meti” no meio deles. Ele bebia muito...”; “...Os meus pais davam-se muito mal...”; “...Dava-me melhor com a minha mãe. O meu pai era mais severo (era um homem muito nervoso, bebia muito). Agrediu a minha mãe e a mim muitas vezes...”. As histórias de vida dos agressores invariavelmente remetem-nos para a figura paterna (quase ausente) e que regra geral tinha hábitos alcoólicos pesados “...A vida dele (pai) era nos cafés...”; “...Comecei a trabalhar aos 17 anos, fui abandonado pelos pais aos 4 anos. Fui criado pela minha avó (com a qual mendigou até à idade de 16 anos). Os meus pais eram alcoólicos. Quando comecei a trabalhar foi num matadouro...”; “...Nunca estive em nenhum colégio, embora a minha mãe “ameaçou-me” muitas vezes. Não tinha dinheiro, nem me dava atenção nenhuma. O meu pai, esse abandonou-nos...”.

V

Discussão

Com base nos resultados obtidos na nossa amostra e fazendo uso dos métodos analíticos e sua tradução gráfica, neste capítulo habilitamo-nos a interligar os dados/resultados, atribuindo-lhes uma explicação lógica e coerente com as teorias enunciadas no primeiro capítulo, que tem por base a ciência psicológica. As explicações apresentadas resultam do trabalho de investigação efectuada e da confrontação com as partes bibliográficas comentadas. Optámos por discutir os resultados segundo várias partes, utilizando para tal os dados quantitativos obtidos bem como os elementos que emergiram da análise qualitativa.

1. Agressividade

Começaríamos este tópico, fazendo referência ao início do nosso trabalho quando, para contextualizarmos a nossa temática, tivemos necessidade de referir o conceito mais lato de agressividade.

Ressalta deste trabalho que o grosso dos nossos entrevistados são homens que desde muito cedo apresentam níveis altos de conflitualidade/agressividade “...já por diversas vezes ameacei a minha mulher, lembro-me de uma vez em que ela estava grávida do filho mais velho, foi para ela não se esquecer...”. E que, apesar de tudo, esta agressão de que são protagonistas, se inscreve nesse domínio “...Apontei-lhe uma faca, ela gritou e tivemos relações sexuais...”. Demos disso conta, aquando das entrevistas aprofundadas. Nessa medida poder-se-ia dizer que os agressores sexuais (pelo menos os que estão presos) se movimentam em território muito próximo aos reclusos do sistema prisional, que estão presos por outras tipologias criminais “...já me tinha envolvido em conflitos físicos, pois fui agredido fisicamente muitas vezes...”(sic), nomeadamente ofensas à integridade física, roubo e assalto à mão armada. É mais evidente esta característica, agressiva/intrusiva, naqueles agressores que fazem vítimas extrafamiliarmente com adultos “...o crime, veio ocorrer no mesmo local (dunas, junto à praia) do anterior (reincidente, agressor extra-familiar de 34 anos), ele e três amigos esperaram que os namorados se despissem para os roubar seriam 10, 11 horas da noite, por perto não existem casas. Fizemos este “roubo” para ter dinheiro para a droga. Partimos os vidros e entramos no “jipe”, o homem só nos pediu para não lhes fazermos mal...”(sic).

A ligação à psicopatia pode ser aqui evocada. Assim como refere Gonçalves (2001), utilizando a PCL-R (Hare, 1991), no contexto prisional português concluiu-se

que os psicopatas são geralmente identificados como pessoas ligadas aos crimes contra pessoas e a uma maior versatilidade criminal. Também Pereira, Moreira e Gonçalves (1999), verificaram uma tendência estatisticamente significativa, para serem os reclusos presos por crimes de furto e crimes sexuais os que apresentavam scores médios mais altos de psicopatia.

No campo específico das agressões sexuais verificou-se que elas ocorrem mais fora de casa (55.2%). Os restantes sujeitos 44.8% vitimam dentro da família. Porém devemos ter alguma atenção nestes dados, pois por questões metodológicas assinalámos como extra-familiar os vizinhos e pessoas que apesar de por vezes por questões de espaço, tempo e geografia, estarem o mais próximo possível, são cotados como sendo de fora do contexto familiar. Contudo, importa referir que 79.1% dos agressores conheciam as vítimas.

Em termos genéricos, como referem Wolfe e Birt (1997) (cit. in Machado, 2003), podemos dizer que apenas 10 a 30% das vítimas são abusadas por desconhecidos, aproximadamente 40% por pessoas conhecidas ou próximas (situações que tivemos oportunidade de confirmar nos relatos das histórias de vida dos agressores, o que apesar de serem próximos física e relacionalmente, acabaram por metodologicamente cair no intervalo dos extra-familiares), já os restantes 30% a 50% são por elementos da própria família. Num estudo com 1101 casos julgados Fischer e McDonald (1998) (cit. in Machado, 2003), encontraram-se 44% de casos de abuso intra familiar e 56% perpetrados por elementos exteriores à família – situação que corrobora os resultados encontrados na nossa amostra.

Em certos tipos de agressores sexuais, o seu discurso orienta-nos para a ideia de que o seu comportamento sexual aparece como um meio para expressarem e descarregarem a sua hostilidade e raiva “...ela (vítima) ofereceu muita resistência, depois de a amarrar começou a ficar cansada...” (sic). O acto em si, não resulta de uma “relação sexual”, pois a agressão é caracterizada por uma exacerbada brutalidade, quando a vítima está já sem qualquer alternativa, quase como se o comportamento fosse uma forma de exercer um poder e um modo de humilhar e intimidar a vítima. O objectivo dessa agressão sexual não é tanto a gratificação sexual, mas antes a necessidade de fazer sofrer, magoar, punir e humilhar a vítima. O sexo torna-se o meio pelo qual o agressor, se superioriza face à vítima “...o homem tem obrigação de trabalhar e as mulheres não gostam de ser mandadas...” (sic); “...quando saía de casa,

dava algumas ordens à mulher: casa arrumada, jantar feito para quando regressar, miúdos limpinhos e roupa pronta para tomar um banhinho e sair para o café...”.(sic)

Evidentemente, através da aprendizagem pode aumentar-se ou reduzir-se a agressividade. Os estudos são já muito numerosos, tendo-se demonstrado que na maior parte dos casos a observação da violência aumenta a agressividade nas pessoas que a observam (Ledesma Jimeno, 1980).

As justificações ou a pura negação do comportamento agressivo por parte do agressor são exemplos de distorções cognitivas e constituem um modo errado e muito próprio de interpretar a situação de agressão (Ward, 2000).

2. Idade

A idade média dos agressores aparece neste trabalho como um carácter diferenciador entre agressores de adultos e de menores, estes últimos têm maior idade em termos médios. Uma potencial explicação poderá prender-se com o facto de os agressores de menores terem um acesso mais facilitado às crianças por via da sua proximidade. Uma outra explicação poder-se-á prender com o facto de as suas características físicas como atractividade ou desempenho sexual, não serem determinantes para a prática do comportamento. O que poderá ser importante será o seu potencial de manipulação que vai sendo “polido” ao longo dos anos, para através dessa habilidade verbal ou através de “jogos de sedução”, conseguir envolver o menor em actos de natureza sexual (Dickey; Nussbaum; Chevolleau & Davidson, 2002).

Os resultados do nosso estudo são consistentes com outros autores que demonstraram que os agressores de adultos são significativamente mais novos do que os agressores de menores (Blanchard e col, 1999).

3. Escolaridade

As características sócio-estatísticas do nosso estudo corroboram a tese de que os agressores são maioritariamente homens pouco instruídos (ver gráfico 3, página 75). Em relação a este item não existem diferenças entre os diferentes tipos de agressores. Poderemos afirmar que os agressores sexuais se encaixam maioritariamente nas qualificações características da maioria dos reclusos em cumprimento de pena, ou seja, são homens que possuem o 1º ciclo do ensino básico (e.g. Moreira, 2005).

São agressores, que têm um conceito de mulher e de sexualidade muito redutor e primário “...a mulher deve ser honesta, dar o carinho que o homem precisa, ter uma maneira diferente...”(sic); “...sou da opinião que as mulheres não devem trabalhar, nós trabalhamos e elas ficam a cuidar das coisas em casa...”(sic); “...eu trabalho, não há problema, elas podem ficar comigo. Eu trabalho nas obras...”(sic). Facilitando, deste modo, uma visão estereotipada e de “mulher-objecto”.

Já neste trabalho, referimos a importância da abordagem feminista. É agora momento de sublinhar o facto de no discurso dos agressores da nossa amostra, sobressair o baixo conceito em relação ao sexo feminino, a pouca ou nenhuma autonomia atribuída. Os nossos agressores sexuais, regra geral, têm da mulher um conceito que assenta nos cânones da mulher de outras épocas; submissa, que existe para servir, que depende economicamente do elemento masculino do agregado, que procura e está sempre disponível para o acto sexual.

Segundo Kandel (1997) (cit. in Barak, 2003), parecem existir factores cognitivos associados com mitos sobre a agressão sexual (em particular a violação), ou em vários estereótipos machistas ou sexuais que não só ajudam a justificar o seu comportamento sexual, como parecem estar associados com um leque de factores de risco para cometer uma agressão de tipo sexual.

Importa neste item referir que na análise qualitativa (n=32), que para 18% dos agressores, ser atraente ou jovem, foi importante, “... Não olhei para a cara dela, mas depois vi-a e achei que (não era de se deitar fora) ...”; “...A (vítima) é morena, como nós (família). A garotita é bonita e tem classe de aprender...”. Em relação a este aspecto os “adeptos” da abordagem feminista sempre defenderam que dois dos aspectos a ter em consideração no processo de selecção da vítima pelo agressor seriam: 1) a sua preferência por jovens e 2) mulheres atractivas, o que não significa que a vulnerabilidade da vítima não seja factor a entrar em linha de conta. Porventura a junção dos dois, vulnerabilidade e atractividade, seja uma possível pista para a selecção da vítima pelo agressor. Embora esta posição seja controversa e altamente polémica, não podíamos deixar de a referir porque de certa forma se assistiu a um certo cepticismo em relação a estas posições por parte da comunidade científica. No fundo, criou-se um outro dogma em relação à explicação feminista da agressão sexual por oposição ao dogma da explicação “não sexual”, que segundo os defensores da abordagem feminista impede a

descoberta da verdade e cria uma consciência desresponsabilizada que apenas contribui para potencializar as agressões sexuais (Blackman, 1985. cit. in Palmer, 1988).

5. Estado civil

São homens que se encontram na situação de casados ou em união de facto (ver gráfico 2, página 74), mas que vivem a relação conjugal de forma pouco satisfatória. Em relação a este item não existem diferenças entre agressores sexuais (intra e extra-familiares)

Alguns autores, (Marshall, 1989, 1993) sustentam a ideia que existe nos agressores sexuais um deficit de intimidade, que está habitualmente associado ao álcool e “facilita” a agressão sexual. Nesta linha de pensamento, poder-se-á entender a relação sexual satisfatória e “adequada” como um factor protectorio.

6. Taxa de reincidência no crime sexual

Os resultados obtidos na nossa amostra permitem-nos também ir ao encontro das demais investigações neste domínio: ou seja a taxa de recidiva na agressão sexual não é negligenciável (ver tabela 1, página 76), embora no panorama prisional não se lhe atribua grande importância, pois comparativamente, os números das agressões sexuais se dilui no tipo de crime que de forma transversal prolifera nas cadeias portuguesas: o crime, directa ou indirectamente, relacionado com o consumo/tráfico de estupefacientes, embora os crimes contra as pessoas tenham tido um aumento considerável nos últimos anos (Moreira, 2005). Não há estudos, entre nós, sobre as taxas de reincidência por tipo de crime, mas sabe-se que entre os crimes contra as pessoas, os crimes sexuais são os que apresentam taxas mais elevadas de reincidência.

Como refere Gonçalves (2003), os agressores sexuais constituem uma categoria de delinquentes que tem permanecido consideravelmente desconhecida da generalidade dos investigadores que se dedicam ao fenómeno criminal em Portugal, ora pela juventude da investigação em ciências sociais e humanas, ora por uma conjectura científica que tem privilegiado outros objectos de estudo.

Era objectivo deste trabalho tentar perceber, se a insinceridade característica dos agressores sexuais se verificava no discurso dos seus actores, o que se veio a verificar “...eu não me acredito que isso durasse tanto tempo...”(sic); “...A vítima tinha 13 anos de idade, mas cuidado! Estava uma mulher, estive com ela mas nada de “coisar” (cópula sexual). Ela na brincadeira, atirava-se para cima de mim e depois um dia contou ao pai, e o pai, meteu-me em tribunal...”(sic).

É a propósito, impressionante a percentagem de agressores sexuais que negam ou minimizam o seu comportamento. (Marshall, 1994), refere que nos seus estudos, cerca de 60% dos entrevistados negam totalmente as ofensas e 37% minimizam de certo modo as mesmas agressões. Porventura, mais interessante, será referir que nos estudos conduzidos por Scully e Morolla (1984), estes encontraram cerca de 59% de agressores em cumprimento de pena que negam totalmente terem cometido a agressão sexual de que foram acusados e condenados

As distorções a que nos pretendemos referir, são aquelas que se referem aos “degraus” que os agressores utilizam para negarem, minimizarem, justificarem e racionalizarem o seu comportamento. Importa referir, que as distorções cognitivas não são vistas como causas directas do comportamento sexual desviante, mas como um “modo” que o agressor sexual utiliza para justificar o seu comportamento, que na essência serve para manter esse mesmo comportamento (Abel e col, 1984; Rouleau, Abel, Mittelman, Becker & Cunningham-Rathner, 1986; Wolf, 1984 cit. in Marshall & Barbaree, 1990)

Quando lidamos com estas questões, da agressão sexual, várias dúvidas nos assaltam, uma delas prende-se com a natureza das distorções cognitivas. Como começámos por dizer, no capítulo introdutório, é importante distinguir a mentira, da deturpação das percepções.

Outra das grandes questões, a tentar responder, é se aceitamos tratar-se de uma distorção cognitiva quando acreditamos que os agressores estão a mentir, ou aceitamos tratar-se de uma distorção cognitiva, quando envolve o todo da agressão ou parte, ou ainda se aceitamos que as crenças e atitudes do agressor, sofrem ou não a influência, do seu conceito de mulher e de criança. No fundo, tenta-se perceber, se verdadeiramente o agressor faz vítimas, sem do acto se culpabilizar e mais importante ainda, se poderá voltar a fazê-lo sem sentir culpa. Em qualquer caso, entre os investigadores e clínicos

desta área aceita-se que os agressores sexuais tendem a negar ou minimizar os seus actos. Revela-se portanto um excelente ponto de partida, uma avaliação com recurso a *checklist* das distorções cognitivas (Marshall, Anderson & Fernandez, 2003), com vista ao planeamento da intervenção.

Enquanto se tem dado uma atenção considerável à documentação do conteúdo das distorções cognitivas nos agressores sexuais (Abel, Becker & Cunningham-Rathner, 1984), relativamente poucas investigações se têm dedicado a tentar perceber o que está na origem estrutural, até ao ponto de ser pouco perceptível se as distorções cognitivas são primariamente geradas por esquemas mal adaptativos ou se são produto de disfuncionalidade do processo cognitivo, ou ambas.

Alguns clínicos, numa perspectiva de tratamento, consideram que o agressor perpetra o acto, estudando de forma minuciosa e detalhada a acção. Esta ideia, revela-se difícil e pouco convincente para se aceitar de forma redundante, até porque o grosso dos agressores da nossa amostra diz que tudo não passou de um acto impulsivo “...foi uma coisa de momento, não teve nada que ver com o ser feia ou bonita. Simplesmente vi-as e foi ali na hora, não as conhecia de lado nenhum...” (sic); “... como tantas coisas, por vezes acontecem, sem a gente querer, em espaço de segundos...”(sic); “... não sou santo e se não fosse um acto impulsivo (que não dominei) lembrava-me logo que já tinha estado preso...”(sic). Porventura, estes últimos relatos de que demos conta poderão em si mesmos significar que o agressor tenta desviar ou negar a sua culpa no acto, estando dessa maneira implícito uma determinada deturpação da realidade.

Outra das diferenças encontradas refere-se ao item “Negar ou minimizar o planeamento” (ver tabela 15, página 83), que nos agressores que vitimam adultos parece ser um tema recorrente e uma forma de atenuar ou desculpabilizar a perversão da sua conduta.

Como facilmente se percebe, os agressores têm várias razões para se justificarem alegando tratar-se de um acto impulsivo, do que dizer que se tratou de um acto planeado ou intencional. Alguns tentaram convencer-nos de que não pensaram no acto antes de tal acontecer. Parece que esta atitude permite apresentar-se como menos culpável aos olhos da lei ou menos desorganizado psicologicamente (Pithers, cit. in Marshall & Barbaree, 1990). Estas justificações, em nossa opinião, reforçam a ideia de que os agressores utilizam as distorções cognitivas como uma forma de minimizarem as suas culpas. Alguns agressores admitem ter praticado agressão sexual, alegando que só o fizeram porque estavam intoxicados, quase como que dizendo que o seu verdadeiro problema é o

alcoolismo. Outros há, que acreditam que qualquer crime que seja originado por um acto impulsivo lhes poderá determinar uma sentença menor, ou por outro lado possibilitar um veredicto de culpado mas inimputável.

Baseados nos estudos clássicos sobre esta temática recorreremos a uma escala de distorções cognitivas, submetendo-se todos os elementos da amostra a um posicionamento face aos itens pela escala abordados. Ressaltou-nos a convicção de que, e apesar de todos se encaixarem num ou noutro item, a escala utiliza uma linguagem um pouco redutora e por vezes de difícil compreensão por parte do agressor, que como já se salientou é maioritariamente pouco instruído, sabendo em muitos casos desenhar o seu nome, ler, mas não sendo contudo capaz de inferir conceitos e significados mais elaborados cognitivamente. Será portanto útil adequar o discurso ao vocabulário reduzido dos agressores sexuais.

Como dizíamos, não encontramos diferenças estatisticamente significativas nos diferentes sub-grupos de agressores sexuais, tal como desejaríamos. Verificaram-se apenas valores estatisticamente significativos para o item (distorção cognitiva - Negar ou Minimizar as Consequências) (ver tabela 13, página 82), verificando-se que quando agressão é extra-familiar a tendência para minimizar a consequência de tal acto ou conjunto de actos, é menor do que quando as agressões são no seio da família. No primeiro caso os agressores fazem uso de todo e qualquer tipo de expressão/argumento para descredibilizar a vítima e ou o acontecimento, inserindo-o numa dinâmica relacional, favor sexual “...eu e os meus amigos íamos para a discoteca, e lá quase que faziam fila para ter sexo com ela (vítima), “...uma vez eu e um colega, estivemos com ela...e depois já muito mais tarde, ela em casa disse ao pai que tinha sido violada. Porque ele tinha descoberto que ela andava na vida (referindo-se a prostituição) ...” (sic).

Seria de esperar, diferenças mais notórias no que as distorções cognitivas dizem respeito, os dados parecem revelar que entre os agressores sexuais presos não existem diferenças gritantes. É talvez interessante verificar que as pequenas diferenças existentes se verificam num item que em termos de severidade distorcida se posiciona no fim da *checklist*. Os nossos resultados encontram paralelo em outras investigações, (Webster, & Beech, 2000) quando estes autores, referem que encontraram diferenças entre os agressores intra-familiares que minimizam as consequências dos seus comportamentos, enquanto os agressores que vitimam fora da família parecem não ter qualquer problema

em responsabilizar a vítima e em “relatar” as situações de abuso. Uma das razões para estas diferenças se verificarem, prende-se com a ideia que o agressor extra-familiar percebe a vítima como alguém acerca da qual não tem qualquer responsabilidade, enquanto os agressores intra-familiares, percebem a agressão como algo que está intimamente ligado a dinâmica da sua família.

Concluindo sobre este ponto, recorremos a uma escala de distorções cognitivas, submetendo-se todos os elementos da amostra a um posicionamento face aos itens pela escala abordados. Ressaltou-nos a convicção de que, e apesar de todos se encaixarem num ou noutro item, a escala utiliza uma linguagem um pouco redutora e por vezes de difícil compreensão por parte do agressor, que como já se salientou é maioritariamente pouco instruído, sabendo em muitos casos desenhar o seu nome, ler, mas não sendo contudo capaz de inferir conceitos e significados mais elaborados cognitivamente. Será portanto útil adequar o discurso ao vocabulário dos agressores sexuais.

8. Características do agressor

O nosso agressor, ressalta do seu discurso, é um homem de auto-conceito baixo “...sentia-me um ...bocadinho... isolado, diferente dos outros, sobretudo na vida social que era inferior...” (sic), de baixa auto-estima, que exerce profissões subalternas, físicas, de carácter indiferenciado e de contextos laborais que cristalizam o estereótipo machista e viril das relações humanas e sobretudo sexuais: “...eu trabalho nas obras ou a negociar gado. Eu lá fora, tinha sempre duas mulheres (gostava de andar bem preparado!!! Referindo-se às tarefas domésticas) ...”(sic); “...os meus colegas dos Bombeiros faziam trinta por uma linha...”(sic); “...a mulher não precisa de trabalhar, não sou desses, porque depois os patrões tentam-se fazer a elas...” (sic). Como refere Kandel, 1997 (cit. in Barak, 2003) os agressores sexuais apresentam preferencialmente determinadas características de que são exemplo: baixa auto-estima, dúvidas acerca da sua masculinidade, e uma enorme propensão, em contraposição aos não agressores, para estabelecer relações superficiais e distantes do ponto de vista afectivo.

Num estudo realizado por Craissati; McCluurg & Browne (2002), com 76 agressores sexuais (57 agressores sexuais de menores e 19 violadores) que foram avaliados em diversos itens por uma entrevista semiestruturada chegou-se às seguintes conclusões: a) entre os agressores sexuais verificou-se, regra geral, um estilo de vínculo caracterizado pelo controlo sem afecto; b) maus cuidados parentais, associados com mau

trato infantil eram características preferenciais dos agressores sexuais de menores; c) observou-se em ambos os agressores, uma elevada super proteção materna, separação ou ausência da figura paterna e envolvimento precoce em jogos sexuais com companheiros mais velhos. O mesmo autor sublinha a necessidade de se repetir o estudo com outros agressores e ainda com um grupo de agressores não sexual.

Finalmente, certos autores (Gacono e Meloy, 1994), associam os perpetradores de agressão sexual a famílias nas quais é muito frequente uma relação negativa com o educador masculino, alcoolismo na família; mãe como parente dominante. “...dava-me melhor com a minha mãe, o pai era mais severo “...era um homem muito nervoso, bebia muito – agrediu a mulher (mãe) muitas vezes) ...”(sic).

Retomamos aqui o papel dos modelos sociais, porque a nossa experiência em contexto prisional sempre nos ditou que existe uma “agressividade latente” na população reclusa, a que não é indiferente o seu meio de origem, e os reforços comportamentais que recebem ao longo da vida, “...a vida dele (pai) era nos cafés... a mãe não sabe ler nem escrever (assina o nome e mal!), a profissão é doméstica. A minha mãe já teve problemas com a justiça (ofensas à integridade física) embora não tenha estado presa. O problema dela é que “... bebe demais...”. (sic)

De acordo com a teoria da vinculação, os esquemas interpessoais, bem como as suas estratégias são originadas por experiências cumulativas com outras pessoas, salientando-se nestas relações (emocionalmente organizadoras ou não) a preponderância dos primeiros cuidadores (na medida que ensaiam as relações). Nessa linha de pensamento, tem-se revelado uma aparente dificuldade dos agressores sexuais para estabelecerem relações íntimas com outros adultos, sustentando-se que estes teriam tido experiências destrutivas e negativas no relacionamento com os seus cuidadores (pais, amigos) (McCormack, Hudson & Ward, 2002).

9. Consumo de substâncias

A forte associação entre consumos de drogas e reclusão é patente em muitos países. Na União Europeia, os dados evidenciam elevadas prevalências de consumidores de drogas na população reclusa (em termos médios, acima dos 50%) na Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, Irlanda, Áustria, Suécia, Inglaterra, País de Gales e Portugal (OEDT, 2002:54; cit. in Torres & Gomes, 2002)

É de referir que quando se questiona o facto de consumir substâncias psicoactivas associadas ao crime, os valores elucidam que a grande maioria é consumidora (72.4%), sobretudo de uma só substância (49.1%), pese embora o facto de o álcool assumir particular relevância no caso, por razões culturais, ou por ser uma droga socialmente aceite e fácil de se obter “...era costume, lá na terra beber e eu comecei a beber cedo, de muito novo...” (sic); “...comecei a beber quando foi para a construção civil, pois passei a ter mais dinheiro...” (sic); “...quando pratiquei o crime estava bêbado...” (sic). O mesmo se verifica em relação ao haxixe “... Banalizou-se o seu consumo, menorizaram-se os seus efeitos, embora com relevância bastante diferente.

Quando existem consumos de drogas ditas “duras” por parte dos agressores, regra geral esses estão mais presentes naqueles que vitimam adultos (onde a média de idades é inferior), o que poderá ser explicado por razões de natureza cultural, já que os agressores de menores apresentam valores superiores para o consumo de álcool. Os agressores sexuais que afirmam fazer uso e abuso de substâncias (tipo, heroína e cocaína) “fazem” geralmente vítimas adultas, em cenários de maior agressão e têm por vezes associados outros crimes.

A literatura da especialidade refere de forma consistente que problemas de consumo de álcool e drogas, ou a combinação das duas estão associadas com o crime (Boland, Henderson, & Baker, 1998; Dowden & Brown, 1998). Concomitantemente, as drogas têm sido apontadas como um importante contributo para a recidiva no que aos agressores sexuais diz respeito (Motiuk, 1998), especificamente no abuso de álcool que está associado a um terço, dois terços das violações. Alguns autores, como Abbey (1991), Pernanen, (1991) e Marshall (1996), numa das suas revisões da literatura sobre agressores sexuais, recomendaram que mais trabalhos deveriam ser feitos tendo em linha de atenção o abuso de substâncias e a sua relação com a agressão sexual. Por outro lado, Seto e Barbaree (1995) sustentam a ideia que o álcool será, das substâncias de abuso, aquela que representa maior risco para a agressão sexual. Os autores referem que os elementos da sua amostra recorrem com frequência à justificação de que estavam sob o efeito de álcool e dessa forma tentam minimizar a sua própria responsabilidade na agressão. Se esta premissa é verdadeira, coloca-se-nos uma dúvida: porque o fazem em relação ao álcool e não em relação as outras substâncias de abuso?

Poderemos questionar-nos ainda, sobre o porquê de as justificações serem mais do tipo “...estava drogado...” para aqueles que cometem crimes mais violentos e não para os agressores sexuais? Não será despropositado admitir-se que existe “algo” no

abuso de álcool que estará mais relacionado com a agressão sexual do que com o crime de natureza mais violenta? Contudo, estas relações só poderão ser aferidas se existirem adequados grupos de comparação, facto que não pudemos acautelar.

Boland, Henderson e Baker (cit. in Abracena & Looman, 2001) referem que cerca de dois terços dos agressores da sua amostra tiveram experiências com substâncias de abuso. No nosso estudo para um universo de 116 agressores, 72.4% referiram problemas com consumos, sendo que 49.1% o admitiram em relação a uma única substância. Em relação as substâncias rastreadas individualmente, o álcool é realmente aquela que apresenta valores mais significativos.

Para McGue e col (1999), o álcool estará mais associado as emoções negativas (desesperança) do que as demais substâncias de abuso. A este propósito, convém referir que dentro das distorções cognitivas, no item da minimização da responsabilidade, a expressão “...estava drogado ou alcoolizado...” assume 58.7% dos casos (ver tabela 12, página 81).

10. Crimes associados

Considerando a totalidade da amostra, a maioria dos agressores sexuais não tem associada a prática de outro crime (ver tabela 2, página 76) e quando ele existe, está maioritariamente associado a cenários e a ilícitos criminais de maior violência, por exemplo, roubo. Existe uma percentagem muito significativa de agressores que apenas e só cometeram um crime de natureza sexual, no caso 78.4% (existem muitos relatos de histórias de vida onde a agressão sexual é pontual e ocasional). Sendo essa uma característica mais evidente nos agressores que vitimam menores que, para além disso, têm em média mais idade, esta poderá ser uma ferramenta de trabalho com vista a um melhor diagnóstico e potencial tratamento.

Revela o nosso estudo que 55.2% dos sujeitos condenados por este tipo de crime não tinham tido antes qualquer contacto com a justiça, “...nunca tinha tido problemas com a justiça...”(sic). Esta situação, em nossa opinião, poderá estar relacionada com a crescente mediatização do tema, com o crescimento e enraizamento do conceito de vítima, “...muitos lá na terra chamavam-me violas...”(sic)“...o que a criança diz, não passa de uma mentira. Eu estou contra a testemunha (mostra-se muito revoltado). Ela afirmou ter-nos visto de outro lado da rua (da rua para o campo do milho, o que atendendo a distância lhe parece impossível) ...” (sic). Com o surgimento de

movimentos e associações que publicitam e sensibilizam para a problemática, é-lhe conferida uma maior atenção por parte das instâncias/instituições que com ela lidam. É hoje mais fácil denunciar – existem esquadras e polícias especializadas no recepcionamento das queixas; “... tive conhecimento da situação, quando fui chamado à doutora (directora da escola), ela contou-me...” (sic).

11. Sexualidade

Importa notar também que quando falamos do crime de natureza sexual, estamos a mover-nos na esfera, no domínio do privado: a sexualidade, quer se queira ou não, é ainda um reduto de tabus e obscurantismo.

Em relação à sexualidade e tudo o que com ela se relaciona, constatamos pela análise qualitativa, que o discurso dos agressores é muito reduzido e pobre de conteúdo. Ressalta do mesmo discurso que os relacionamentos são maioritariamente percebidos como meros comportamentos onde a tonalidade afectiva é praticamente inexistente “...Iniciei a minha vida (sexual) com prostitutas, com um companheiro mais velho...”; “...Eu, lá fora, ia mas pagava. Havendo dinheiro há mulheres. Eu, é sempre novas (preferência), velhas é despachá-las...”; mas também pode haver lugar ao sentimento, ainda que mais difuso ou com carácter místico “...Para mim sexo é amor, satisfação (tenho a alma para dar a Deus) ...”.

12. Precaridade habitacional/problemas económicos

Dá-se nota, no relato dos agressores, da precariedade habitacional, da promiscuidade/proximidade entre agressores e vítimas “...unicamente estava com ela ao meio dia e à noite...”(sic); “...como o patrão deixou de pagar fui viver para casa do meu irmão, dormia na sala...”(sic). Se imaginarmos um grande aglomerado de pessoas que coabitam num determinado bairro social, onde os acessos e a interdependência é muito grande, facilmente se percebe que se reúnem as condições para cenários de promiscuidade. Junte-se a isto uma grande privação económica, social e sobretudo relacional e começamos a entender que nada é vazio de significado.

Os contextos descritos pelos agressores, são quase sempre histórias que relatam excessiva proximidade emocional e física, abandono, negligência por parte dos cuidadores das vítimas. Ambientes desestruturados, com falta de figuras modeladoras,

que passam longas horas sozinhas, entregues ao seu próprio destino, com pouca ou nenhuma abertura para falar sobre questões tão perturbadoras como o aparecimento e desenvolvimento da esfera sexual. Muitas vezes os agressores referem-se às vítimas, como alguém que se iniciou na vida sexual precocemente com elementos próximos, vizinhos e/ou familiares mais velhos “...ela não era virgem porque tinha namorado e por aquilo que a sobrinha (que vivia na sua casa) lhe tinha contado (ela também bebia e fumava)...”(sic). Paradoxalmente estes agressores são também oriundos, nascidos e criados nestes contextos. É muitas vezes, em espaços mínimos, que crescem e se fazem descobertas inerentes ao desenvolvimento humano. Seres humanos em diferentes patamares de desenvolvimento que têm apenas de permeio uma simples parede ou porta.

Além disso, a maior parte dos agressores tem cuidadores modeladores de personalidade muito incipientes ou mesmo ausentes “...O meu pai tinha hábitos alcoólicos, batia na minha mãe (várias vezes), mas...não batia nos filhos...”(sic).

Não raras vezes, os adultos têm um conhecimento, mediano da situação, mas quebrar aquele ciclo de violência é também quebrar uma série de ganhos e suportes, sobretudo financeiros. Uma evidência em muitos casos relatados são a fortíssima vulnerabilidade económica “...a vítima atraiu-me, a casa não tinha as menores condições. Ela estava comigo em troca de dinheiro e tabaco...”(sic), critério que nos parece adequado entrar em linha de conta para uma potencial intervenção. Existem por outro lado os anciãos (sobretudo as mulheres) que denunciam, mas invariavelmente são presas fáceis e vulneráveis nas mãos do agressor “...a companheira (62 anos) não tinha emprego, pois é muito doente, nunca o denunciou nem se separou...”(sic). Ainda em relação a esta problemática, a prova é muito difícil de se produzir (sobretudo quando não existem sequelas físicas evidentes). E, finalmente, existem as companheiras que tantas vezes dão cobertura à situação.

13. Vítimas

Na nossa amostra existem 46.5% agressores sexuais que praticaram o acto em relação a menores e 42.2% que praticaram o crime de violação (ver tabela 3, página 78).

O nosso estudo veio confirmar claramente que a grande parte das vítimas de agressão sexual são menores 64.7%. A idade oscila entre os 2 e os 15 anos e a média de idades é de 7.9. Por outro lado, a investigação sugere que o início da maioria dos casos se situa entre os 4 e 12 anos, embora possa existir um número muito significativo antes

desta idade (Wolfe, Wolfe & Best, 1988; Lutzker e col., 1999 cit. in Machado, 2003). Os estudos revelam que os abusos tendem a cessar na adolescência, por razões como: maior capacidade de resistência, denúncia da criança, desenvolvimento cognitivo e mais e melhor informação sobre questões sexuais, medo de gravidez ou aparecimento de sintomatologia (que pode culminar com a fuga de casa), “factores” que podem pôr fim ou expõem a situação de agressão (Wolfe, Wolfe & Best, 1988; Burkhardt, 1995; cit. in Machado, 2003).

Estes menores, ou pelo menos as vítimas das histórias/relatos dos nossos agressores não são uns quaisquer menores/crianças. Também aqui temos que ser capazes de desmistificar e perceber que estamos perante menores oriundos, regra geral, de famílias carenciadas, ou quando não o são economicamente, são-no, e muito, emocionalmente. Crianças/vítimas abandonadas longas horas, entregues a brincadeiras de todo o tipo com pares e adultos de idades muito diferentes “...eu dormia no andar de cima, com os meus sobrinhos...”(sic). Com pouca informação sobre o desenvolvimento sexual ou quando existe essa informação, não existe a capacidade/discernimento, maturidade para lidar com a situação. Crianças criadas com uma noção de limite muito ténue. A sua liberdade termina na porta do vizinho, que fica imediatamente ao lado “...F. (56 anos de idade) mora numa “ilha” onde uma vizinha tem uma filha de 14 anos com quem costuma brincar...”(sic). Não será estranho, portanto que muitas vezes as denúncias surjam de outros ambientes mais equilibrados e funcionais: a escola.

O nosso estudo determinou que 79.1% do total dos agressores eram conhecidos. Por outro lado o estudo qualitativo (n=32) apurou que 66% dos agressores conheciam as suas vítimas ou conheciam familiares destas, em todos os casos prestavam-lhes cuidados (ex:vizinhos; “babysitter”).

Os estudos demonstram uma preponderância de agressores de sexo masculino, independentemente do sexo da vítima (Wolfe, Wolfe & Best, 1988; Wolfe & Birt, 1997), sendo estes, ao contrário do estereótipo perpetuado em torno da perigosidade dos estranhos, normalmente alguém próximo da criança. O nosso estudo de natureza mais qualitativa determinou que para (n=32), 58% dos agressores agrediram raparigas.

14. Prostituição/pornografia

É referido por um conjunto de agressores sexuais, o recurso à prostituição; “...inicie a minha vida (sexual) com prostitutas, com um companheiro mais

velho...”(sic); “...prefiro conquistas amorosas, mas quando não se tem procura-se fora...” (sic); e à pornografia “...A miúda seduziu-me, chegava a casa com livros pornográficos (que a mãe tinha), eu ia deitar aquilo fora, mas...acabei a ter relações com ela...”(sic). A pornografia (visionamento de revistas e filmes) começa por ser esporádico e aumenta gradualmente, os cenários percebidos são na generalidade ausentes de afectos, o que fornece ao agressor uma sensação de normalidade sexual “...eu, lá fora, ia às prostitutas, mas pagava. Havendo dinheiro há mulheres, eu é sempre novas (de preferência), velhas é despachá-las...” (sic).

Em alguns casos, percebe-se que as revistas e a televisão são modeladores de condutas potentíssimos, na medida em que entram pela casa dentro, instalando-se no mais íntimo do nosso espaço, promovendo um certa ideia de facilitismo, imaturidade, impulsividade, acção sem planeamento e ou reflexão acerca das consequências, a exemplo do que também se verifica nas personalidades que funcionam no registo da psicopatia, entidade nosológica a que dedicamos um capítulo na introdução, “...uma das razões para ter emigrado foi o facto de gastar tudo quanto ganhava, na construção civil, a pagar os “favores” às prostitutas. Fora as prendas que lhes comprava...” (sic).

Parece indiscutível que o reforço da agressividade determinado pela aprendizagem observacional, pode ser induzido devido à alteração dos julgamentos morais, como defendiam Bandura e McDonald (1963), ao mesmo tempo que ensinam novas formas de agredir o semelhante (fenómenos de imitação e mimetismo). Nas crianças de pouca idade, a frequente identificação com os heróis, bem como a imitação de certos comportamentos visualizados, alicerça-se numa relação onde não estão bem delimitados o real e o imaginário, o objectivo e a fantasia. Esta influência mediática será tanto mais importante quanto menores forem os cuidados fornecidos às crianças por parte da família.

Alguns autores que se interessam por esta abordagem na actualidade Murrin e Laws (cit. in Marshall & Barbaree, 1990; Barra da Costa, 2003), estudam a influência que os media e a pornografia exercem sobre as agressões sexuais, reconhecendo-lhes um papel desinibidor e de apoio a toda a violência, quer interpessoal, quer sexual. De alguma maneira, o visionamento de certas formas de agressão associadas à ausência de limites e restrições sociais, legitima e desculpabiliza a violência de certos actos.

No que concerne, ao contexto prisional em particular, talvez as diferenças se esbatam porque o tratamento é o mesmíssimo para todos, ou seja, não existe tratamento. Como uma das características mais evidentes do agressor sexual é a sua insinceridade, os elementos da orgânica prisional rapidamente adoptam estratégias de não confronto com a situação, com excepção para o início do cumprimento de pena aquando da mediatização do caso, que tantas vezes resultam em agressões por parte dos demais reclusos e ou guardas prisionais. Situações que tendem a ser evitadas/minimizadas com a transferência (por motivos de segurança) para outros estabelecimentos prisionais, geralmente estabelecimentos regionais e ou instalações prisionais junto da polícia judiciária. É relativamente frequente que, os agressores, aquando da sua entrada em estabelecimento prisional, sejam aconselhados pelas chefias das cadeias a não revelar, omitir ou mentir em relação ao que esteve na origem da sua vinda para a prisão e ou o que determinou a sua condenação. É também característica idiossincrática da instituição prisional, o atenuar da conflitualidade, pelo que os agressores são colocados em sectores que evitam um relacionamento mais próximo com a demais população. Nessa medida, são privilegiados em relação aos demais actores de outras tipologias criminais. Como o lema é o não confronto, para evitar tensões e conflitos, os agressores cristalizam ainda mais as suas já deturpadas percepções cognitivas. Não raras vezes, trespassa na cabeça dos agentes que laboram na prisão, as seguintes dúvidas: “...Será que este homem está inocente?..;...Não julgo que ele fosse capaz de tal comportamento?..”

A falta de programas específicos para trabalhar o tema, com honrosas excepções aos serviços de psiquiatria e psicologia, que apesar de tudo não são estruturados e “tratam” este agressor como mais um recluso com problemas de adaptação à prisão: “...frequento as consultas de clínica geral, mas o médico só me dá pastilhas...”(sic); “...o programa que frequento é o trabalho...”(sic); “...Estive preso 1 ano e 7 meses numa cadeia e depois fui para outra. Nesse estabelecimento, frequentava as consultas de psiquiatria (associadas a toxicod dependência) ...”. (sic)

Já os serviços de educação e ensino, através dos seus técnicos, lidam com esta situação, apenas em sede de preparação para emitir pareceres para a concessão de medidas flexibilizadoras.

Não seria justo, não referir, que apesar destes agressores serem “maus cidadãos”, são regra geral “bons reclusos”, como tal também não se pode fazer um duplo

julgamento, invariavelmente com maior ou menor esforço, lá acabam os agressores por beneficiar do meio de pena ou quando muito dos dois terços de pena, dado que, em regra, são reclusos com um bom comportamento prisional e em parte porque também são “protegidos” pela administração prisional. Até nestas situações não se acautelaram/minimizaram os efeitos da subjectividade. É relatado pelos agressores que conforme são atendidos por técnicos homens ou por técnicas mulheres em relação a problemática em apreço, assim os pareceres são mais positivos ou mais negativos respectivamente. Assim, parece não haver formação para lidar com esta dimensão da conduta humana em contexto prisional. Importa acautelar a necessária paridade no acompanhamento técnico.

Como refere Loza (1993) na investigação que desenvolveu no sentido de perceber a culpabilização que o staff prisional atribuía aos agressores sexuais. Nesse estudo entrou em linha de conta com: idade, género, habilitações académicas e tipo de tarefas atribuídas aos elementos do staff prisional. Os resultados apresentados por Loza, expressaram claramente que os guardas prisionais tendiam significativamente mais, a culpabilizar o agressor do que a generalidade dos técnicos (psicólogos, técnicos de reeducação). Os mesmos guardas, tendiam a acreditar muito menos na reabilitação/reinserção deste tipo de agressores do que os demais elementos do staff prisional (incluindo administradores prisionais). O factor idade não revelou diferenças significativas para igual distribuição de tarefas. Já no que diz respeito ao género, as mulheres valorizavam muito mais os valores e as normas sociais do que os homens, enquanto os elementos masculinos culpabilizavam muito mais os agressores e as vítimas do que as suas congéneres femininas. Quanto maior era o seu nível de escolaridade, maior era sua crença na reabilitação/tratamento, bem como menor era a culpabilização em relação ao agressor e à vítima. Este tipo de estudo é muito importante, pois sabe-se que os agressores passam muito tempo em contacto/relação com estes elementos do staff prisional. Em suma, é de referir que não existem programas minimamente estruturados, no que respeita à avaliação e intervenção com agressores. Programas que a serem implementados necessitam de ser desenvolvidos/melhorados e aferidos ao contexto prisional, tal como aconteceu com os programas relacionados com a toxicod dependência.

Poderá ser ainda importante para afectar determinado staff a uma determinada ala ou grupo de agressores. Deverá ser algo a entrar em linha de conta em futuras acções de formação junto do staff prisional, variáveis estas que poderão condicionar a implementação de qualquer programa de tratamento com agressores sexuais.

VI

Sumário e Conclusões **Résumé et conclusions**

Apresenta-se neste capítulo, de forma sumária as conclusões retiradas do presente estudo.

Os agressores sexuais estudados diferem não só, nas suas experiências familiares e de desenvolvimento, como também nas suas características psicológicas, ou seja, no seu perfil. Mas dever-se-á ter em conta, para definir o tipo de agressor, o seu envolvimento geral no crime e atender à própria natureza da agressão sexual.

A amostra é constituída por 116 agressores sexuais condenados por crimes de natureza sexual, do sexo masculino, com idades entre os 18 e os 72 anos, tendo como média de idades 39.44 anos. A média de idades destes agressores sexuais é superior à média da população reclusa no seu todo (média de 35.4 anos, segundo a estatística prisional de 2004), o que estará relacionado com a maior idade dos agressores sexuais de menores. Este item poderá ser um parâmetro diferenciador entre agressores de menores e de adultos, atendendo a que para ele existem diferenças estatisticamente significativas.

São homens maioritariamente pouco instruídos (47.4% têm apenas o 1º ciclo do ensino básico), sendo esta característica comum aos agressores que fazem vítimas dentro e fora da família, quer sejam adultas ou menores.

Na sua grande maioria são delinquentes primários (55.2%), sem antecedentes criminais ou problemas prévios com o sistema de justiça.

São homens que laboram em profissões físicas e ou indiferenciadas e que começaram a trabalhar bastante cedo, após a conclusão do 1º ciclo de escolaridade.

Tratam-se de agressores que fazem, maioritariamente, vítimas fora do contexto familiar (55.2%), mas estas vítimas são geralmente pessoas próximas (conhecidos ou vizinhos). Assim, ao contrário do que está estereotipado, o agressor não é um estranho, talvez porque os crimes não são meros comportamentos.

Estes agressores enquadram-se maioritariamente no grupo dos casados ou em união de facto (49.1%), sem que existam diferenças entre os intra e extra-familiares ou entre os que vitimam adultos ou menores.

A maioria dos agressores tem hábitos aditivos consideráveis (72.4%), consumindo preferencialmente um tipo de substância (49.1%). Individualmente, o álcool (55.2%) destaca-se das demais substâncias, embora em percentagem não significativa, para nesta amostra ter carácter distintivo.

O consumo de heroína (16.4%) e cocaína (15.5%) aparece mais associado aos agressores que vitimam adultos.

Não raras vezes, existe nestes cenários de agressão miséria social, pobreza económica, promiscuidade habitacional e falta de condições sócio-relacionais e “certas” crenças em relação ao papel da mulher. Esta última, característica de um certo “machismo”, verifica-se preferencialmente nos agressores de adultos.

As vítimas dos agressores são, regra geral, do sexo feminino (82%). Os menores (64.7%) são as vítimas destacadas e, nos últimos tempos, constituem situações mais denunciadas. Infere-se ainda, dos relatos dos agressores, que as vítimas eram percebidas por estes como sendo pessoas frágeis, abandonadas relacionalmente e negligenciadas em termos de cuidados e limites que possibilitem uma estruturação de personalidade mais maturada.

Embora as agressões de natureza sexual acontecessem preferencialmente fora do contexto familiar, os agressores são maioritariamente conhecidos das vítimas (79.1%), importando chamar a atenção para o facto de estes dados apenas significarem que em sede de julgamento se conseguiu apurar e demonstrar que aconteceu agressão sexual fora da família. Como se compreenderá, por razões sócio-culturais, a agressão intra-familiar (domínio do privado) é ainda um assunto mitificado. Para isso, muito terá contribuído a falta de percepção do papel de vítima e a dificuldade de delimitar onde começa o abuso e termina o afecto, para além de todos os constrangimentos familiares e sociais que tais denúncias podem significar. Além disso, muitos dos conhecidos (vizinhos, cuidadores, pessoas próximas), são cotados como extra-familiares por questões de cariz metodológico.

Em relação às distorções cognitivas, a quase totalidade (96.5%) dos agressores posicionaram-se num ou noutro item da *checklist*, o que se releva um bom indicador para validar este instrumento de avaliação forense. Refira-se que mesmo os que não se posicionaram (3.5%), não apresentaram outras formas de distorcer a agressão sexual para além das referidas na *checklist*. Não existiram, com a excepção do item “Minimizar das consequências”, diferenças estatisticamente significativas entre agressores intra e extra-familiares assim como no item “Negar ou minimizar o planeamento” em relação aos agressores que vitimam adultos ou menores, o que sugere tratar-se de um excelente instrumento para perceber, avaliar e contextualizar a agressão sexual e o seu perpetrador.

Em termos de implicações futuras, poder-se-á dizer que as diferenças encontradas nesta amostra (maior idade dos agressores de menores, crime associado com maior intrusividade em relação aos agressores que vitimam adultos, bem como o

consumo de heroína e de cocaína mais associado a este grupo de agressores e, ainda, as diferenças encontradas nos itens da *checklist* das distorções cognitivas) servirão para fornecer algumas pistas para eventuais intervenções com este tipo de agressores.

O treino de psicólogos e, em particular, de psicólogos forenses no diagnóstico e no tratamento dos agressores sexuais é, em muitos casos, baseado exclusivamente na experiência diária, pelo que mais treino específico e profissionalização seriam desejáveis e urgentes.

Registe-se, ainda que a lei, o melhor recurso que o homem conhece para minimizar os atropelos à vida em sociedade, é, apesar de tudo, manifestamente insuficiente para “controlar” a panóplia de condutas características do ser humano.

Por outro lado, a totalidade dos agressores do estudo não frequenta qualquer programa específico em relação à problemática da agressão sexual.

Acrescente-se, também, que essa mesma lei é, por vezes, perversa, na medida em que acaba com uma situação de violência no seio familiar mas não minimiza o impacto da privação de um dos familiares (tantas vezes única fonte de subsistência). A mesma lei que corrige e que deve ter um fim “terapêutico” não evita a estigmatização de viver em sociedade com um familiar preso, tanto mais que a sociedade que retira a tutela ao agressor, não cria condições efectivas para o reintegrar, visando ou objectivando ser devolvido ao meio de origem, minimizando-se assim os efeitos colaterais que a privação de um familiar (ainda que mau cuidador) provoca.

Muito mais haverá, pois, a fazer, na reabilitação destes agressores e das suas famílias, o que passará pelo aprofundamento dos estudos sobre esta problemática, em Portugal, e pela criação de um projecto de intervenção estruturado, com objectivos bem definidos, ao qual não poderá ficar alheia a formação específica dos profissionais que trabalham nesta área.

On présent, dans ce chapitre, d'une façon sumarienne les conclusions extraites de cet étude.

Les agresseurs sexuels étudiés ne diffèrent pas seulement en conséquence de leurs expériences familiers et de développement, mais aussi de ses caractéristiques psychologiques, c'est à dire de son comportement. Mais il faudra aussi faire attention, pour définir ce genre d'agresseur sa liaison au crime en général et aussi à la nature de l'agression sexuel.

Ce corpus est formé par 116 agresseurs sexuels condamnés par des crimes de ce genre, du sexe masculin, à l'âge de 18 à 72 ans, ayant une moyenne âge de 39.44 ans. La moyenne de la population détenue en général (moyenne de 35.4 ans, selon la statique prisonnel de 2004) para rapport à la majorité de l'âge des agresseurs sexuels de mineurs. Ce postulat pourra être un indicateur de différenciation entre agresseurs de mineurs et d'adultes, une fois que pour celui là existent des différences statiquement significatives.

Ce sont en majorité des hommes peu instruits (47.4% ont à peine le premier cycle de l'enseignement élémentaire), cette caractéristique est commun aux agresseurs qui font des victimes dans et hors de la famille, soient elles adultes ou mineurs.

À la plupart, ce sont des délinquants primaires (55.2%), sans des antécédents criminels au d'autres embrouillements liés à la justice.

Ce sont des hommes qui ont des métiers physiques ou indifférenciés et qui ont commencé à travailler très tôt, après la fin du premier cycle de scolarité.

Il s'agit d'agresseurs qui font dans la majorité des victimes hors de la structure familiale (55.2%), mais le plus grand nombre de ces victimes sont généralement des gens très proches (des connus ou des voisins). Ainsi, au contraire de ce qui est stéréotypé, l'agresseur n'est pas complètement inconnu, peut-être parce que les crimes ne sont pas de simples comportements.

Ces agresseurs s'enquadrant en majorité dans le groupe des mariés ou en union de fait (49.1%) sans l'existence de différences entre les intra et extra familiers ou par ni ceux qui victimisent des adultes ou des mineurs.

La plupart des agresseurs a des habitudes additives considérables (72.4%), ils prennent surtout une sorte de substance (49.1%). Individuellement l'alcool (55.2%) se détache d'ailleurs d'autres substances, quoique dans une pourcentage pas significative pour qu'elle puisse avoir un caractère distinctif dans ce corpus.

L'usage de l'héroïne (16.4%) et de la cocaïne (15.5%) se lie surtout aux agresseurs qui victimisent des adultes.

Il n'est pas rare, qu'il existe dans ces décors d'expression, de la misère sociale, de la pauvreté économique, de la promiscuité d'habitation et le manque de conditions socio relationnelles et "certaines" croyances par rapport au rôle de la femme. Cette dernière caractéristique d'un certain "machisme", se rapporte d'une façon générale aux agresseurs d'adultes.

Les victimes des agresseurs sont en règle, du sexe féminin (82%). Les mineurs (64.7%) ce sont les victimes en évidence et, aux derniers temps, constituent d'avantage des situations dénoncées. On infère encore des racontes des agresseurs, que les victimes étaient identifiées par eux comme soyont des gens fragiles, relationnellement abandonnés et négligés en façon d'attention et des limites qui possiblissent une structuration de personnalité plus préparée.

Quoique les agressions de nature sexuelle arrivent surtout hors de la structure familiale, les agresseurs sont majoritairement connus des victimes (79.1%), on doit faire attention au fait que ces permis ont seulement une signification de vérification d'agression sexuelle hors de la famille en siège de jugement. Pour cela, par raisons socio-culturelles, l'agression intra familiale (domaine du privé) est encore un sujet mystifié. Pour ça, il aura beaucoup contribué le manque de perception du rôle de victime et de la difficulté à définir où commence l'abus et termine la tendresse, au delà de tous les contrangements familiaux et sociaux que ces dénonces peuvent exprimer. Même, beaucoup de gens connus (voisins, soigneurs, les gens les plus proches) sont évalués comme extra familiaux en des questions de façon méthodologique.

Quant aux distorsions cognitives, la plupart (96.5%) des agresseurs se sont mis en position d'un ou de l'autre item du "*checklist*", ce que représente un bon indicateur à la validation de cet outil d'évaluation barreau. Même ceux qui ne se sont pas mis en place (3.5%), ne furent pas capables de présenter d'autres formes de distordre de l'agression sexuelle sans se rapporter à celles là de la "*checklist*".

Il n'y a en pas, sauf le item "Minimiser les conséquences", des différences statistiquement significatives par ni les agresseurs intra et extra familiaux, bien que dans le item "Nier ou minimiser la planification" par rapport aux agresseurs qui victimisent les adultes ou les mineurs, pour cela on pense qu'il s'agit d'un excellent instrument pour percepcionner, évaluer et contextualizer l'agression sexuelle ainsi que son entrepreneur.

Si on pensait aux avantages à l'avenir, on pourra dire que les différences relevées de ce corpus (la majorité des agresseurs de mineurs, crime lié et de plus rélevance par rapport aux agresseurs qui victimisent les adultes ainsi que l'habitude à l'héroïne et à la cocaïne plus liée à ce groupe d'agresseurs. Bien que les différences rencontrées aux items de la *checklist* des distorsions cognitives) elles nous aident à fournir quelques pistes au futur et à des interventions avec ce genre d'agresseurs.

L'entraînement de psychologues et en particulier de psychologues barreaux au diagnostique et à la guérison d'agresseurs sexuels, se situe dans la plupart des situations, presque exclusivement à l'expérience quotidienne, et voilà que plus d'entraînement spécifique et professionnalisant serait désirable et urgent.

On doit encore enregistrer que la loi, la meilleure ressource connue de l'homme à minimiser les décalages à la vie en société est, encore très insuffisante à contrôler l'ensemble de conduites propres de l'homme.

D'autre côté la totalité d'agresseur de cet étude ne fréquente aucun programme spécifique sur cette problématique de l'agression sexuelle.

On ajoute aussi, que cette même loi est, parfois, perverse à la mesure qu'elle met une fin à une situation de violence dans le milieu familial, mais elle ne minimise pas l'impact de la privation d'un des familiers (tant de fois la seule source de subsistance). La même loi qui corrige et qui doit avoir un bout "thérapeutique" n'évite pas la stigmatisation de vivre en société avec un familier qui est en prison, tant plus que la société qui retire la tutelle à l'agresseur, crée pas de conditions effectives à la réintégration visant ou objectivant être renvoyé à son milieu d'origine, en minimisant ainsi les effets collatéraux que la privation d'un familier (bien que mauvais soigneur) provoque.

Il y aura encore beaucoup de plus à faire en parlant de la réhabilitation de ces agresseurs et de leurs familles, ce qui s'insère dans une demande d'études plus approfondies sur cette problématique au Portugal, et par la création d'un projet d'intervention structuré avec des objectifs bien définis, duquel on ne peut pas oublier la formation spécifiques des techniciens qui travaillent dans ce métier.

VII

Referência bibliográficas

- ABEL, G. G., Becker, J. V & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7, 89–103.
- ABRACENA, J. & Looman, J. (2001). Issues in the treatment of sexual offenders. Recent developments and directions for future research. *Aggression and Violent Behavior*, 9, 229-246.
- ARRIGO, B., & Purcell, C. E. (2001). Explaining paraphilias and lust murder: Toward an integrated model. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45, 6-31.
- AGRA, C. (2001). Elementos para uma epistemologia da criminologia. In *Estudos em comemoração dos cinco anos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*. Coimbra: Coimbra Editora.
- BLANCHARD, R.; Watson, M. S.; Choy, A.; Dickey, R.; Klassen, P.; Kuban, M. & Ferren, D.J. (1999). Pedophiles: Mental retardation, maternal age and sexual orientation. *Archives of Sexual Behavior*, 28, 111-117.
- BAKER, k. (1997). Once a rapist? Motivational evidence and relevancy in rape law. *Harvard Law Review*, 110, 3, 563-624.
- BALDWIN, K. & Roys, T. D. (1998) Factors associated with denial in a sample of alleged adult sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 10, 3, 211-226.
- BANDURA, A. & McDonald, F.J. (1963). The influence of social reinforcement and the behaviour of models in shaping children`s moral judgements. *Journal of Abnormal Psychology*, 67, 274.
- BARAK, G. (2003). *Violence and non-violence: Pathways to understanding*. Eastern Michigan University. London: Sage Publications.
- BARBAREE, H. E. & Serin, R.C. (1993). *Role of male sexual arousal during rape in various rapist subtypes*. *Sexual aggression: Issues in etiology, assesement and treatment*. Washington: Graham & Zaragoza (Eds.).
- BRIERE, J.; Malamuth, N., & Check, J. V. P. (1985). Sexuality and rape-supportive beliefs. *International Journal of Women`s Studies*, 8, 398–403.
- BRIGGS, D.; Doyle, P.; Gooch, T.; & Kennington, R. (1998). *Assessing man o sexual abuse: Pratices Guide*. London: Jessica Kinglesfley Publisher.
- BROWN, S. & Forth, A. (1997). Psychopaty and sexual assault: static risk factors, emotional precursors, and rapist subtypes. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 5, 848-857.

- BUMBY, K. M. (1996). Assessing the cognitive distortions of child molesters and rapists: development and validation of the molest and rape scales. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8, 37–54.
- BURT, M. R. (1983). Justifying personal violence: A comparison of rapists and the general public. *Victimology: An International Journal*, 8, 131–150.
- BARRA DA COSTA, J. M. (2003). *Sexo, nexo e crime: Teoria e investigação da delinquência sexual*. Lisboa. Edições Colibri.
- CARVAJAL, D.(2003): *QSR Merge Guia del usuário: proyectos de N6,N5 Y N4*. Universidad Central (DIUC), Bogotá, D.C., Colômbia.
- CLECKLEY, H. (1976). *The mask of sanity* (5th ed.). St. Louis. Mosby Press.
- COELHO, B.(1984). Psicopatologia antropológica da sexualidade. *O Médico*, 110, 471-497.
- CRAISSATI, J.; McCluurg, G. & Browne, K. (2002). The parental bonding experiences of sex offenders: a comparasion between child molesters and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 26, 909-921.
- DICKEY, R.; Nussbaum, D.; Chevolleau, k. & Davidson, H. (2002). Age as a differential characteristic of rapists, pedophiles, and sexual sadists. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28, 211-218.
- DRUGGE, J; Bóer, D. (2003). Characteristics of sexual homicides committed by psychopathic and nonpsychopathic offenders. *Law and Human Behavior*, 27, 5, 459-470.
- FERNANDES, L. (1995). O sítio das drogas. *Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos. Toxicodependências*, 2, 22 – 32.
- FERNANDES, L.(2003) *A imagem predatória da cidade*. In, Cordeiro, G; Baptista, L & Costa, F. (Eds) (53-62). *Etnografias urbanas*. Oeiras. Celta.
- FIRESTONE, P., Bradford, J. M., Greenberg, D. M., & Larose, M. R. (1998). Homicidal sex offenders: Psychological, phallometric, and diagnostic features. *Journal of the American Academy of Psychology and Law*, 26, 537-552.
- FERREIRA, C. M .J. Peixoto, J.; Carvalho, S. A.; Raposo; Graça, J. & Marques, R. (1995). *Sociologia: Teoria das classes e da estratificação*. Lisboa: McGraw-Hill.
- FLORA, R. (2001). *How to work with sex offender`s. Handbook for criminal justice, human service and mental help professionals*. New York. Haworth Clinical Pratices Press.
- FONSECA, A. (1997). *Psiquiatria e psicopatologia* (2ª Ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- FORTIN, Marie-Fabienne. (2000). *O processo de investigação. Da concepção à realização*. (2ª Ed). Loures: Lusociência.
- FOUCAULT, M. (1994). *História da Sexualidade – I. Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água.
- GACONO, C. B. & Meloy, J. R. (1994). Sexual homicide, in Gacono, C. B. & Meloy, J. R – “ Research assessment of aggressive and psychopathic personalities”. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- GOMES, F & Coelho, T. (2003). *A sexualidade traída: Abuso sexual infantil e pedofilia*. Porto: Âmbar.
- GONÇALVES, M. (1999). *Código Penal Português*. 13ª Edição. Coimbra: Almedina.
- GONÇALVES, R (2000). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.
- GONÇALVES, R. (2001) Psicopatia em Portugal: Investigações em contextos prisionais. *Temas Penitenciários*. Série II, 6 e 7, 63-71.
- GONÇALVES, R.(2001) Agressores sexuais em meio prisional: Investigação, avaliação e intervenção. *Direito e prática, número especial*, 127-140.
- GONÇALVES, R. (2003). Ofensores sexuais: algumas questões em torno da caracterização e intervenção. In E. Sá (coord.) *Quero-Te. Psicologia da sexualidade* (133-146). Coimbra: Quarteto Editora.
- GONÇALVES, R. (2004). *Avaliação e caracterização das distorções cognitivas em agressores sexuais: Construção de uma checklist* (policopiado). Braga: Universidade do Minho.
- GONÇALVES, R. & Vieira, S (2005) A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 10, 81-92.
- GORDON, H. & Grubin, D.(2004). Psychiatric aspects of the assesement and treatment of sex offenders. *Advences in Psychiatric Treatment*, 10, 73-80.
- GREENFELD, L.(1997). Sex offenses and offenders: an analysis of data on rape and sexual assault. Washington: U.S. Departement of Justice. Bureau of Justice Statistics.
- KRAFFT-EBING, R.V. (1965). *Psychopathia Sexualis*. NewYork: Putnam.
- JESUÍNO, J. (1993). *Psicologia social. Estrutura e processos de grupo: Interacções e factores de eficácia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- LEDESMA JIMENO, A. (1980). *I Curso Monográfico sobre Agressividade*. Salamanca: Publicaciones Del Departamento de Psiquiatria y Psicologia Medica de la Universidad de Salamanca.
- LIEB, R., Quiensey, V., & Berliner, L. (1998). Sexual predators and social policy. Tonry (Ed.). *Crime and Justice*. Chicago: University of Chicago.
- LOOMAN, J.; Abracen, J.; DiFazio, R.; Maillet, G. (2004). Alcohol and drug abuse among sexual and nonsexual offenders: Relationship to intimacy deficits and coping strategy: *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16, 3, 177-189.
- LOPES, M.J. (2002). *Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no código penal* (3ª Edição). Coimbra: Coimbra Editora. Coimbra.
- LOZA, W. (1993). Attributions of blame toward incarcerated rapists among correctional workers: Implications for staffing. *Canadian Journal of Criminology*, 1, 59-60.
- MACHADO, C & Gonçalves, R. (2003) *Violência e vítimas de crimes. Vol II: Crianças*. Coimbra: Quarteto Editora.
- MANITA, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em portugal. Estudo preliminar de caracterização*. Lisboa: Colecção estudos de género 2.
- MARSHALL, W. L. (1989). Invited essay. Intimacy, loneliness and sexual offenders. *Behavior Research and Therapy*, 27, 491–503.
- MARSHALL, L. W. & Barbaree, H. E. (1990). *Handbook of sexual assault. Issues, theories, and treatment of the offender*. New York and London: Plenum Press.
- MARSHALL, W. L. (1993). The role of attachment, intimacy, and loneliness in the etiology and maintenance of sexual offending. *Sexual and Marital Therapy*, 8, 109–121.
- MARSHALL, W. L. (1994). Treatment effects on denial and minimization in incarcerated sex offenders. *Behavior Research and Therapy*, 32, 559–564.
- MARSHALL W.L. & Pithers, W.D. (1994). A reconsideration of treatment outcome with sex offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 23, 162-199.
- MARSHALL, W. L., & Frenken, J. (1999). North american and european approaches to sexual offenders: Converging trends. Special issue. *Sexual Abuse: Journal of Interpersonal Violence*, 11, 1, 87-93.
- MARSHALL, L. W.; Anderson, D. & Fernandez, Y. (2003). *Cognitive Behavioural treatment of sexual offenders*. Chichester: Wiley.

- MCCORMACK, J. Hudson, S. & Ward, T. (2002). Sexual offender's Perceptions of their early interpersonal relationship: an attachment perspective. *The Journal of Sex Research*, 39, 2, 85-93.
- MCCABE, P. M. & Wauchope, M. (2005). Behavioral characteristics of men accused of rape: Evidence for different types of rapists. *Archives of Sexual Behaviour*, 34, 2, 241-253.
- MCGUE, M., Slutske, W., & Iacono, W. G. (1999). Personality and substance use disorders: II. Alcoholism versus drug use disorders. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67, 394-404.
- MELOY, J. R. (2000). The nature and dynamics of sexual homicide: An integrative review. *Aggression and Violent Behavior*, 5, 1-22.
- MOREIRA, J.J. S. (2005) Estatísticas prisionais 2004: *Temas Penitenciários*. Série III, 1 e 2, 89-122.
- MOTIUK, L. (1998). Using dynamic factors to better predict post-release outcome. *Forum on Corrections Research*, 10, 12-15.
- MONTEIRO, B. M. (1993). *Psicologia social: Conflito e cooperação nas relações intergrupais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- QUEIRÓS, C. (1997). A importância das abordagens biológicas no estudo do crime. *Revista do Ministério Público*, 18, 69, 37-53.
- PALMER, C. (1988). Twelve reasons why rape is not sexually: A sceptical examination. *The Journal of Sex Research*, 25, 4, 512-530.
- PERNANEN, K. (1991). *Alcohol in human violence*. New York: Guilford.
- PINTO DA COSTA, D. (2000) *A perícia médico-legal nos crimes sexuais*. Dissertação de Mestrado em Criminologia (policopiado). Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- PINTO, J. (1980). *I Curso Monográfico sobre Agressividade*. Salamanca: Publicaciones Del Departamento de Psiquiatria y Psicologia Medica de la Universidad de Salamanca.
- QSR NUD*IST (2002): *User guide, software for qualitative data analysis*. QSR International Pty Ltd.
- REBOCHO, M. F. (2006). *Caracterização do violador português: um estudo exploratório*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Forenses não publicada). Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- RICOU, M. (2003). Ética, Cultura, Sexualidade e Internet. In E. Sá (coord.) *Quero-Te. Psicologia da Sexualidade* (49-60). Coimbra: Quarteto Editora.

- ROBERTS, J. V., & Grossman, M. G. (1993). Sexual homicide in Canada: A descriptive analysis. *Annals of Sex Research*, 6, 5-25.
- SANDERS, W. B. (1980). *Rape and women's identity*. Beverly Hills, CA. London. Sage Publications.
- SCULLY, D., & Marolla, J. (1984). Convicted rapists' vocabulary of motives: Excuses and justifications. *Social Problems*, 31, 530-544.
- SETO, M. C., & Barbaree, H. E. (1995). The role of alcohol in sexual aggression. *Clinical Psychology Review*, 15, 545-566.
- TJADEN, P. & Thoennes, N. (1998). *Prevalence, incidence, and consequences of violence against women: Findings from the national violence against women survey*. Washington: U.S. Department of Justice. National Institute of Justice.
- TORRES, A. & Gomes, M. (2002). Drogas e Prisões: "Relações Perigosas". *Temas Penitenciários*. Série II, 8 e 9, 9-24.
- VAN DIJK, J. & Mayhem, P. (1992). *Criminal victimization in the industrialized world. Key findings of the 1989 and 1992 International Crime Surveys*. The Hague: Directorate for Crime Prevention, Ministry of Justice.
- WARD, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 5, 5, 491-507.
- WEBESTER, S. & Beech, R. (2000). The nature of sexual offenders'. Affective empathy: A grounded theory analysis. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12, 4, 249-261.
- VIEIRA, A. & Soeiro, C. (2002). Agressividade e psicopatia. *Temas Penitenciários*. Série II, 8 e 9, 25-35.
- <http://www.amnistia-internacional.pt/agir/campanhas/violencia/estatisticasinter.php>
- <http://www.gplp.mj.pt/estjustica/pdfs/prodserv/infest/Exepenas/CNPCJR%201992-2001.pdf>
- <http://www.gplp.mj.pt/estjustica/pdfs/prodserv/infest/tribunais/Book1.pdf>

VIII

Anexos

Anexo I (Checklist de distorções cognitivas)

Anexo II (Checklist de distorções cognitivas - distribuição)

DISTORÇÕES COGNITIVAS

Negação completa (n=56)

(Falsa acusação)	75%
A polícia persegue-me	
A vítima odeia-me	
A mãe da vítima usa-a impedindo o contacto com ela por vingança	
(Pessoa errada)	5.3%
Deve ter sido outra pessoa	
(Perda de memória)	19.7%
Eu não sou assim, por isso duvido que tenha acontecido	
Pode ter acontecido mas não me lembro	
Sub-total	100%

Negação parcial (n=50)

(Não foi bem um abuso sexual)	
A vítima consentiu	16%
A vítima teve prazer	
A vítima era prostituta ou promíscua	70%
A vítima disse que era mais velha	
Eu estava apenas a massajar a vítima	
Eu estava a aplicar pomada medicamentosa nos genitais da vítima	
Era só um jogo/brincadeira	8%
Era amor	4%
Era educativo	
(Negação do problema)	2%
Eu fiz isso, mas não sou abusador sexual	
Eu nunca mais o farei	
Não tenho qualquer interesse por crianças ou por sexo forçado	
Não tenho fantasias desviantes	
Sub-total	100%

Minimizar a ofensa (n=20)

Aconteceu com menos frequência do que a vítima afirma/não foram tantas vezes	60%
Não houve coerção, força ou ameaças	25%
Não houve tanta intrusividade como a vítima diz	
Não houve outras vítimas	15%
Sub-total	100%

Minimizar a responsabilidade (n=29)

A vítima foi sedutora ou provocante	
Os pais da vítima foram negligentes	
Eu estava drogado/alcoolizado	58.7%
Eu estava emocionalmente perturbado ou muito <i>stressado</i>	27.6%
A minha companheira não me satisfazia sexualmente	13.7%
Tenho um drive sexual muito forte	
A vítima disse “NÃO” mas na verdade queria dizer “SIM”	
Sub-total	100%

Negar ou minimizar as consequências (n=5)

Amigos ou familiares disseram-me que a vítima não ficou ferida/magoada	80%
Os problemas que a vítima tem actualmente não foram causados por mim	
Eu fui carinhoso e afectivo por isso não posso ter magoado	
Não usei força física, por isso não posso ter magoado	20%
Sub-total	100%

Negar ou minimizar o planeamento (n=8)

Eu agi no calor do momento	62.5%
As coisas simplesmente aconteceram	37.5%
A vítima é que começou	
Sub-total	100%

Negar ou minimizar as fantasias (n=7)

Eu não tenho fantasias sexuais desviantes	
Antes de ter acontecido, eu nunca tinha pensado em abusar da vítima	100%
Sub-total	100%

Anexo III (Entrevista direcccionada)

Entrevista direccionada

Nome:

Nº recluso:

E. Prisional:

Idade

Estado civil

Agregado familiar

Habilitações académicas

Vivia maritalmente?

Tipo de funcionário/profissão?

Já anteriormente tinha tido problemas com a justiça?

Já cumpriu penas de prisão por crimes de natureza sexual?

Já foi vítima de agressões do tipo sexual?

Esteve institucionalizado, quando menor em algum colégio?

Se sim, qual:

Viveu com os seus pais, até que idade?

Tinha um bom relacionamento com eles?

Tinha alguém próximo a quem confidenciava todos os aspectos da sua vida?

Confia nas pessoas?

Acha que os outros actuam de má fé?

Sentia-se isolado?

Sentia-se diferente dos outros?

A vítima atraía-o?

Acha que a vítima o provocou?

Que explicação encontra para o crime cometido?

Conhecia a vítima?

Costuma pensar nela?

Acha que lhe provocou sofrimento?

Considera-se culpado?

Considera-se a si uma vítima?

Como era a vítima?

Acha a pena justa ao crime?

Julga que irá sair um homem ou mulher diferente após reclusão?

É tratado de forma diferente dos outros reclusos?

Frequenta algum programa?

Os elementos da orgânica prisional conhecem o seu crime?

É penalizado pelo seu tipo de crime?

Julga voltar a ter o mesmo comportamento?

Para si sexualidade é uma questão de?

Para si ser homem ou mulher significa?

Já em alguma situação impediu a sua esposa/o de arranjar ou manter emprego?

Já fez ou concretizou ameaças?

Faz prevalecer o facto de ser homem/mulher?

Já usou os filhos para fazer a outra pessoa sentir-se culpada?

Minimiza ou nega as culpas?

Já tentou isolar, provocar isolamento, a pessoa que vive consigo?

Já diminuiu alguém ou fê-lo sentir-se mal consigo?

Usou algum tipo de drogas?

Quando praticou o crime estava tranquilo ou extremamente ansioso?

Se fizessem algo semelhante a uma pessoa que lhe é querida como reagiria?

Consegue entender o seu comportamento?

Acha que tem controlo sobre ele, ou age movido por força desconhecida?

Descreva a situação, como é que as coisas se passaram para si?

Como era a sua vida sexual?

